



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Direito

FÂNDELA CÁSSIA CANDIDO

**A FORÇA DA MULHER NEGRA
NA ATUAÇÃO JURÍDICO-SOCIAL**

BRASÍLIA

2020

FÂNDELA CÁSSIA CANDIDO

**A FORÇA DA MULHER NEGRA
NA ATUAÇÃO JURÍDICO-SOCIAL**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Direito
pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
- FAJS do Centro Universitário de Brasília
(UniCEUB).

Orientador Professor Tédney Moreira da Silva

BRASÍLIA

2020

FÂNDELA CÁSSIA CANDIDO

**A FORÇA DA MULHER
NA ATUAÇÃO JURÍDICO-SOCIAL**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Direito
pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
- FAJS do Centro Universitário de Brasília
(UniCEUB).

Orientador: Professor Tédney Moreira da Silva

BRASÍLIA, _____ DE _____ DE 2020.

BANCA AVALIADORA

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador(a)

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de agradecer, primeiramente, às minhas ancestrais que foram à frente de batalha para que eu pudesse estar aqui hoje e conseguir dar voz às suas histórias. Agradecer a todas as mulheres que disponibilizaram o seu tempo e compartilharam suas vidas para que esse trabalho fosse construído. Todas elas puderam manter vivas a nossa ancestralidade e a nossa força.

À minha família que me inspirou e me motiva a ir atrás dos meus sonhos.

À minha namorada Laíla Pereira por me apoiar, ajudar, inspirar, confortar e amar.

Ao meu orientador, Tédney Moreira, por embarcar nessa audaciosa aventura e me encorajar para não desistir desse projeto.

*Quando a mulher negra se movimenta,
toda a estrutura da sociedade se
movimenta com ela.*

Angela Davis, professora, filósofa e
ativista norte-americana.

RESUMO

O presente trabalho monográfico tem por objeto a análise da visão sobre a mulher negra e como essa exerce suas funções institucionais no âmbito jurídico-social. Correlaciona-se a força da ancestralidade feminina negra (e sua capacidade de exercer múltiplas funções à época em que foram escravizadas) com a força da mulher negra atual, que escolheu o caminho da ciência do Direito para exercer seu papel funcional na sociedade. Por meio do método bibliográfico qualitativo, com leituras de escritoras negras (como Angela Davis, filósofa e feminista que, em seu livro “Mulheres, Raça e classe”, percorreu, em meados de 1980, uma nova perspectiva da mulher negra e suas funções essenciais), busca-se ressaltar nesta monografia todo o contexto histórico da escravidão para, posteriormente, descrever seus efeitos nos dias atuais, da seguinte forma: inicialmente, utilizam-se dados para melhor compreensão do legado histórico da escravidão da mulher negra; em segundo lugar, disserta-se sobre as consequências ainda vigentes da exploração da mulher negra em múltiplas tarefas. A seguir, aborda-se o papel sociopolítico dado às mulheres negras e seus desafios para ocuparem espaços públicos e de poder. Por fim, por meio do método explorativo da entrevista com sete mulheres negras que decidiram enfrentar a selva jurídica e social do Direito, descrevem-se seus relatos, ressaltando o legado positivo e negativo proveniente da escravidão.

Palavras-chave: Mulher negra. Escravidão. Invisibilidade. Luta social. Ciência do Direito.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
SPM/PR	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
SEPPIR/PR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílios

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
Capítulo I - O LEGADO DA ESCRAVIDÃO	
1. A cronologia dos estudos da escravidão	11
2. A força de trabalho da mulher negra escravizada	15
3. O fruto do seu ventre e a herança da mulher negra	18
4. As legislações e o não pertencimento de seus corpos	20
5. Capitalismo industrial e a família (ex) escravizada	21
6. A escravidão da mulher negra brasileira	23
7. O contexto da escravidão no Brasil	24
8. Os negros africanos em território brasileiro	25
9. Quilombagem e resistências	26
10. Imigração estadual, abolição e trabalhadores europeus	28
11. Mulheres negras: sua participação histórica na sociedade escravista	29
Capítulo II – CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA ESCRAVIDÃO E A MULHER NEGRA	
1. Biopoder, Contrato racial e Epistemicídio na sociedade brasileira	33
2. Biopoder por Michel Foucault e a realidade brasileira	33
3. Contrato Racial por Charles Mills e o lugar de poder	34
4. Epistemicídio por Boaventura de Souza Santos e o reflexo no Brasil	35
5. Dados sobre as mulheres negras no Brasil por meio da interseccionalidade	37
6. Compilação dos dados e índices gerais da mulher negra	40
7. Escolaridade, mercado de trabalho, desigualdade e vitimização	43
Capítulo III – A INSERÇÃO DA MULHER NEGRA NO ÂMBITO JURÍDICO-SOCIAL	
1. A força da mulher negra: nossos passos vêm de longe	62
2. A inserção da mulher nos espaços jurídicos	72
3. Metodologia empregada: entrevista com mulheres negras	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	90

INTRODUÇÃO

Força! Essa tem sido a palavra de honra que permeia o universo da mulher negra na sociedade brasileira como um todo desde seus primórdios. A escravidão foi um período bárbaro para a população afrodescendente por muitos séculos. Vê-se que ao utilizar o termo população refiro-me a todos os gêneros e idades; contudo, a história da mulher negra encontra-se ainda invisibilizada. Nesse sentido, busca-se nesta monografia demonstrar quais os efeitos do período da escravidão para a mulher negra.

A mulher negra era vista como a maior e mais valiosa força de trabalho, acumulando em seu corpo robusto e ao mesmo tempo de anatomia frágil tanto a divindade da procriação, a habilidade de ser líder do seu lar, da sua comunidade e de sua própria vida, quanto, ainda, a força física de trabalhar em uma lavoura, equiparando-se à força física de um homem negro sem a prerrogativa da feminilidade dada às mulheres brancas, enquanto seu corpo era lucrativo de todas as formas aos seus ditos senhores.

As multitarefas e multipersonalidades ainda são os meios usados para a sobrevivência da mulher negra do século XXI, como o presente trabalho irá explanar, por meio de relatos de advogadas e estudantes de Direito, que mesmo em meio a preconceitos e adversidades enfrentam incansavelmente seu percurso educativo, profissional e social.

O presente trabalho encontra-se estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, aborda-se o legado da escravidão, com a literatura principal por meio do livro *Mulheres, raça e classe*, da autora Angela Davis, o qual perpassa pelos acontecimentos da escravidão pela ótica da mulher negra. O trabalho escravo, a pseudoliberalidade da mulher, as questões familiares e a escravidão da mulher negra no Brasil são os pontos sobre os quais nos debruçamos nesta monografia.

No segundo capítulo, explana-se sobre as consequências jurídicas da escravidão na realidade da mulher negra brasileira por meio do biopoder, do contrato racial e epistemicídio, além de referir-se aos dados estatísticos relativos ao lugar da mulher negra no mercado de trabalho, ao seu nível de escolaridade e à sua situação em violências de gênero (como a violência doméstica) utilizando-se, assim, da interseccionalidade como via metodológica.

Por fim, no terceiro capítulo, refere-se à inserção da mulher negra no âmbito jurídico-social, explanando histórias e biografias de mulheres negras à época da escravidão, contadas no livro de Angela Davis, e das mulheres negras brasileiras, segundo o livro de Bianca Santana *Vozes insurgentes*; também se emprega aqui a metodologia da entrevista semiestruturada, com aplicação de questionários estruturados em contato com sete mulheres.

O objetivo do trabalho foi, por meio do lugar de fala da mulher negra acadêmica, dar voz às histórias das mulheres negras escravizadas e, nesse sentido, conseguir demonstrar que elas, ao mesmo tempo em que eram as maiores vítimas da escravidão com o seu papel de multitarefas, eram as que mais lutavam para que as suas realidades fossem modificadas. E assim, com essa força ancestral, demonstrar que as mulheres negras, hoje em dia, ainda necessitam percorrer um caminho mais árduo, com discriminações e dúvidas quanto ao seu potencial.

CAPÍTULO I

O LEGADO DA ESCRAVIDÃO

Esta parte introdutória é essencial para todo o contexto desta monografia. Inspira-se e, consequentemente, embasa-se na obra *Mulheres, raça e classe* (DAVIS, 2016), originalmente publicada em 1981, sendo de autoria da ativista feminista marxista, educadora, filósofa e escritora norte-americana Angela Davis. De toda a obra, seu primeiro capítulo foi considerado o norte para apresentar uma nova visão, dentro desse contexto, da vida das mulheres negras quanto ao seu papel social, braçal e intelectual durante a época da escravidão norteamericana.

No prefácio da edição brasileira, a autora Djamila Ribeiro, em sumo, expressa a importância da contribuição das palavras de Angela Davis de uma forma atemporal e dinâmica:

Angela Yvonne Davis é uma mulher à frente de seu tempo. E dizer isso não é afirmar que ela esteja desatenta às questões que afetam a sociedade em seu momento histórico; ao contrário, significa apontar o potencial revolucionário de seu pensamento, que nos inspira a pensar além e a sair do lugar-comum. (...) *Mulheres, raça e classe* é a tradução do conceito de interseccionalidade. Angela Davis traz um potencial revolucionário, e ler sua obra é tarefa essencial para quem pensa um novo modelo de sociedade. (DAVIS, 2016, p. 19)

1. A cronologia dos estudos da escravidão

Sabe-se que a escravidão foi um marco sangrento na história de toda conjuntura mundial. Contudo, quando se observa tal período, pouco se encontram teorias ou referências à mulher negra escravizada e sua importância para a construção histórica (DAVIS, 2016, p. 22).

Angela Davis cita que nos anos de 1900 em diante, no velho sul dos Estados Unidos, o debate sobre a escravidão tornou-se excessivamente acalorado em virtude da busca dos significados e consequências dessa para o contexto social de então. Entretanto, em meio a toda essa atividade intelectual, a situação específica das mulheres escravizadas, ainda permanecia incompreendida, como escrito por Angela:

Nessa onda de publicações, é evidente a ausência de um livro especificamente dedicado à questão das mulheres escravas. Quem, entre nós, aguardava com ansiedade uma análise séria sobre as mulheres negras durante o período da escravidão permanece, até o momento, decepcionado. Igualmente decepcionante tem sido a descoberta de que, com exceção do tema tradicionalmente debatido sobre

promiscuidade versus casamento e sexo forçado versus sexo voluntário com homens brancos, os autores dessas novas obras têm dado atenção insuficiente às mulheres. (DAVIS, 2016, p. 22).

O debate sobre a escravidão ganhou destaque pelas demasiadas publicações em diferentes contextos, sendo alguns referidos por Angela Davis. Dentre eles, a obra intitulada de “*Slavery: A Problem in American Institutional and Intellectual Life*” [Escravidão: um problema na vida intelectual e institucional americana] foi publicada no ano de 1959, pelo professor e historiador norte americano Stanley Maurice Elkins (WATSON, 1959). Baseou-se na comparação polêmica entre a escravidão e os campos de concentração nazistas (DAVIS, 2016, p. 22).

Os estudos compararam as consequências psicológicas das pessoas objetos de ambos os fatos. Ele baseou sua pesquisa sociológica e psicológica na entrevista com prisioneiros dos campos de concentração nazistas, mostrando que o ambiente totalitário, sistematicamente, destruiu suas capacidades de resistir, planejar e formar relacionamentos positivos sociais e, assim, correlacionando-se com a escravidão pré-guerra norte americana, a qual era um ambiente similar.

Concluiu-se que a escravidão instituiu um padrão de personalidade dependente e infantilizado nas pessoas negras escravizadas, além de um padrão de personalidade atemporal, ou seja, um século após o fim da escravidão ele considerava que os negros ainda possuíam uma (não) personalidade de completa passividade e dependência (WATSON, 1959).

Por óbvio, logo essa teoria fora considerada ofensiva por historiadores estudantes da escravização, pelos próprios ex-escravizados e seus descendentes, além dos representantes pós-guerra mundial. Entretanto, apesar de controversa, tal polêmica serviu de estopim para o início dos estudos sobre o homem, a mulher e as crianças negras no ambiente pré, durante e pós-escravidão (ARNOLD, 1959).

A obra “*The Black Family in Slavery and Freedom*” [A família negra na escravidão e na liberdade] do escritor americano e professor de história Hebert George Gutman foi publicada em 1977 e baseava-se em estudos detalhados, utilizando-se de censos, registros familiares, notas fiscais à época da escravidão, entre outros meios, com o intuito de visibilizar a vida familiar da população negra sob a ótica da escravidão nos Estados Unidos, tendo como principal argumento o fato de que a escravidão não separou a família negra, tendo esta permanecido intacta, apesar de todo o trajeto de comercialização e tráfico dos negros, além da objetificação da mulher negra (GUTMAN PAPERS, 1988).

O trabalho de Gutman foi bem recepcionado pela academia de historiadores, por ter seu foco primordial nos indivíduos e suas funções familiares, realçando que a ancestralidade e a cultura advinda com os negros não se perderam durante o contexto histórico da escravidão. Ele inferiu que a perpetuação da família negra se dá por manter tal vínculo, apesar das violências físicas e sociais, mantendo assim, um legado amplo para as próximas gerações (GUTMAN PAPERS, 1988).

Todavia, apesar de se utilizar de dados e censos consistentes, frutos de pesquisa em meio ao ambiente das famílias negras, Angela Davis afirma que a visão de Gutman ainda era a de um homem branco dentro da comunidade negra, pois possuía uma visão superficial da profundidade de toda a questão envolvida na família negra escravizada e do papel desenvolvido por cada membro para sua própria sobrevivência e da sua comunidade (DAVIS, 2016, p. 22).

Dentre as obras mencionadas por Davis, destaca-se o livro *“The Slave Community: Plantation Life in the Antebellum South”* [A comunidade escrava: A vida da colônia antes da Guerra do Sul], de John Wesley Blassingame, escritor negro, historiador, educador e um dos estudiosos precursores no estudo sobre a escravidão norte-americana, sob a ótica do homem negro, usando-se de testemunhos e evidências dos próprios escravizados que foram anteriormente ignoradas (STUCKEY, 2007).

A obra foi publicada em 1972, pela imprensa da Universidade de Oxford e republicada em 1979, por ter que ser revisada, após duras críticas da comunidade de estudiosos da escravidão americana, por acreditarem que as suas perspectivas não eram confiáveis, visto que, os negros ex-escravizados não eram confiáveis (STUCKEY, 2007).

A despeito de tais perspectivas, o referido livro é fundamental para os estudos primários da cultura dos escravos nas plantações do sul americano. Foi um dos primeiros livros apresentados, à época, a partir da perspectiva dos negros escravizados, contradizendo os demais historiadores, de maioria branca, que haviam interpretado e publicado livros que relatavam os negros escravizados como dóceis e submissos e que mantinham uma relação paternal com seus ditos senhores.

Blassingame, com o auxílio da psicologia, baseou-se os seus estudos na análise das narrativas dos negros fora da condição de escravizados, concluindo que estes teriam uma cultura independente e que dentro dela exerciam demasiados papéis de forma singular e fundamental para o fluxo dentro do contexto da comunidade, evidenciando, portanto, a capacidade de exercer múltiplas personalidades e funções, o que outros estudiosos relataram não ser possível, devido ao ambiente hostil que a escravidão havia proporcionado a estes indivíduos (STUCKEY, 2007).

Sua crítica concentrou-se na argumentação de que os historiadores, como Gutman e Elkins, nunca exploraram sistematicamente as experiências de vida dos escravizados americanos. Afirma que ao se concentrar no que foi dito pelos que eram considerados proprietários de negros escravizados, configurou-se um estereótipo de submissão, apresentando uma visão distorcida de que o negro escravizado absteve-se de qualquer cultura significativa e distinta da sua vida familiar, religião, ancestralidade ou humanidade.

Ao invés de se identificar e se submeter ao seu dito senhor, o negro escravizado manteve muitos remanescentes de sua cultura africana, adquiriu um senso de valor nos bairros, controlava aspectos importantes de sua vida e agia de forma pessoal e significativa por sua própria vontade (STUCKEY, 2007).

Nesse aglomerado de publicações, evidencia-se a manipulação histórica, com as inúmeras trocas das teorias sobre o que ocorreu durante a escravidão e como, conseqüentemente, foram atribuídos e repassados os papéis sociais da população negra nos dias atuais após o fim desse período.

Cabe ressaltar, quão nítida é a invisibilidade da mulher negra dentro do contexto da escravidão, o qual ela fez parte e arca com as consequências. Angela Davis relata que há a falta de estudos e ausência de livros com argumentos plausíveis, especificamente, dedicados à questão das mulheres escravizadas, com análises consistentes e apreciativas, pois, descartando a hiperssexualização das mulheres, os autores das obras citadas deram atenção escassa às questões das mulheres enquanto sujeitas de direitos, como cita:

Em meio a toda essa atividade intelectual, porém, a situação específica das mulheres escravas permanecia incompreendida. As discussões incessantes sobre sua “promiscuidade sexual” ou seus pendores “matriarcais” obscureciam, mais do que iluminavam, a situação das mulheres negras durante a escravidão. (...) Os argumentos convincentes e bem documentados de Gutman e Blassingame (...) são extremamente valiosos. Mas, seu livro seria muito mais contundente se ele tivesse explorado de modo concreto o papel multidimensional das mulheres negras no interior da família e da comunidade escrava como um todo. (DAVIS, 2016, p. 23).

Angela Davis possui uma convicção profundamente peculiar quanto aos efeitos dos estudos sobre a ancestralidade das mulheres negras e o que trarão como proveito para a realidade da luta atual da mulher negra; em sumo, acredita que ao se findarem, do ponto de vista histórico, os mal-entendidos sobre as experiências das mulheres negras escravizadas, ter-se-á prestado um serviço inestimável a toda a geração. Cabe expor com as palavras da autora o transcrito pertinente:

Se, e quando, alguém conseguir acabar, do ponto de vista histórico, com os mal-entendidos sobre as experiências das mulheres negras escravizadas, terá prestado um serviço inestimável. Não é apenas pela precisão histórica que um estudo desses deve ser realizado; as lições que ele pode reunir sobre a era escravista trarão esclarecimentos sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca de emancipação. Como leiga, posso apenas propor algumas hipóteses que talvez sejam capazes de orientar um reexame da história das mulheres negras durante a escravidão. (DAVIS, 2016, p. 24)

Coaduna-se, neste trabalho, com tais ideias: ressignificar o papel da mulher negra é de interesse não apenas histórico, pois tais lições permitem esclarecer sobre a luta atual das mulheres negras e, assim, contribuir para a emancipação de todas as outras.

2. A força de trabalho da mulher negra escravizada

Nesse contexto, correlaciona-se o grande espaço que o trabalho ocupa na vida das mulheres negras com a reprodução de um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Na condição de escravas, as mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, segundo Davis, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras:

O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. (DAVIS, 2016, p. 24)

O sistema escravista definia a população negra como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os ditos proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. Na citação que faz em seu livro, Angela Davis usa-se das palavras de um acadêmico: “[a] *mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário e apenas, ocasionalmente, esposa, mãe e dona de casa*” (STAMPP, 1956, p. 343 *apud* DAVIS, 2016, p. 25).

Sendo assim, faz-se uma crítica quanto à ideologia de feminilidade do século XIX, que permeia até o momento da cultura atual, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos; entretanto, tal papel não cabia às mulheres negras, sendo consideradas praticamente anomalias (DAVIS, 2016, p. 25).

Apesar do que se presume a negra escravizada não era tão somente uma trabalhadora doméstica (cozinheira, arrumadeira e/ou ama-seca) na casa-grande, a maior parte das escravizadas trabalhava na lavoura, com trabalhos manuais (DAVIS, 2016, p. 25).

Sem nenhuma distinção, as meninas eram designadas para trabalhar com o solo, coletar algodão, cortar cana, colher, tabaco, etc. (DAVIS, 2016, p. 26). Jenny Proctor, idosa entrevistada em 1930, descreveu sua iniciação na lavoura, durante a infância, em uma fazenda de algodão do Alabama da seguinte forma:

Nossas cabanas eram velhas e mal-acabadas, feitas de estacas. Algumas fendas eram tapadas com lama e musgo, outras não. Nossas camas não eram boas, só armações de estacas pregadas na parede com velhos colchões rasgados jogados por cima. Claro que era difícil dormir, mas para os nossos ossos cansados depois das longas jornadas de trabalho na lavoura, a sensação era boa. Eu cuidava das crianças quando era pequena e tentava fazer a limpeza da casa como a senhora mandava. E então, assim que fiz dez anos, o senhor disse: “Leve essa preta para aquela plantação de algodão” (WATKINS e DAVID, 1970, p.16 *apud* DAVIS, 2016, p. 26).

A experiência de Jenny Proctor era típica. A maioria das meninas e das mulheres trabalhava arduamente na lavoura do amanhecer ao pôr do sol (DAVIS, 2016, p. 26). No que dizia respeito ao trabalho, a força e o quantitativo da produtividade, sob constante ameaça do açoite, eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica a dos homens (DAVIS, 2016, p. 26).

Não obstante, o intuito de afastar as polêmicas sexuais a respeito da mulher negra escravizada, precisa-se evidenciar que além dos açoites, estas ainda sofriam forma de agressão, que as diferenciavam, pois eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros (DAVIS, 2016, p. 26).

A postura dos senhores em relação às mulheres escravizadas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 26).

Isto posto, a mulher negra escravizada, ora poderia ser considerada apta para os serviços domésticos, ora para a lavoura, equiparada aos homens nos campos. Ora ela era fêmea e reprimida conforme a vontade do seu dito senhor, ora sua mão de obra era lucrativa e explorada até exaurir-se (DAVIS, 2016, p. 25).

Ao legado do trabalho da mulher negra escravizada acrescenta-se sua contribuição para o início da industrialização. Angela Davis descreve que à época das primeiras tentativas da

industrialização no sul dos Estados Unidos, o trabalho escravo complementava o trabalho livre. Os fazendeiros ofereciam seus trabalhadores escravizados por meio de arrendamentos e as indústrias empregavam homens, mulheres e crianças (DAVIS, 2016, p. 28).

Mulheres e crianças constituíam grande parte da força de trabalho na maioria das fábricas de tecido, cânhamo e tabaco que utilizavam mão de obra escrava. [...] Às vezes, mulheres e crianças trabalhavam em setores mais “pesados”, como a refinação de açúcar e a moagem de arroz. [...] Outras indústrias pesadas, como as de transporte e de madeira, empregavam mão de obra escrava de mulheres e crianças em número considerável (STAROBIN, 1970, p. 164-165 apud DAVIS, 2016, p. 28).

Nesse período, a ideologia da feminilidade começou a surgir, como um subproduto da industrialização, tendo por intuito afastar as mulheres brancas do serviço das fábricas, pois elas eram fundamentais e próprias para cuidarem dos lares e de seus filhos. Entretanto, as mulheres negras jamais eram vistas como femininas demais para o trabalho nas minas de carvão, nas fundições de ferro, para o corte de lenha ou abertura de valas. O emprego das mulheres escravizadas chegava ao ponto de substituição de animais de carga para puxar vagões nas minas.

Na Inglaterra, ocasionalmente ainda se utilizam, em vez de cavalos, mulheres para puxar etc. os barcos nos canais, porque o trabalho exigido para a produção de cavalos e máquinas é uma quantidade matematicamente dada, ao passo que o exigido para a manutenção das mulheres da população excedente está abaixo de qualquer cálculo.

As mulheres negras eram muito mais lucrativas, tanto escravizadas, quanto livres, e essa associação dava-se pelo fato de que elas trabalhavam de modo tão árduo quanto os homens negros, equiparando sua força de trabalho, entretanto, com outros atributos, corroborando com uma característica além da ideologia da feminilidade do século XIX (DAVIS, 2016, p. 29).

Citando o que Angela Davis escreve em seu livro, essas características que as diferenciavam de todo o contexto social que existia à época, não davam às mulheres negras algum tipo de orgulho, mas com certeza, “(...) elas deveriam ter consciência de seu enorme poder – sua capacidade de produzir e criar” (DAVIS, 2016, p. 29).

Essas mulheres aprenderam a extrair das circunstâncias opressoras de suas vidas a força necessária para resistir à desumanização e descaracterização diária da escravidão. A consciência que tinham de sua capacidade ilimitada para o trabalho pesado pode ter dado a elas a confiança em sua habilidade para lutar por si mesmas, sua família e seu povo (DAVIS, 2016, p. 30).

3. O fruto do seu ventre e a herança da mulher negra

Em 1815, o tráfico internacional de mão de obra escrava foi proibido na América do Norte e, com isso, segundo Angela, iniciou-se a ameaça à expansão da indústria do algodão, uma vez que, sua principal fonte de trabalho barata tinha a grande propensão a diminuir drasticamente. Forçando os ditos senhores a contar com a reprodução natural como o método mais seguro para repor e ampliar essa população (DAVIS, 2016, p. 25).

Logo, a capacidade reprodutiva das mulheres negras escravizadas passou a ser demasiadamente valorizada e, igualmente, o seu próprio valor. Essas passaram a ser cada vez mais avaliadas em função de sua fertilidade (ou da falta dela), a que possuía potencial para ter doze, catorze ou mais filhos era cobiçada como um verdadeiro tesouro (DAVIS, 2016, p. 25).

Contudo, tal valorização não significa que, como mães, as mulheres negras gozassem de uma condição mais humanizada como trabalhadoras. A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravizadas. Na verdade, aos olhos de seus ditos proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos para a ampliação da força de trabalho escrava – “reprodutoras” –, ou seja, animais cujo valor monetário poderia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. Por conseguinte, seus filhos eram considerados mercadorias. (DAVIS, 2016, p. 26).

Um ano após a interrupção do tráfico de populações africanas, um tribunal decidiu que as escravas não tinham nenhum direito legal sobre seus filhos. Assim, de acordo com essa medida, as crianças poderiam ser vendidas e separadas das mães em qualquer idade, porque “crianças escravas estão no mesmo nível de outros animais” (WERTHEIMER, 1977, p. 109).

Os ditos proprietários buscavam garantir que as mulheres dessem à luz tantas vezes quanto fossem necessárias, mas não se compadeciam das grávidas ou as com criança de colo ao ponto de dispensar sua força de trabalho na lavoura. Em seu livro, Angela Davis demonstra o quão árduo e torturante era esse processo entre essas mulheres com os posteriores relatos (DAVIS, 2016).

Às mulheres grávidas, além de serem sujeitas ao trabalho nas lavouras, somavam-se os flagelos corporais desferidos. Havia lavouras e fazendas que as travavam com mais indulgência, não por motivos de humanização, mas porque “(...) simplesmente, os proprietários valorizavam uma criança escrava nascida com vida do mesmo modo que valorizavam bezerros ou potros recém-nascidos” (DAVIS, 2016, p. 28).

Uma mulher que diga algum desaforo enquanto trabalha no campo e que esteja em gravidez avançada é obrigada a deitar em um buraco feito para que caiba todo seu corpo e é açoitada com um chicote ou espancada com uma pá cheia de furos; a cada pancada se forma uma bolha. Uma das minhas irmãs foi punida dessa forma com tanta crueldade que o trabalho de parto se adiantou, e a criança nasceu no campo. Esse mesmo feitor, sr. Brooks, matou uma garota chamada Mary desse jeito. O pai e a mãe dela estavam na lavoura na hora (MOSES, 1969, p. 18 *apud* DAVIS, 2016, p. 28).

Às mulheres com crianças recém-nascidas, a opção era a de deixar seus filhos pequenos deitados no chão perto da área em que trabalhavam ou a de tentar trabalhar com ele preso às costas:

Diferente de outras mulheres, uma jovem se recusou a deixar seu bebê no fim da fileira em que trabalhava e inventou uma espécie de mochila, feita de trapos de lençóis, na qual ela prendia a criança, muito pequena, nas costas; e ficava assim o dia todo, usando a enxada como os outros *apud* (CHARLES, 1972, p. 48 *apud* DAVIS, 2016, p. 28).

Havia ainda as que podiam deixar seus filhos em cuidado de outras crianças ou de pessoas idosas que não possuíam mais a capacidade do trabalho pesado da lavoura; por consequência, não se tinha a possibilidade de amamentar ao longo do dia e trabalhavam com dor das mamas inchadas de leite. Angela Davis reproduz o relato de Moses Grandy, autor afro-americano, que diz:

Na fazenda a que me refiro, as mulheres que tinham bebês em fase de amamentação sofriam muito quando suas mamas enchiam de leite, enquanto as crianças ficavam em casa. Por isso, elas não conseguiam acompanhar o ritmo dos outros: vi o feitor espancá-las com chicote de couro cru até que sangue e leite escorressem, misturados, de suas mamas (MOSES, 1969, p. 18 *apud* DAVIS, 2016, p. 28).

Esse dinâmico e multidimensional sistema de uso da propriedade escrava, com enfoque nos direitos de propriedade dos ditos senhores sobre a sexualidade das mulheres negras escravizadas auxilia para o entendimento econômico, psicológico e social dos mecanismos de acumulação de capital que emergiram da escravidão como o modo de (re)produção (BECKLES, 2011, p. 240, *apud* DAVIS, 2016, p. 29).

4. As legislações e o não pertencimento de seus corpos

As leis, à época, não permitiam que os escravos recusassem as demandas sociais de seus senhores; por outro lado, previam punições para escravos recalcitrantes, desobedientes e rebeldes. Em vista disso, a violência sexual perpetrada contra a mulher escrava não era

considerada uma ofensa legal e, por conseguinte, evidências de tais ações não aparecem nos registros de processos legais (BECKLES, 2011, p. 240, *apud* DAVIS, 2016, p. 29).

Nem os estatutos coloniais, nem os códigos de escravos davam aos escravizados qualquer direito sobre seus corpos. Ao contrário, transferiram e consolidaram tais direitos na pessoa legal dos senhores de escravos. Na visão de Beckles, tal legalização do direito que intitulava o dito senhor com poder e autoridade social os colocou numa convergência de dominação racial, sexual e de classe sobre a mulher escrava gerando uma totalidade de terror e tirania. O patriarcado judicial apoiou e respaldou a representação ideológica da supremacia branca, iluminando a masculinidade hegemônica colonial (BECKLES, 2011, p. 242, *apud* DAVIS, 2016, p. 29).

A integração socioeconômica da mulher negra dentro do sistema da escravidão nas grandes plantações permitia o seu uso em diversos pontos ao longo do circuito da acumulação de capital. Sua contribuição para a geração de riquezas para o dito senhor envolvia não apenas seu papel como força de trabalho, e, sim, ainda, como reprodutoras dessa força de trabalho, sendo equivalente a obras-primas de seus negócios (BECKLES, 2011, p. 245, *apud* DAVIS, 2016, p. 29).

A indústria cruel de reprodução era uma parte importante da economia urbana e das relações escravistas, protegidas pelas normas da escravidão que criaram as condições estruturais sob as quais o dito senhor escravista poderia extrair o máximo de benefícios da sua condição de proprietário desses seres humanos cuja finalidade era gerar riqueza para ele (BECKLES, 2011, p. 245 *apud* DAVIS, 2016, p. 29).

Dentro desse contexto, retomam-se às principais características das mulheres negras: as multitarefas e as multipersonalidades. Ora a mulher negra poderia ser considerada apta para os serviços domésticos, ora desconsideravam-se completamente seus traços femininos para que fosse equiparada aos homens nos campos. Ora ela era fêmea e reprimida conforme à vontade do seu dito senhor, ora sua mão de obra era lucrativa e explorada até exaurir-se. Ora era explorada sexualmente para que de seu ventre fora tirado a lucratividade e reposição de mão de obra do dito senhor de pessoas escravizadas (DAVIS, 2016, p. 29).

5. Capitalismo industrial e a família (ex) escravizada

Com o fim da escravidão (formal, e não materialmente), a economia doméstica e a economia pública decorrentes do capitalismo industrial ressaltaram a ideologia do patriarcado, que marca o sistema social no qual o homem impõe-se como líder primário e predominante

(DELPHY, 2009, p. 173-178). As mulheres são coercitivamente enquadradas como “mães” e “donas de casa”, embora, no caso da mulher negra, somado a tais funções de âmbito familiar, impunha-se o trabalho fundamental para o desenvolvimento do capitalismo industrial (DAVIS, 2016, p. 29).

Para os arranjos econômicos, os papéis sexuais hierárquicos eram uma vantagem, pois com isso, as relações entre homem e mulher negros no interior da comunidade escravizada não poderiam corresponder aos padrões ideológicos do patriarcado (DAVIS, 2016, p. 29-30). Nesse sentido, os estudos pós-escravidão, mencionaram em demasia sobre como se definir a família negra no ambiente da escravidão (DAVIS, 2016).

A maioria das análises históricas e sociológicas sobre a família negra durante a escravidão presume que pela recusa do dito senhor em reconhecer a maioria das paternidades que advinham dele mesmo e a omissão do nome do pai em muitos dos nascimentos, converter-se-ia seu núcleo familiar numa forma direta de arranjo familiar matriarcal, ou seja, em uma estrutura biológica matrilocal, a qual a mãe encontra-se no centro, como Angela explana:

Muito tem sido dito sobre o modo como os proprietários de escravos definiam a família negra: uma estrutura biológica matrilocal. Os registros de nascimento em muitos latifúndios omitiam o nome do pai, contendo apenas a mãe da criança. Por todo o Sul, as legislações estaduais adotavam o princípio do *partus sequitur ventrem* – a criança herda a condição de escrava da mãe – Essas eram imposições dos proprietários (...) A maioria das análises históricas e sociológicas sobre a família negra durante a escravidão presume simplesmente que a recusa do senhor de reconhecer a paternidade entre seus escravos se converteu de forma direta em um arranjo familiar matriarcal criado pela própria população escravizada (DAVIS, 2016, p. 30).

Desses estudos, Angela menciona *Moynihan report* [Relatório Moynihan], escrito em 1965, pelo sociólogo americano Daniel Moynihan, o qual relacionava diretamente os problemas sociais e econômicos da família negra à estrutura matriarcal, sendo este um apelo à introdução do patriarcado dentro das famílias negras. Segue trecho:

[a] comunidade negra tem sido forçada a uma estrutura matriarcal que, por estar em desacordo com o restante da sociedade estadunidense, atrasa seriamente o progresso do grupo como um todo, impõe um peso esmagador sobre o homem negro e, em consequência disso, também sobre um grande número de mulheres negras (STAPLES, 1971, p. 37 apud DAVIS, 2016, p. 30).

O sociólogo Lee Rainwater, em desacordo com o relatório de Moynihan, referindo-se às condições sociais adversas da população negra como a falta de criação de empregos, maiores salários e outras reformas econômicas, reiterava a tese de que a escravidão havia, de fato, destruído a família negra, restando, supostamente, a esta população a família matriarca que

ênfatizava a primazia da relação entre a mãe e a criança e apenas laços frágeis ou nenhum laço com a figura paterna. Angela Davis cita o trecho do próprio Rainwater:

Em muitos casos, os homens não têm uma verdadeira casa; eles se mudam de uma família, onde estabelecem laços sexuais ou de parentesco, para outra. Vivem em hotéis baratos ou pensões; passam todo o tempo em instituições. Não são integrantes da família nas únicas “casas” que possuem – a casa de sua mãe ou a de sua companheira (RAINWATER, 1966, p. 172-216 apud DAVIS, 2016, p. 30-31).

Angela Davis mencionou novamente a obra “The Black Family in Slavery and Freedom” [A família negra na escravidão e na liberdade], de Hebert Gutman, que ficou conhecida por conter embasamentos materiais físicos, como documentos e cartas da própria população negra, certidões de nascimento contendo o nome do pai e da mãe, encontradas nas fazendas à época e, com isso, tal investigação levantou evidências de que a família negra envolvia esposa, marido, crianças e, frequentemente, outros familiares e parentescos por adoção:

Cerca de dez anos depois, em 1976, [Herbert Gutman] publicou o excelente *The Black Family in Slavery and Freedom*. Sua investigação levantou evidências impressionantes de prosperidade e desenvolvimento familiar sob a escravidão. Não foi a infame família matriarcal que ele descobriu, e sim uma família que envolvia esposa, marido, crianças e, frequentemente, outros familiares, além de parentescos por adoção (GUTMAN PAPERS, 1988 apud DAVIS, 2016, p. 31).

Devido à escravidão, inúmeras famílias foram separadas à força bruta, por meio das vendas desproporcionais e, obviamente, sem considerar laços afetivos entre as pessoas. Entretanto, ao contrário do que se supõe de tal situação, Gutman aponta que os laços amorosos e afetivos permaneceram, juntamente com as normas culturais dessas relações familiares e o desejo incansável de sobreviverem juntos ao que a escravidão os fazia passar (DAVIS, 2016, p. 31).

A conclusão de Gutman, portanto, foi que além da família negra existir, ela lutou para preservar os seus indivíduos no contexto da escravidão, tendo que aderir há algumas normas internas de regulação para mostrar a existência dessa família. Mas, ainda assim essas normas eram diferentes daquelas que eram usadas como regentes nas famílias brancas, por exemplo, a falta do patriarcado no contexto familiar (DAVIS, 2016, p. 31).

A luta da família negra foi transformar a horda subumana de unidades de trabalhos escravos em algo humanizado, tentando todos os dias manter a sua vida familiar com o máximo de autonomia que lhes fosse possível, uma vez, que essa vida doméstica era de uma relevância

inestimável, pois, era o único espaço em que podiam vivenciar verdadeiramente a experiência como seres humanos, sem açoite, sem autoritarismo (DAVIS, 2016, p. 32).

O trabalho doméstico não era visto como algo que diminuía as mulheres negras dentro do contexto da família ex-escravizada; na verdade, Angela Davis relata que “*o trabalho doméstico era o único trabalho significativo para a comunidade escrava como um todo*” (DAVIS, 2016, p. 33), pois foi com esse contexto, que se iniciou a hierarquização entre as relações domésticas, que a mulher negra escravizada conseguiu preparar o alicerce de certo grau de autonomia. Segundo seu próprio artigo, mencionado no livro *Mulheres, raça e classe*, Angela relata mais sobre o tema:

No infinito anseio de prover as necessidades de homens e crianças ao seu redor [...],ela (A mulher negra) realizava o único trabalho da comunidade escrava que não podia ser direta ou imediatamente reivindicado pelo opressor. (...) O trabalho doméstico era o único trabalho significativo para a comunidade escrava como um todo. [...] Foi justamente por meio dessa labuta – que há muito tem sido expressão central do caráter socialmente condicionado da inferioridade feminina – que a mulher negra escravizada conseguiu preparar o alicerce de certo grau de autonomia, tanto para ela como para os homens. (...) **ela era levada a ocupar um lugar central na comunidade escrava. Ela era, assim, essencial à sobrevivência da comunidade.** (DAVIS, 2016, p. 33) (grifo nosso).

A questão que se destaca na vida doméstica dos negros é a da igualdade sexual, diferentemente do patriarcado imposto pela sociedade à época. Este trabalho que eles faziam em benefício próprio, e não para seus ditos senhores, era cumprido em termos de igualdade na comunidade, mas, visando os limites da vida familiar e coletiva (DAVIS, 2016, p. 34).

A população negra conseguia realizar um grande feito, transformar a igualdade negativa que emanava da opressão sofrida como homens e mulheres negros escravizados em uma igualdade positiva: o igualitarismo característico de suas relações sociais (DAVIS, 2016, p. 34).

6. A escravidão da mulher negra brasileira

Vistos os pressupostos teóricos de Angela Davis para a descrição dos efeitos da escravidão norte-americana sobre a mulher negra contemporânea, passa-se a examinar os relatos sobre a escravidão no Brasil, para fins de se verificar que, apesar das diferentes circunstâncias da escravidão nos dois países, as mesmas conclusões da filósofa da teoria crítica aplicam-se à nossa realidade, pelo fato de se poder afirmar que a mulher negra brasileira contemporânea é também marcada por exercer multitarefas, num acúmulo histórico não reparado após a escravidão.

7. O contexto da escravidão no Brasil

A história da escravidão no Brasil tem um aspecto peculiar, pois se confunde com a identificação e a formação da própria nação brasileira, segundo o livro “Rebeliões de Senzala” do professor e jornalista Clovis Moura (MOURA, 2014, p. 12).

À princípio, cabe esclarecer que com todo o processo de colonização e escravidão no Brasil, o desenvolvimento tribal dos indígenas já existentes foi cortado. Com os primeiros colonos, toda a estrutura em que os índios se baseavam foi garroteada pelos elementos de dominação de Portugal, os quais ocupavam a terra e subjugavam os seus primitivos habitantes (MOURA, 2014, p. 12).

O primeiro trabalho indígena conduzido pelos colonizadores foi o de escambo para a derrubada e condução do pau-brasil em troca de produtos como miçangas, pentes e demais utensílios, esse sistema exigia do índio o seu trabalho sem nada em troca, degradando-o social e culturalmente (MOURA, 2014, p. 13).

Os Jesuítas impuseram outros tipos de padrões que iam de encontro aos costumes indígenas o que fez com o eles fossem marginalizados:

Os jesuítas substituíram esses padrões por outros, aquilatados e impostos segundo estereótipos e julgamentos morais que eram inteiramente estranhos aos indígenas. Esta defasagem levou a que a população indígena se fosse marginalizando progressivamente do processo produtivo. Do ponto de vista meramente econômico, foi substituído o conceito de propriedade das diversas tribos, que era comunal-primitivo (MOURA, 2014, p. 13).

Paralelamente, processavam-se tentativas violentas de escravidão do indígena; entretanto, para os colonos, eles eram, na sua maioria, improdutivos e maus trabalhadores. A escravidão indígena tinha uma desvantagem que, na visão racista que se criava, advinha do próprio material humano, considerado muito mais primitivo do que o existente para as tarefas que desempenhavam e, do ponto de vista econômico, seu trabalho era considerado complementar e não qualificado (MOURA, 2014, p. 15).

O setor da agricultura necessitava de material humano mais adaptável, mais predisposto, do ponto de vista cultural, ao desempenho exigido no empreendimento colonial. E o colono, por este motivo e por questões econômicas, valeu-se de braços muito mais caros — do africano — para possibilitar o posterior desenvolvimento da sociedade colonial (MOURA, 2014, p. 15-16).

Para se compreender a substituição do indígena pelo negro na escravidão brasileira, não se pode deixar de analisar um dos aspectos mais importantes: a transformação do tráfico em atividade mercantil, com o emprego de grandes somas de dinheiro para capacitar o comércio de carne humana. Tal transformação exigiu e determinou que o preador, aquele que aprisionava os indígenas, fosse substituído forçosamente pelo traficante, que vinha com os africanos em viagens ultramarinas (MOURA, 2014, p. 16).

A economia, portanto, passou a ser voltada para essa atividade e quem a executava estava em condições de dominar o mercado escravo brasileiro. E assim, por conveniência, necessitava-se criar uma campanha humanitarista de defesa das populações indígenas. Essa campanha surgia exatamente como corolário ideológico dessa mudança de situação que já era previsível (MOURA, 2014, p. 16).

8. Os negros africanos em território brasileiro

Quanto ao processo de escravidão dos negros africanos, Moura em seu livro “*História do negro brasileiro*”, menciona a evolução histórica e social do Brasil perpassando pelos preceitos da escravidão e pela contribuição forçada dos negros africanos que vieram para suprir a economia e a necessidade de mão de obra durante quatro séculos de escravidão, mas que não usufruíram de nenhuma parcela dessa riqueza. Além de favorecerem os aspectos culturais, mantendo os seus padrões e, com isso, se autopreservando da opressão do sistema escravagista (MOURA, 1992, p. 4).

Segundo Moura, os primeiros negros africanos chegaram por volta de 1549, após a autorização de Dom João III para importação de cento e vinte deles para o seu próprio uso; mas a história sobre esse fato ainda comporta controvérsias, pois a presença deles confunde-se com a formação da Colônia e, depois, do Império (MOURA, 1992, p. 5).

Com a consolidação da economia colonial, o fluxo do tráfico se intensificou principalmente ao nordeste para o cultivo da cana-de-açúcar. Essas ondas sucessivas foram ocupando os espaços geográficos brasileiros, tornando-os grandes povoadores à época, pois o negro sabia que sua viagem era definitiva, sem possibilidades de voltar à terra natal (MOURA, 1992, p. 5).

Para mensurar, Moura destaca em seu livro que o total da população em 1586, era cerca de 57.000 habitantes e deste total, 25.000 eram brancos, 18.000 índios e 14.000 negros. Já em 1789, a população total era 3.250.000 habitantes e desse total havia 1.582.000 eram escravos, sem contar os negros libertos que ultrapassavam os 406.000 (MOURA, 1992, p. 5).

Não há como estabelecer um número exato de africanos importados da África pelo tráfico, pois se tende a se diminuir esses números, pela falta de dados estatísticos e pelo fato de que muitos historiadores procuram “branquear” a nossa população, instituindo outras nomenclaturas como pardos e mulatos para dispersar a contagem (MOURA, 1992, p. 5).

Durante o período do Brasil-Colônia, a produção de açúcar chega ao seu auge e, em consequência, o pico da importação de negros escravizados. É sabido que essa produção era conseguida por meio de normas de trabalho estabelecidas pela classe senhorial e pelas estruturas de poder à época (MOURA, 1992, p. 8).

Nesse sentido as condições em que os escravos produziam essa riqueza eram sub-humanas: não tinha nenhum direito e pelas ordens do Reino, poderiam ser vendidos, trocados, castigados, mutilados ou mesmo mortos sem que ninguém ou nenhuma instituição pudesse intervir em seu favor. Eram considerados uma propriedade privada (MOURA, 1992, p. 9).

A alimentação do negro escravizado era completamente precária. Moura menciona o testemunho de Ademar Vidal: “*A comida era jogada ao chão. Semi nus, os escravos dela se apoderavam num salto de gato, comida misturada com areia, engolindo tudo sem mastigar porque não havia tempo a esperar diante dos mais espertos e mais velozes*” (VIDAL, 1940, p. 37 *apud* MOURA, 1992, p. 9).

A jornada diária de trabalho era de quatorze a dezesseis horas, sob a fiscalização do feitor, que não admitia pausa. Os castigos vinham quando o escravizado era considerado preguiçoso ou insubordinado, de acordo com a falta, com tortura específica, além das punições que os próprios ditos senhores criavam. De modo geral, as principais punições eram: captura (correntes, tronco, algemas), suplicio (máscaras, palmatória) e de aviltamento (ferro para marcar e placas de ferro com inscrições infamantes) (MOURA, 1992, p. 9).

Na divisão social do trabalho, noventa por cento ou mais dos escravos eram destinados às atividades da agroindústria açucareira, atividades nas minas ou fazendas de café e os demais eram os escravos domésticos. Esse período demonstra que os negros escravizados atuavam em todos os níveis da divisão do trabalho e de como as pessoas usufruíam do seu trabalho direta e indiretamente, além do dito senhor de escravo, pois estes eram os únicos que moviam a economia à época (MOURA, 1992, p. 11).

8. Quilombagem e resistências

Após esse período inicial surgiu a quilombagem: o movimento de rebeldias dirigido pelos escravos que se verificou no escravismo brasileiro em todo território nacional. Tornou-se

uma mudança social com força desgastante significativa ao sistema escravista, no nível econômico-social e contribuiu para a substituição pelo trabalho livre (MOURA, 1992, p. 12).

Esse movimento não incluía apenas os negros fugitivos, mas índios perseguidos, mulatos, curibocas, pessoas perseguidas pela polícia, em geral, bandoleiros, devedores do fisco, fugitivos do serviço militar, mulheres sem profissão, brancos pobres e prostitutas (MOURA, 1992, p. 12).

Outra marca histórica no Brasil advindo pelo negro africano foi a sua própria cultura, a qual se tornou fundamental para a cultura brasileira. Sendo trazidos de várias partes da África, os negros trouxeram diversas matrizes culturais que serviram de resistência social ao regime que os oprimia e queria transformá-los em uma espécie de não-ser (MOURA, 1992, p. 17).

A sua religião, cozinha, indumentária, música, sistemas de regadio, plantações e outras manifestações sócias, inclusive dos indígenas. Segundo Moura, a cultura foi sinônimo de resistência:

Durante a escravidão, o negro transformou não apenas a sua religião, mas todos os padrões das suas culturas em uma cultura de resistência social. Essa cultura de resistência, que parece se amalgamar no seio da cultura dominante, no entanto, desempenhou durante a escravidão (como desempenha até hoje) um papel de resistência social (...) uma função de resguardo contra a cultura dos opressores (MOURA, 1992, p. 18).

Por esse motivo, foi arquitetada (e continua funcionando) a inferiorização das religiões africanas, seus instrumentos e credences (posteriormente denominadas como afro-brasileiras). O monopólio da igreja católica à época fez com que tais culturas se tornassem algo perigoso, o que pode ser reconhecido até hoje. Foram realizadas às sombras durante a escravidão e pelos aparelhos de poder das classes dominantes, após a abolição (MOURA, 1992, p. 18).

Para Moura, aquele que não pode atacar de forma direta, procura formas simbólicas e alternativas para oferecer resistência a essas forças superiores. Dessa forma não houve sincretismo pelo negro, mas, pelo contrário, a religião foi preservada para os seus deuses para preservá-los da imposição da religião católica (MOURA, 1992, p. 18).

A política também foi uma área de participação e contribuição do negro, sendo ele livre ou escravizado, em quase todos os movimentos sócio-políticos, realizados no Brasil durante sua trajetória social e histórica. Além dos quilombos que também são considerados movimentos políticos independentes, dos próprios negros e estavam presentes em quase todos os confrontos na Colônia, Império e os dias atuais (MOURA, 1992, p. 20).

Nas lutas pela expulsão dos holandeses, pela independência, na revolução Farroupilha, nos movimentos radicais da plebe rebelde, como a Cabanagem, no Pará, no movimento Cabano, em Alagoas, ele esteve presente (o quilombo). Também na Inconfidência Mineira, Inconfidência Baiana (MOURA, 1992, p. 20).

9. Imigração estadual, abolição e trabalhadores europeus

No ano de 1850, foi extinto o tráfico de escravos da África para o Brasil, iniciando-se, assim, a crise do sistema escravista, pois a tendência era o decréscimo da população negra no Brasil. E concomitantemente, a fuga do escravo era permanente tornando a defasagem ainda maior, além de custos altíssimos de mão de obra para impedir essas fugas (MOURA, 1992, p. 28).

Com o surgimento do café no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais iniciou-se o recurso de importação dos negros de outras províncias decadentes, como Pernambuco, Bahia e Ceará. O que acarretou, por diversas vezes, na fragmentação da família negra para essas vendas. A realidade, portanto, era que o negro não apenas trabalhava, mas era mercadoria que poderia ser vendida a qualquer momento (MOURA, 1992, p. 28).

Nesse momento, o negro deixou de ser mercadoria barata e substituível, mas, pelo contrário, devia ser protegida, pois a sua inutilização iria onerar o custo da produção. Em consequência, o capital investido deveria ser protegido e assim surgem as leis protetoras. A Lei sexagenária, a do ventre-livre, a extinção da pena de açoite, a proibição de se venderem para senhores diferentes membros da mesma família negra, entre outras, eram mecanismos que protegiam mais a propriedade do dito senhor do que a pessoa do negro escravo (MOURA, 1992, p. 29).

A crise no sistema e a guerra do Paraguai, a qual foi responsável por matar cerca de 90.000 negros, pela batalha compulsória e falsas promessas de liberdades, começaram a dar espaços para os imigrantes e configuraram pequenos grupos para pensarem no movimento abolicionista a partir de 1871. O que concretizou com a abolição da escravatura em 1888 (MOURA, 1992, p. 30).

A partir da data de 13 de maio de 1888 os então negros libertos passaram a ter uma nova forma de vida na sociedade brasileira. Segundo Florestan Fernandes: “(...) *aos escravos foi concedida à liberdade teórica sem qualquer garantia de segurança econômica ou de assistência compulsória*” (1965, p. 106). Esse fato transportou os negros das senzalas para os cortiços nas zonas urbanas (MOURA, 1992, p. 30-31).

Nesse sentido, foi suposto que se havia conquistado a liberdade e os caminhos para a cidadania estavam abertos, tendo como certa a equiparação dos então libertos negros com os demais cidadãos do Império. Entretanto, lamentavelmente, a cidadania era simbólica e habilmente elaborada pelas classes dominantes (MOURA, 1992, p. 33).

Após esse fato, vários movimentos negros surgiram para que a cidadania fosse algo plausível, como a Frente Negra Brasileira, que chegou a ser reconhecida internacionalmente. O movimento negro unificado contra a discriminação racial e, assim, a partir dessas organizações militantes, outras surgiram no Brasil e que se encontram até hoje.

Até meados da década de 1880, tínhamos o enfoque sobre a escravidão, o movimento abolicionista e a transição para o trabalho livre. A partir da abolição, esses temas são substituídos pela necessidade de implantação no Brasil de políticas de incentivo à imigração europeia, justificando-se pela necessidade crescente de mão de obra para substituir os escravos. São construídas novas temáticas no sistema, como o desenvolvimento econômico industrial, urbanização e formação da classe operária brasileira.

Mas vale lembrar que no final do século XIX e início do século XX, surgem as teorias raciais que tiveram uma grande aceitação por parte da classe média e alta no país, pois afirmava a superioridade da raça branca. Nesse sentido, a imagem que os viajantes ou mesmo os pesquisadores tinham do país era que seu atraso devia-se ao fato de grande parte da população ser composta por negros. Apontavam como solução para que houvesse desenvolvimento a purificação da população que se tornaria branca ou mestiça. Essas teorias influenciaram o governo fazendo com que fossem adotadas políticas de incentivo à imigração de europeus, branqueando a população (MOURA, 1992, p. 34).

Nesse sentido, após a abolição os proprietários de terra prósperos, fábricas e comércio dispensaram a contratação de funcionários negros para trabalharem em seus estabelecimentos, pois queriam demonstrar modernização, através da possibilidade de aquisição de empregados brancos que era tido como símbolo de prestígio. E assim, após a pseudoliberalidade, surgiram às discrepâncias raciais e classes econômicas que permeiam as relações interraciais até hoje.

10. Mulheres negras: sua participação histórica na sociedade escravista

Falar da mulher negra escrava em um período de extrema opressão à população negra é penetrar no universo de quem viveu a experiência de ter tido sua identidade invisibilizada, ter sido submetida à violência, mas também destacam suas ações de resistência ao sistema.

Segundo o entendimento de Maria da Penha, em seu artigo “*Mulheres negras: sua participação histórica na sociedade escravista*”:

(...) Pretende-se destacar a condição particular e específica dessas mulheres buscando recuperar na interconexão entre escravismo e patriarcado, as estratégias de resistência e as maneiras como a mulher escravizada procurava a liberdade, ou a liberta procurava ascender socialmente. (...) num quadro social que as oprimia, partindo da análise de que as mulheres negras participavam da sociedade escravista tanto na condição de escrava quanto de liberta e livre com demandas específicas e maneiras próprias, dada sua condição naquele quadro social. (PENHA, 2010, p. 2)

A submissão e obediência camuflavam estratégias de resistências que garantiam a sobrevivência de mulheres e homens negros. Quanto às relações, as mulheres escravizadas esgueiram-se dos parâmetros ideológicos, pois sua vida não estava voltada à procriação, nem a reprodução e nem somente seus afazeres domésticos, corroborando com o entendimento de Angela Davis, o que interessava aos ditos senhores era explorar a força produtiva de seus escravos, sem se importar com o gênero dessa tal força (PENHA, 2010, p. 3).

Às mulheres negras grávidas o trabalho era compulsório e quanto aos seus filhos a falta de humanidade era a mesma, pois eram vistos como algo antieconômico:

Assim uma mulher negra grávida era mantida desenvolvendo trabalho compulsório e com respeito aos filhos, a esses nenhuma importância era dada já que aos olhos do senhor eram antieconômicos, e não são raros os relatos de abandono de crianças por representarem uma despesa a mais para os senhores e também motivo para que a mãe negra passasse a desempenhar com menor intensidade suas tarefas visto que teria de dedicar-se ao filho (PENHA, 2010, p. 3).

Penha cita em seu artigo o pensamento de Giacomini que, se referindo ao quão árduo é ser uma mulher negra escravizada no Brasil, aponta que estas se utilizavam de meios como o aborto e o infanticídio para libertar seus filhos da escravidão:

Ser mulher e ser escrava dentro de uma sociedade extremamente preconceituosa, opressora e sexista, é reunir todos os elementos favoráveis a exploração, tanto econômica quanto sexual, e também ser o alvo de humilhações da sociedade nos seus diferentes seguimentos (...).

Não seria, no entanto, descabido identificar na prática do aborto e do infanticídio uma forma de resistência da escrava seja às péssimas condições oferecidas à procriação, seja ainda a inevitável condição escrava que legaria em herança aos filhos. Os infanticídios, vistos sob esse prisma, seriam, sobretudo, a única e trágica forma visualizada pela mãe escrava para livrar seus filhos da escravidão (GIACOMINI, 1988, p. 26 *apud* PENHA, 2010, p. 4).

As fugas eram muito frequentes e faziam parte dos protestos pela liberdade e resistências ao sistema escravagista. Apesar de toda dificuldade que envolvia a vida das

escravizadas, a necessidade de fuga para abandonar não só trabalho, mas, também os castigos eram iminentes. Há casos também de escravizadas que fugiram acompanhadas de seus filhos, como a matéria do jornal à época intitulado “Jornal da Parahyba” de 23 de novembro de 1881:

Na noite do dia 10 do corrente desapareceu do engenho Jardim, d’esta comarca de bananeiras, a escrava Dionísia, preta gorda; estatura regular, feições grosseiras, olhos apertados, matriculada neste município em 1872 com a idade de 25 annos; um filho da mesma escrava de nome Fernando, cabra escuro, cabellos carapinhos, nariz muito chato, gago, com uma cicatriz de queimadura que apanha do estomago ao meio das costellas. (Jornal da Parahyba, 23 de novembro de 1881) (PENHA, 2010, p. 4).

O grau de complexidade que as fugas envolviam: a ação, fugir e manter-se escondido eram situações bem complexas, segundo Penha: “*As fugas estavam inseridas na experiência cotidiana dos escravos e constituem um aspecto revelador dos mecanismos de resistência, destacando a constituição de comunidades, identidades e culturas*” (PENHA, 2010, p. 5).

As fugas no Brasil se transformaram posteriormente nos símbolos de resistências quilombolas, comunidades negras em locais escondidos e fortificados em meio às florestas, onde se plantavam, produziam e buscava-se viver o mais próximo da liberdade (PENHA, 2010, p. 5). Dentro desses quilombos surgiram líderes e guerreiras como Dandara, com a ideologia da liberdade nos seus traços.

Dentro do Quilombo dos Palmares, Dandara, juntamente com outras mulheres negras, cumpria um papel fundamental na plantação dos alimentos, produção da farinha de mandioca e no cuidado de crianças e idosos. Mas suas atividades não se limitavam a essas tarefas: ela também teria se dedicado à caça, a lutar capoeira e empunhar armas, liderando militarmente as mulheres que faziam parte do exército negro palmarino. Uma mulher que se recusou a aceitar qualquer tipo de acordo com os senhores racistas, que cinicamente tentavam cooptar os guerreiros negros, oferecendo terras para que eles deixassem de lado sua luta (PENHA, 2010, p. 5).

Seus sonhos eram permeados por uma ideia: a de que não bastaria conquistar a liberdade apenas para aqueles que viviam em Palmares. Sua luta era para conquistar a liberdade para todos seus irmãos. Apesar de ainda ser desconhecida pela ampla maioria da população, a história das mulheres negras foi marcada pela resistência, cumprindo um papel fundamental: com fugas, formação de quilombos, envenenamento de senhores, busca por um ritmo de trabalho menos árduo, formação de laços afetivos e comunitários de apoio (PENHA, 2010, p. 5).

Trazendo à vista o entendimento de Angela Davis com a visão da força da mulher negra na escravidão norte-americana e, apesar das diferentes circunstâncias da escravidão nos dois

países, as conclusões da filósofa da teoria crítica aplicam-se à realidade brasileira: Multitarefas e multipersonalidades são os pontos essenciais da mulher negra na história.

Além de todo aspecto de invisibilidade, das construções familiares, das forças de trabalho na lavoura e domésticos, a necessidade, como mãe de decidir entre seu próprio filho ou a escravidão. Todos esses fatores permeavam as mulheres negras no contexto da escravidão em um modo geral e foi perpassado pelo tempo e refletem na contemporaneidade.

CAPÍTULO II

CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA ESCRAVIDÃO E A MULHER NEGRA

1. Biopoder, Contrato racial e Epistemicídio na sociedade brasileira

Aparecida Sueli Carneiro, doutora em filosofia pela Universidade de São Paulo, escritora e ativista do movimento negro brasileiro, fundadora e atual diretora do Geledés – Instituto da Mulher Negra e considerada uma das principais autoras do feminismo negro no Brasil, em sua tese de doutorado intitulada “*A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*” propôs um estudo de cunho reflexivo mesclando os conceitos de contrato racial, biopoder e epistemicídio e aplicando-o às relações raciais no Brasil, como segue:

Nela (tese) procurei demonstrar a existência no Brasil, de um contrato racial que sela um acordo de exclusão e/ou subalternização dos negros, no qual o epistemicídio cumpre função estratégica em conexão com a tecnologia do biopoder (CARNEIRO, 2011, p. 77).

Guardadas as devidas proporções, também esta monografia visa a realizar a interrelação entre os pressupostos da biopolítica (a partir das considerações de Michel Foucault sobre o tema) e do epistemicídio, para fins de se examinar a ideia de contrato racial, conforme segue.

2. Biopoder por Michel Foucault e a realidade brasileira

Michel Foucault, idealizador do paradigma filosófico de biopoder, identificou-o como a interferência sobre os processos biológicos da população, que fundamenta a sociedade a partir do século XIX, destacando que o domínio sobre os fenômenos naturais somente ocorre partindo de mecanismos de gestão rigorosos (CARNEIRO, 2005, p. 78). A biopolítica¹ se converte em biopoder e promove três novos elementos desconhecidos: a população (os corpos múltiplos); a busca do controle sobre os fenômenos coletivos e aleatórios e o poder que consiste em fazer viver e em deixar morrer. Então, nesse terceiro elemento, Foucault incluiu em sua reflexão sobre as tecnologias de poder, o racismo. Para ele:

¹ A biopolítica é o termo utilizado por Foucault para designar a forma na qual o poder tende a se modificar no final do século XIX e início do século XX, sendo a prática de biopoderes locais. No biopoder, a população é tanto alvo como instrumento em uma relação de poder.

Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo (Foucault, 2002, p. 304 apud CARNEIRO, 2005, p. 78).

Para o filósofo, os mecanismos para o controle do biopoder resumem-se à frase do “direito de fazer viver e deixar morrer”. Por ser uma das dimensões do poder de soberania dos estados modernos, esse direito de vida e de morte “só se exerce de uma forma desequilibrada, e sempre do lado da morte”. Assim, para Foucault (2002, p. 306):

(...) o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo (FOUCAULT, 2002, p. 306 apud CARNEIRO, 2011, p. 25) (grifo nosso).

Portanto, o biopoder, segundo Foucault, permite ao Estado decidir quem deve morrer e quem deve viver e o racismo seria um elemento essencial para fazer essa escolha. Nesse sentido, entende-se que esse poder permite à sociedade livrar-se de seus seres indesejáveis. É essa política de extermínio que cada vez mais se instala no Brasil, pelo Estado, com a conveniência de grande parte da sociedade, advinda da estrutura de hierarquização imposta desde a época da escravidão; revestida de atualidade e estudos jurídico-sociais com mais complexidade (CARNEIRO, 2011, p. 25-26).

Assim, Contrato Racial, Biopoder e Epistemicídio são conceitos que se prestam como contribuição ao entendimento das graves consequências advindas da escravidão, como o racismo. As análises relativas aos dados sobre a mortalidade, morbidade e expectativa de vida sustentam a visão de que a negritude encontra-se no epicentro da teoria de Foucault aplicável à realidade brasileira, sendo que, para Sueli Carneiro, a população negra é cerceada pelas recorrentes mortes que justificam o ponto de “deixar morrer”:

(...) sendo sua melhor ilustração o déficit censitário de jovens negros, já identificados estatisticamente em função da violência que os expõe prioritariamente ao “deixar morrer”, além dos demais negros e negras, cujas vidas são cerceadas por mortes, preveníveis e evitáveis, que ocorrem pela omissão do Estado (CARNEIRO, 2005, p. 80).

2. Contrato Racial por Charles Mills e o lugar de poder

O contrato racial foi concomitantemente desenvolvido na tese de Sueli Carneiro e na do filósofo afro-americano Charles Mills, no livro *The racial contract* [O contrato racial] (1997), que menciona que nossa sociedade é hierárquica e racialmente dividida em seus aspectos como sistema jurídico ou costumes. Assim, segundo o exposto por Sueli Carneiro:

A inquestionável supremacia branca ocidental no mundo como um sistema político não-nomeado estrutura: “uma sociedade organizada racialmente, um Estado racial e um sistema jurídico racial, onde o status de brancos e não brancos é claramente demarcada, quer pela lei, quer pelo costume” (MILLS, 1999, p. 14 apud CARNEIRO, 2011, p. 26).

Um tipo de sociedade em que o caráter estrutural do racismo impede a realização dos fundamentos da democracia, quais sejam a liberdade, a igualdade e a fraternidade, posto que semelhante sociedade consagra hegemonias e subalternizações racialmente recortadas (CARNEIRO, 2011, p. 26).

Tem-se, portanto, segundo Mills (1999, p. 14 apud CARNEIRO, 2005, p. 88), um sistema de poder fundado no contrato racial, da qual todos os brancos são beneficiários, embora nem todos sejam signatários. No Brasil, pode ser descrito pelas evidências empíricas como a absoluta prevalência dos homens brancos em todas as instâncias de poder da sociedade, nos meios de comunicação, nas diretorias, gerências e chefias das empresas, nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nas hierarquias eclesiásticas, no corpo docente das universidades públicas ou privadas, entre outros (CARNEIRO, 2005, p. 88).

3. Epistemicídio por Boaventura de Souza Santos e o reflexo no Brasil

Sueli Carneiro relata que as oportunidades educacionais são os principais ativos para a imobilidade social no País. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os “racialmente inferiorizados”, o qual ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou invisibilidade das contribuições da ancestralidade africana ao patrimônio cultural da humanidade e pela imposição da cultura europeia. A esses processos, Sueli Carneiro denominou-os como epistemicídio (CARNEIRO, 2005, p. 96).

O conceito de epistemicídio utilizado por Sueli Carneiro em sua tese foi descrito pelo Doutor em Sociologia do Direito, Boaventura Sousa Santos (1997), o qual descreve que o epistemicídio se constituiu e ainda se constitui pela invisibilidade da população negra, a deslegitimação dos seus conhecimentos e culturas ancestrais no processo de destituição da racialidade, da cultura e civilização, como descrito:

O epistemicídio se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento (Carneiro, 2005, p. 96).

Uma das características do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas. Para Boaventura de Sousa Santos (1995, p. 328), a tentativa de eliminação da cultura negra, dada de forma devastadora desde a escravidão, com a tentativa de impedir o surgimento e enriquecimento dos conhecimentos e culturas ancestrais infere-se do epistemicídio (CARNEIRO, 2005, p. 96):

Mas o epistemicídio foi muito mais vasto (...) pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista (...) e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais). (SOUSA SANTOS, 1995, p. 328 *apud* Carneiro, 2005, p. 96).

Sueli Carneiro destinou um tópico exclusivamente para a questão das mulheres negras, intitulado “*Mulheres negras: das mortes preveníveis e evitáveis*” (CARNEIRO, 2005, p. 78), o qual se destaca justamente a invisibilidade instrumentalizada pelo biopoder e o contrato racial, por meio do racismo, o qual respalda o não tratamento adequado às mulheres e decorrendo assim, às suas mortes previsíveis e evitáveis. Inicia-se com os dizeres:

Neste lugar de maior solidão, examino cada decisão que tomo à luz do que tenho aprendido sobre mim mesma e sobre **a autodestruição que me foi incutida pelo racismo e sexismo, pelas circunstâncias de minha vida enquanto uma mulher negra.**” (Lorde, 2000, p. 76) (grifo nosso).

Sueli Carneiro relata que o movimento feminista negro brasileiro tem usado esse termo médico para se referir à morte de mulheres por doenças preveníveis e, em caso de já estarem doentes, deveriam ter tido acesso a tratamento curativo. Portanto, são mortes que não deveriam ter ocorrido (CARNEIRO, 2005, p. 78).

Dentro desse contexto, Sueli Carneiro explana sobre a diversidade de tratamento racial no atendimento à saúde. Para ela, o não aprofundamento das reais peculiaridades das mulheres negras no tratamento acarreta mortes evitáveis, pelo simples fato das prerrogativas proporcionadas para tal desconhecimento que o contrato racial, o biopoder e o epistemicídio corroboram (CARNEIRO, 2005, p. 78):

Condições biológicas aliadas às condições sociais desfavoráveis potencializam-se para inscrever as mulheres negras num círculo de vicioso de incidência superior ao risco de morte (...)

Porém, a desqualificação da importância da vida segundo a racialidade imprime e determina o descaso e a desatenção, e, não prioridade, da busca de reconhecimento e conhecimento dessas singularidades (CARNEIRO, 2005, p. 81).

Sueli finaliza o tópico supracitado com a citação da médica Fátima de Oliveira (Oliveira, 2004):

A mortalidade precoce dos negros desnuda o racismo na (des)atenção à saúde. Além do que, invisibilizar é uma velha e vitoriosa estratégia política sexista e racista. Portanto, eis, para ela, a explicação das dificuldades de pesquisadores da área biomédica e do aparelho formador da área de saúde em relação ao recorte racial/étnico na pesquisa e na assistência em saúde (OLIVEIRA, 2004 *apud* CARNEIRO, 2005, p. 78).

Portanto, a correlação desses três elementos distintos de estudo – o biopoder, o contrato racial e o epistemicídio – no contexto da sociedade brasileira, demonstra-se, por Sueli Carneiro, como a existência de um dispositivo de racialidade.

O racismo descrito no biopoder opera na sociedade brasileira como instrumento articulador de uma rede de elementos bem definida pelo contrato racial, o qual hierarquiza as relações que retira os negros dos lugares de poder, que define as funções (atividades no sistema produtivo) e papéis sociais, este recorte interpretativo localiza neste cenário o epistemicídio como um elemento constitutivo do dispositivo de racialidade e biopoder com a tentativa de invisibilidade da cultura negra, tomando do negro a oportunidade de ser singular (CARNEIRO, 2005, pp. 78-82 e 96).

4. Dados sobre as mulheres negras no Brasil por meio da interseccionalidade

Primordialmente, destaca-se que o documento aqui esmiuçado contém dados do ano de 2013, sendo esses específicos sobre a mulher negra dentro do contexto da sociedade brasileira, elaborado por instituições de destaque sobre os estudos descritos e de extrema relevância para a compreensão da presente monografia. Cabe ressaltar ainda, que dados tão específicos não foram atualizados desde então, trazendo à realidade, a já mencionada invisibilidade da mulher negra brasileira. Isto posto, segue com a explanação pertinente.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2013) juntamente com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República - SPM/PR, a Secretaria

de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPPIR/PR e a ONU Mulheres, elaboraram o documento intitulado “*Dossiê Mulheres Negras: Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*” (IPEA, 2013, p. 9).

Nele consolidaram os indicadores sociais anuais e em nível nacional brasileiro para mensurar as disparidades dos grupos gênero (homens/mulheres) e raciais (brancos/negros) em campos como: educação, mercado de trabalho, saúde, desigualdade de renda, entre outros. Com atenção especial às mulheres negras brasileiras, com o objetivo de analisar os contextos de inserção e participação delas na sociedade brasileira ao longo dos últimos anos. Como consta:

Os indicadores sociais disponibilizados todos os anos em nível nacional, e consolidados na publicação *Retrato das desigualdades de gênero e raça*, editada pelo Ipea em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR) e a ONU Mulheres, permitem dimensionar as grandes distâncias que ainda separam homens e mulheres e negros e brancos. De qualquer ângulo em que se tomem estes grupos – no campo da saúde, do trabalho, da educação, no espaço doméstico –, a realidade ainda revela muitas desigualdades. (...) **As instituições parceiras abrem espaço para que as questões aqui colocadas sejam analisadas a partir da perspectiva de jovens mulheres negras**, convidadas a estudar um conjunto de indicadores sociais capazes de evidenciar as inúmeras desigualdades integrantes de suas experiências enquanto pertencentes ao grupo que vivencia, no cotidiano, o impacto destes processos múltiplos e simultâneos de exclusão (IPEA, 2013, p. 9) (grifo nosso).

Ademais, os indicadores supracitados são todos baseados nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), realizadas anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, portanto, são representativos da realidade nacional e contam com periodicidade anual. Cabe ressaltar que foi optado por se trabalhar com a categoria negra, construída a partir das somas das categorias preta e parda, assim coletadas pelo IBGE, utilizando-se de apenas duas categorias raciais para representatividade amostral: brancos e pretos.

O IPEA utilizou-se da ideologia da interseccionalidade dentro desse amplo estudo para o entendimento da dinâmica singular, a qual exige as relações de exclusão e opressão, ou seja, a percepção de uma mulher negra dentro de tal circunstância, não será a mesma de um homem negro, nem a de um homem negro será a de uma mulher branca e assim por diante, como o início do dossiê explica:

Trata-se da ideia de interseccionalidade, que remonta às dinâmicas e processos de interação entre dois ou mais eixos de subordinação na construção de situações de exclusão e opressão. Isto significa que tais situações são vivenciadas de forma diferenciada se consideradas mulheres negras e brancas, ou homens negros e brancos.

São ainda mais diferenciadas se inseridas na análise as categorias de classe, geração, regionalidade ou orientação sexual (IPEA, 2013, p. 9).

O aspecto apontado pela SPM/PR é sobre o binômio: sexismo e racismo; ideologias geradoras de violência dentro do cotidiano brasileiro, o qual corrobora para uma estrutura desigual em diversos aspectos, como o reconhecimento de que a vivência das mulheres é perpassada por uma série de injustiças. Esse estudo trouxe a possibilidade de dar visibilidade às vozes silenciadas dessas jovens mulheres negras:

O sexismo e o racismo são ideologias geradoras de violência e estão presentes no cotidiano de todos(as) os(as) brasileiros(as): nas relações familiares, profissionais, acadêmicas e nas instituições, o que permite afirmar serem dimensões que estimulam a atual estrutura desigual, ora simbólica, ora explícita, mas não menos perversa, da sociedade brasileira (...)E é também esta mesma compreensão que orientou a produção do Dossiê mulheres negras (...)

Trata-se do espaço ocupado por vozes silenciadas que provam ter o que dizer: são as vozes das jovens mulheres negras. Com efeito, todos os artigos contidos neste volume foram elaborados por jovens mulheres negras que cruzam as próprias experiências com as realidades demonstradas nos dados que analisam (IPEA, 2013, pp. 11-12) (grifo nosso).

Para a ONU Mulheres, esta pesquisa foi propícia para o entendimento do binômio – sexismo e racismo – como base sedimentada para a pobreza no nosso País, e acrescenta que só se pode haver desenvolvimento efetivo quando se conhece as causas dos problemas da população e com a construção de políticas públicas adequadas à realidade brasileira. Além do enfrentamento das desigualdades étnico-raciais:

Para além de incluir as mulheres, a população negra e os povos indígenas nos cadastros e programas sociais, há que se estabelecer um compromisso com o rompimento das desigualdades étnico-raciais e de gênero, e com a desconstrução de papéis pré-concebidos e estereótipos, por intermédio da ação formativa, educativa e afirmativa. O *dossiê mulheres negras* vem, assim, somar-se aos esforços da ONU mulheres em promover a igualdade de gênero, raça e etnia e o empoderamento das mulheres no país (IPEA, 2013, p. 12).

Para a SEPPIR, o binômio causa estagnação aos avanços no quadro geral da história do Brasil, como a ampliação da escolaridade, por exemplo, pois eles não são suficientes para provocar uma redução significativa das visões estereotipadas e diferenciações nas condições de acesso aos direitos e às oportunidades. Nesse sentido, o *Dossiê* tem o olhar a partir de jovens pesquisadores – mulheres negras – as quais descreve suas possibilidades concretas e acesso ao trabalho, à educação:

Na história recente do Brasil, sobressaem os avanços em termos de crescimento econômico, de ampliação da escolaridade e de redução da pobreza, resultantes do êxito de políticas sociais de cunho redistributivo e de valorização do salário mínimo. Estas, associadas à adoção de ações afirmativas, especialmente no campo da educação (...) contudo, verifica-se que esse quadro mais geral de aumento de oportunidades tem sido insuficiente para provocar uma significativa redução nas desigualdades raciais e de gênero. (...) se destacam o racismo e o sexismo, que se combinam para delinear na sociedade visões que estereotipam e classificam capacidades e atributos de brancos e negros, de mulheres e homens, de modo a produzir condições diferenciadas de acesso a direitos e a oportunidades (...)

A partir do olhar de jovens pesquisadoras, elas mesmas representantes dos processos recentes de inserção da pessoa negra em diversas áreas da vida social. A leitura corajosa dos indicadores dá conta da situação da maioria das mulheres negras e descreve suas possibilidades concretas de acesso ao trabalho, à educação, à justiça e às tecnologias digitais. Trata-se de uma rica análise, que se coaduna com os esforços do governo federal para responder às demandas (IPEA, 2013, p. 13) (grifo nosso).

5. Compilação dos dados e índices gerais da mulher negra

Após as breves explanações de cada órgão idealizador do *Dossiê*, a introdução trouxe o objetivo de tal documento que consta da análise dos contextos de inserção e participação das mulheres negras na sociedade brasileira, tendo sido convidadas mulheres negras acadêmicas ou de organizações governamentais com reflexão acerca do tema, com o intuito de dar voz espaço a novas reflexões, como segue:

Objetiva analisar os contextos de inserção e participação das mulheres negras na sociedade brasileira ao longo dos últimos anos. Para a elaboração deste livro, foram convidadas jovens mulheres negras, com alguma inserção no campo da academia ou das organizações governamentais e que já houvessem produzido reflexões acerca da temática. **Esta escolha foi percebida pelas instituições organizadoras como uma forma de dar voz e espaço a novas reflexões que estejam surgindo no contexto nacional, valorizando a produção e o conhecimento deste grupo específico de mulheres (IPEA, 2013, p. 13) (grifo nosso).**

Nesse sentido, foi apresentada uma breve contextualização sobre o perfil das mulheres negras no Brasil. Para iniciar tal estudo, cabe mencionar que os dados começaram a ser analisados no ano de 1995 e são coletados até o ano de 2009. Nesse ano, do total de mulheres, 51% eram negras (IPEA, 2013, p. 21). Dado interessante a mencionar é o fato de que somente a partir de 2008, as negras passaram a essa porcentagem superior, com 70 mil negras a mais na totalidade da pesquisa (negras/brancas), no ano de 2009 a diferença era quase 600 mil (IPEA, 2013, p. 21).

Tal aumento, entretanto, não se refere a taxas de fecundidade ou de natalidade, segundo o *Dossiê*; na verdade, houve maior identidade, valorização e reconhecimento da população

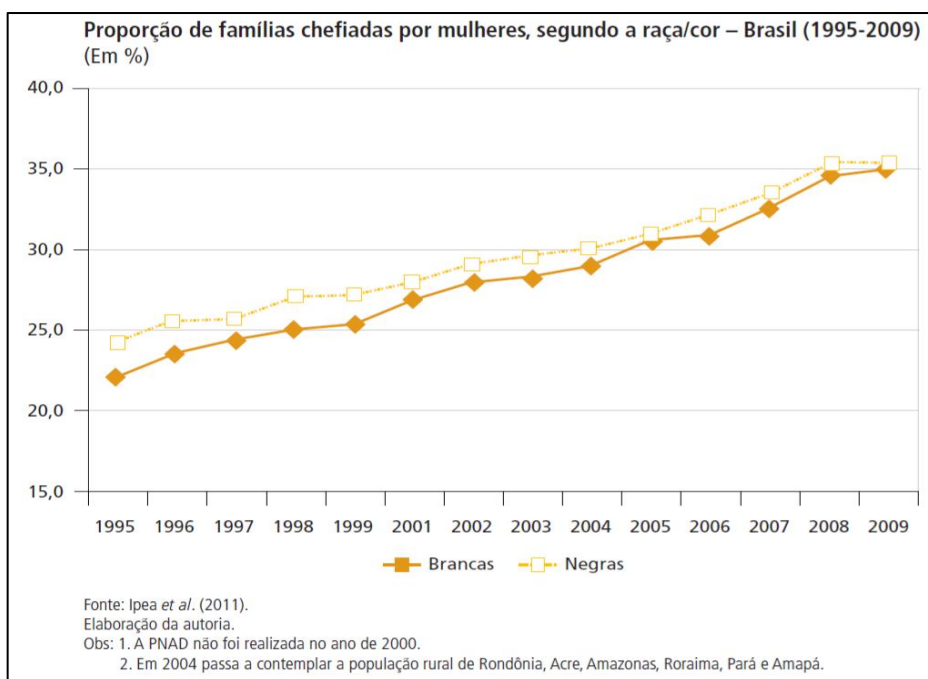
negra e para a população negra como tal, ou seja, há uma mudança na forma como as pessoas percebem e declaram sua própria raça ou cor (IPEA, 2013, p. 22).

Outro conjunto de questões importantes para a análise das desigualdades raciais percebidas entre as mulheres refere-se às características e à conformação dos arranjos familiares entre os diferentes grupos raciais.

Vale destacar que o Brasil tem apresentado um quadro de mudanças em várias dimensões relativas à vida das mulheres. Neste contexto, uma relevante mudança verificada foi o aumento de mulheres apontadas como “chefes de família”. Tal definição foi colocada no primeiro censo em 1872 para definir o “homem da casa”, no decorrer do tempo, foi-se flexibilizando e no ano de 2010, o termo foi substituído por pessoa responsável, a qual é reconhecida como tal pelos moradores, além de trazer a possibilidade da responsabilidade compartilhada, sem critérios predefinidos para a escolha dos responsáveis, como por exemplo, critérios como renda, escolaridade, idade, entre outros. (IPEA, 2013, p. 24-25).

A tendência de aumento das mulheres como chefes de família, teve uma proporção significativa das mulheres negras. Enquanto a maioria das famílias era chefiada por mulheres brancas em 1995 (54,4%), em 2009, a maioria torna-se chefiada por mulheres negras (51,1%), conforme especificado no gráfico I:

GRÁFICO I

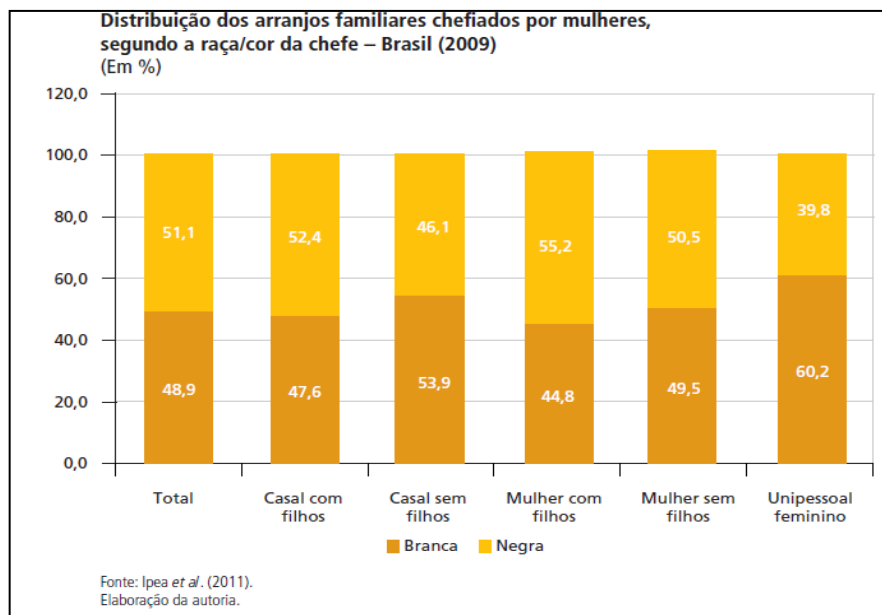


Em 1995, a grande maioria das famílias chefiadas por mulheres se caracterizava por uma chefia feminina solitária, na qual inexistia a figura do marido ou companheiro – cerca de 70%. Eram, predominantemente, mulheres idosas ou adultas separadas que residiam com seus filhos (IPEA, 2013, p. 27). Veem-se, nesse contexto, resquícios da família matriarcal, descrita por Angela Davis, a qual as mulheres negras eram o centro do núcleo familiar e muitas delas não tinham a presença masculina, devido à separação no período da escravidão.

Ainda em 1995, os dados apontam que quase 70% das famílias era, naquele momento, do tipo “mulher com filhos”, 18% eram formadas por mulheres sozinhas e outros 10% por mulheres sem filhos, mas em coabitação com alguma outra pessoa. Menos de 3% desta chefia feminina envolvia mulheres que possuíam cônjuge ou companheiro. Outro aspecto, são os dados das famílias do tipo casal – com e sem filhos – cuja chefia era feminina, em 2009, alcançavam 26% do total. Em movimento contrário, as famílias do tipo “mulher com filhos” perderam significância, atingindo 49% do total. Isto explica, portanto, que o apontamento de mulheres como chefes de família está cada vez menos limitado a lares monoparentais, trazendo consigo o reconhecimento de família negra (IPEA, 2013, p. 27).

As famílias chefiadas por mulheres negras são maioria entre aquelas dos tipos “casal com filhos” e “mulher com filhos” sendo respectivamente 52,4% e 55,2% do total das famílias com “chefia” feminina. Estas são famílias que tendem a ser mais numerosas e representavam os dois modelos mais frequentes entre as chefes negras e a chefia feminina de modo geral (IPEA, 2013, p. 27). Seguem dados, conforme o gráfico II:

GRÁFICO II



Duas outras vertentes quanto aos dados da família com mulheres negras são a renda e a faixa etária. Primeiramente, os dados indicam, de modo geral, uma melhora na renda *per capita* das famílias, beneficiando, mais fortemente, a população negra. É possível perceber, ao longo do tempo, uma redução na desigualdade: em 1995, as mulheres negras ganhavam cerca de 40% do que recebiam as mulheres em geral, em 2009, chegaram a 51%. Não obstante, quanto ao crescimento da renda periódica, as piores condições de renda são das famílias chefiadas por mulheres negras: entre estas, 69% possuíam, em 2009, renda familiar de até um salário mínimo. A melhora da renda global não impediu, portanto, uma situação de carência, concluindo, que mesmo com o incremento na renda *per capita* em geral, não foi capaz de sanar um cenário de desigualdades de gênero e raça (IPEA, 2013, p. 29).

Quanto a esta etapa geral de compilações sobre as mulheres negras há, ainda, os dados relativos à faixa etária dessas mulheres dentro da sociedade brasileira; na totalidade, a chefia feminina tem como característica a prevalência de mulheres de faixas etárias mais elevadas. Entre as mulheres que chefiavam famílias, em 2009, 84% possuíam 30 anos ou mais de idade e, em relação à dimensão racial, nota-se que as mulheres negras chefes de famílias estão relativamente mais presentes entre aquelas de até 44 anos de idade (IPEA, 2013, p. 29).

3. Escolaridade, mercado de trabalho, desigualdade e vitimização

No estudo do IPEA, encontram-se três capítulos os quais são estudos produzidos por mulheres negras, dentro do seu lugar de fala, com temas relativos a: sistema educacional e

mercado de trabalho, pobreza e desigualdade e vitimização e acesso à justiça. Ambos utilizando-se como base, de forma praticamente unânime, a interseccionalidade, segundo a visão principal da mulher negra para justificativa das invisibilidades e vulnerabilidades sociais (IPEA, 2013, p. 29).

O Capítulo I apresenta o texto elaborado por Edilza Correia Sotero, Doutoranda em sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), o qual trata do acesso diferenciado, pelas características de raça/cor e gênero, ao sistema educacional, especialmente ao ensino superior, ao longo do período de 1995 a 2009 (IPEA, 2013, p. 36).

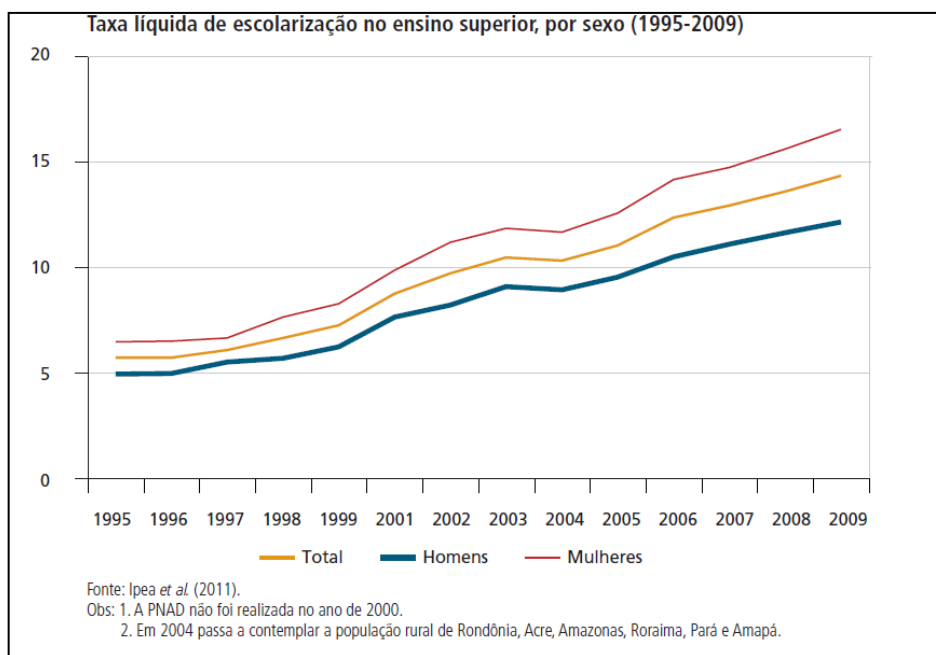
A autora desenvolve suas reflexões tendo como referência o pensamento do feminismo negro, como o de Patricia Collins (1990), que posiciona as mulheres negras no centro do seu pensamento, trazendo uma reconfiguração das hierarquias, desconsiderando-se a matriz de dominação do patriarcado, para pensar a intersecção das desigualdades, sendo que a mesma pessoa pode se encontrar em diferentes posições dentro de um contexto, nesse caso, estaria assentado no cruzamento entre gênero, raça e classe, sem predominância de algum elemento sobre outro, não só em termos de produção, mas de análise, ao privilegiar o lugar que a mulher negra ocupa na estrutura social (IPEA, 2013, p. 36).

Há a reprodução da hierarquia no interior do sistema educacional, e com isso, a autora propõe a reflexão sobre a educação formal brasileira nos últimos dez anos, tendo como objeto de estudo a educação das mulheres negras no ensino superior, utilizando-se da interseccionalidade, investigando o lugar da mulher negra nesse campo e sua posição em relação aos demais grupos os quais compõem esse sistema acadêmico (IPEA, 2013, p. 37).

O primeiro ponto de pesquisa são os dados sobre a taxa de escolarização líquida² no ensino superior que teve um acentuado crescimento (por meio de ações afirmativas como bolsas e financiamentos), independentemente de gênero e raça, o qual revelou que, apesar do crescimento no acesso ao ensino superior no Brasil, este fato não significou igualdade de presença entre homens e mulheres no nível de ensino, mantendo a distância entre estes na sociedade, conforme gráfico III (IPEA, 2013, p. 37):

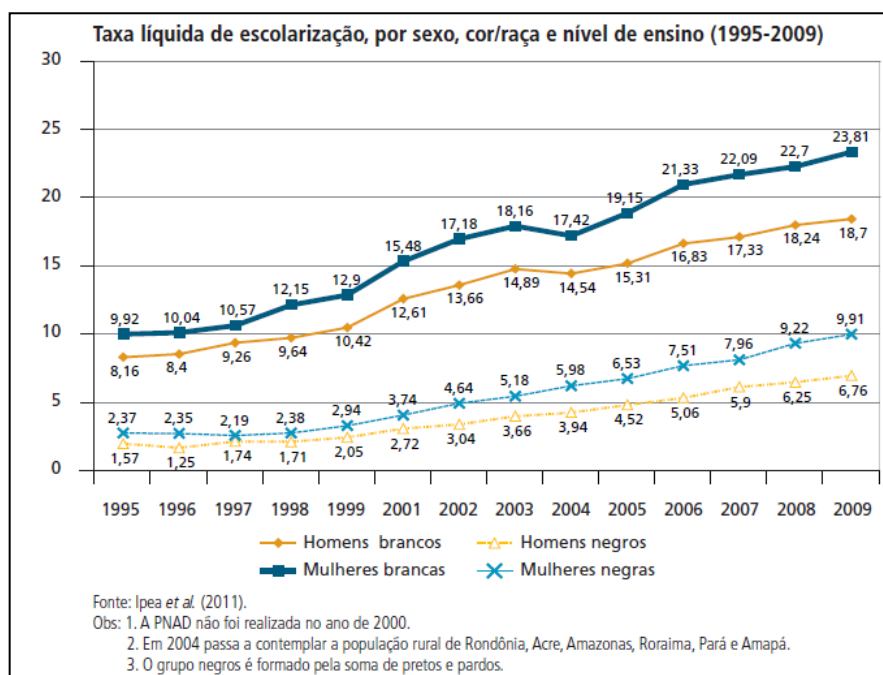
GRAFICO III

² A taxa líquida de matrícula pode ser definida como o percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino adequado à sua idade. Neste relatório, a idade adequada que foi considerada é a compreendida entre 18 e 24 anos (IPEA, 2013, p. 38).



Vê-se, nitidamente, que as mulheres possuem as melhores chances de ingresso e permanência nas universidades (IPEA, 2013, p. 38). Entre outra perspectiva, quando se leva em consideração a classificação racial, há tamanha discrepância entre mulheres negras e brancas e entre homens negros e brancos, como se pode notar no gráfico IV, que representa a sequência histórica da taxa de escolaridade, por sexo, segundo cor/raça, a partir de 1995:

GRAFICO IV



O que se observar-se quanto a taxa líquida de escolarização no ensino superior, segundo a cor, é que as desigualdades raciais não estão diminuindo, a despeito do crescimento absoluto das taxas. Em 2009, a diferença entre mulheres brancas e negras era de 13,9 pontos percentuais, evidenciando as desigualdades no campo acadêmico. Portanto, no caso de inclusão ao ensino superior, tem-se uma ampliação da presença de mulheres negras no ensino superior, fortemente influenciada por estratégias de ações afirmativas implementadas ao longo dos últimos anos; entretanto, o aumento não é o suficiente para promover qualquer tipo de igualdade entre raças e gêneros (IPEA, 2013, p. 47).

A taxa de escolaridade influencia diretamente no mercado de trabalho, para a inserção, permanência e/ou ascensão. Nesse sentido, inicia-se a explanação do segundo texto, realizado por Márcia Lima, professora de sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), e Flávia Rios, doutoranda em sociologia também na USP, abordando a questão das desigualdades no mercado de trabalho brasileiro, analisando-as por meio da sociologia, da estratificação social³ e a interseccionalidade, valendo-se do binômio – raça e gênero – como explicação para esse fenômeno na sociedade, assim sendo (IPEA, 2013, p. 55):

Em primeiro lugar, tais atributos (raça e gênero) implicam em desvantagens históricas para determinados grupos sociais e atuam de maneira decisiva na definição da posição social dos indivíduos. Em segundo lugar, porque ajudam a compreender os mecanismos e processos de produção e reprodução das desigualdades, ao evidenciar a relação entre atributos individuais e estrutura social. Gênero e raça são, portanto, nos termos de Fraser (2001), paradigmas de coletividades bivalentes, pois abarcam dimensões econômicas e dimensões cultural-valorativas, implicando problemas de redistribuição e de reconhecimento (IPEA, 2013, p. 55).

A estratificação social explica-se com os termos: adscrição (atributos herdados – raça, sexo, idade, entre outros) e a aquisição (atributos adquiridos com base no esforço individual), aquele termo atua na hierarquização e influencia na posição social dos indivíduos no sistema de estratificação, refletindo-se em desigualdades entre os grupos sociais na apropriação de posições na hierarquia social (IPEA, 2013, p. 55). As autoras, ao delimitarem o conceito ao caso brasileiro, acreditam que apesar da redução das desigualdades sociais, ainda persistem padrões desproporcionais de participação na educação e no mercado de trabalho que afetam de forma específica as mulheres, os negros e, em especial, as mulheres negras (IPEA, 2013, p. 56).

³ Estratificação social é um conceito sociológico utilizado para classificar os indivíduos ou grupos a partir da análise das condições socioeconômicas, servindo também como base para entender a configuração da sociedade em hierarquias e na formação das desigualdades sociais.

Como, mencionado no primeiro texto, aqui se reitera que o melhor desempenho educacional, como as maiores taxas de escolarização, é representado pelas mulheres; entretanto, elas ainda enfrentam desigualdades extremas no que diz respeito aos retornos esperados pelo investimento educacional: seus rendimentos são inferiores aos dos homens, sua participação nos postos de comando e na condição de proprietárias-empregadoras ainda é restrita.

Estas desigualdades também estão relacionadas à condição de gênero, como a média de horas trabalhadas das mulheres ser inferior a dos homens, dada a necessidade de dupla jornada, além de estarem concentradas nos setores de atividade com salários mais baixos (IPEA, 2013, p. 56).

Por meio dos dados, entre os anos de 1995 e 2009, analisou-se a situação das mulheres negras e as principais mudanças nesse contexto, examinando a sobreposição dos atributos – raça e gênero – no perfil socioeconômico dessas mulheres, tendo como foco o mercado de trabalho e dois aspectos, os quais complementam o entendimento: a educação (como já mencionado, tem extrema relevância na qualificação no mercado de trabalho) e a renda, como efeito posterior à inserção. Cabe mencionar, que as autoras descreveram o porquê desse recorte de período é considerado importante para a população negra, por ter dado certa visibilidade às temáticas da desigualdade na sociedade (IPEA, 2013, p. 57):

O período recortado é particularmente interessante, porque consiste em um contexto de grande discussão em torno de políticas públicas orientadas para a população negra, postas no âmbito nacional pela Marcha Zumbi dos Palmares, em novembro de 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso; apresentadas no plano internacional pela Conferência de Durban, em 2001; e oficialmente institucionalizadas através de órgão próprio na gestão do governo Lula, com a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e da Secretaria de Políticas para Mulheres, em 2003. Neste ambiente político, a temática das desigualdades raciais e de gênero ganhou certa visibilidade em meios de comunicação, nos círculos políticos da sociedade civil e nas universidades (IPEA, 2013, p. 57).

Considera-se o mercado de trabalho como meio ímpar de compreensão dos cenários de amplas desigualdades, uma vez que tanto o acesso ao mercado de trabalho quanto à condição de ingresso neste representam etapas particularmente importantes na trajetória socioeconômica dos indivíduos.

A correlação entre o trabalho e a educação representa, nesse sentido, dois pontos de um mesmo momento: a posição inicial de ingresso no mercado de trabalho influencia-se pelas características educacionais e gera um forte efeito sobre a trajetória subsequente dos indivíduos. O outro ponto, diz respeito aos efeitos discriminatórios produzidos pelo mercado de trabalho: as desigualdades de acesso a determinados ramos de atividade, assim como o ingresso em

ocupações menos formais, estão fortemente mediados por fatores que se relacionam com a discriminação de gênero e raça, o qual continua a operar nos processos de estratificação, onde mulheres negras são alocadas em posições subalternas (IPEA, 2013, p. 57).

Considerando esse panorama, a participação das mulheres negras no mercado de trabalho é um aspecto extremamente relevante para a compreensão da interseccionalidade dos marcadores adscritos – gênero e raça – na constituição das desigualdades sociais brasileiras. Soares (2000, p. 7), mencionado como percussor de uma pesquisa base de análise de renda (tendo o homem branco como padrão) e a despeito de um conjunto de variáveis controladas (como idade, escolaridade, categoria ocupacional e região), relatou que seus resultados indicaram um quadro alarmante no que toca tais desigualdades, particularmente no segmento das mulheres negras (IPEA, 2013, p. 59). Soares citado por IPEA segundo ele: *“As mulheres negras arcam com todo o peso da discriminação de cor e de gênero, e ainda mais um pouco, sofrendo a discriminação setorial-regional-ocupacional que os homens da mesma cor e a discriminação salarial das brancas do mesmo gênero”* (SOARES, 2000, p. 51 apud IPEA, 2013, p. 59)

As análises quanto ao mercado de trabalho, a partir do gráfico V, correlacionam a qualificação de um indivíduo com as chances de ele estar ocupado, ou seja, de pertencer ao mercado de trabalho. Nota-se o crescimento da participação de pessoas com mais anos de escolaridade, em particular, as que possuem o ensino médio e superior. Contudo, ao se observarem os percentuais das mulheres negras em 2009, nota-se que só agora estas atingiram, nas faixas mais elevadas, valores próximos àqueles que as brancas tinham em 1995. As desvantagens das mulheres negras em relação às brancas eram tão elevadas no ponto de partida que, mesmo tendo um bom crescimento ao longo do período considerado, elas ainda se mantêm bem longe de se assemelhar ao perfil das mulheres brancas ocupadas e mais escolarizadas (IPEA, 2013, p. 65).

GRÁFICO V

Variação percentual da escolaridade das/os ocupadas/os com 25 anos ou mais e da escolaridade da população com 25 anos ou mais – Brasil (1995 e 2009) (Em %)							
Raça/gênero	Anos de escolaridade	População ocupada			População total		
		1995	2009	Variação	1995	2009	Variação
Mulheres brancas	Menos de 1 ano	9,9	4,3	-57,0	14,5	9,0	-37,6
	1 a 4 anos	31,5	15,7	-50,2	35,3	22,1	-37,4
	5 a 8 anos	21,1	18,3	-13,4	21,4	19,3	-9,9
	9 a 11 anos	19,3	32,3	67,4	16,8	28,3	69,0
	12 anos ou mais	18,1	29,5	62,5	12,1	21,3	76,3
Mulheres negras	Menos de 1 ano	25,3	11,0	-56,6	30,9	17,1	-44,6
	1 a 4 anos	35,2	22,3	-36,6	35,3	25,8	-26,9
	5 a 8 anos	18,9	22,6	19,2	18,6	22,0	18,1
	9 a 11 anos	15,0	30,6	104,8	11,7	25,8	121,4
	12 anos ou mais	5,6	13,5	140,2	3,5	9,3	162,4
Homens brancos	Menos de 1 ano	10,7	6,1	-42,8	12,6	8,3	-34,4
	1 a 4 anos	34,0	19,7	-42,0	35,2	22,7	-35,5
	5 a 8 anos	24,3	21,7	-10,7%	23,3	20,8	-10,4
	9 a 11 anos	17,1	30,7	79,7	16,1	28,4	76,3
	12 anos ou mais	13,9	21,7	56,6	12,9	19,9	54,0
Homens negros	Menos de 1 ano	28,6	15,0	-47,6	30,7	17,8	-42,1
	1 a 4 anos	37,2	26,3	-29,4	36,7	27,2	-25,8
	5 a 8 anos	20,1	23,9	19,3	19,4	23,0	18,4
	9 a 11 anos	10,9	26,7	145,7	10,2	24,6	142,2
	12 anos ou mais	3,3	8,1	147,1	3,1	7,4	141,7

Raça/gênero	Anos de escolaridade	População ocupada			População total		
		1995	2009	Variação	1995	2009	Variação
Total	Menos de 1 ano	17,5	9,3	-47,1	20,7	13,0	-37,4
	1 a 4 anos	34,4	21,3	-38,3	35,6	24,4	-31,4
	5 a 8 anos	21,6	21,8	0,9	20,9	21,2	1,5
	9 a 11 anos	15,7	29,9	90,8	14,2	26,8	89,4
	12 anos ou mais	10,8	17,8	65,2	8,7	14,6	68,7

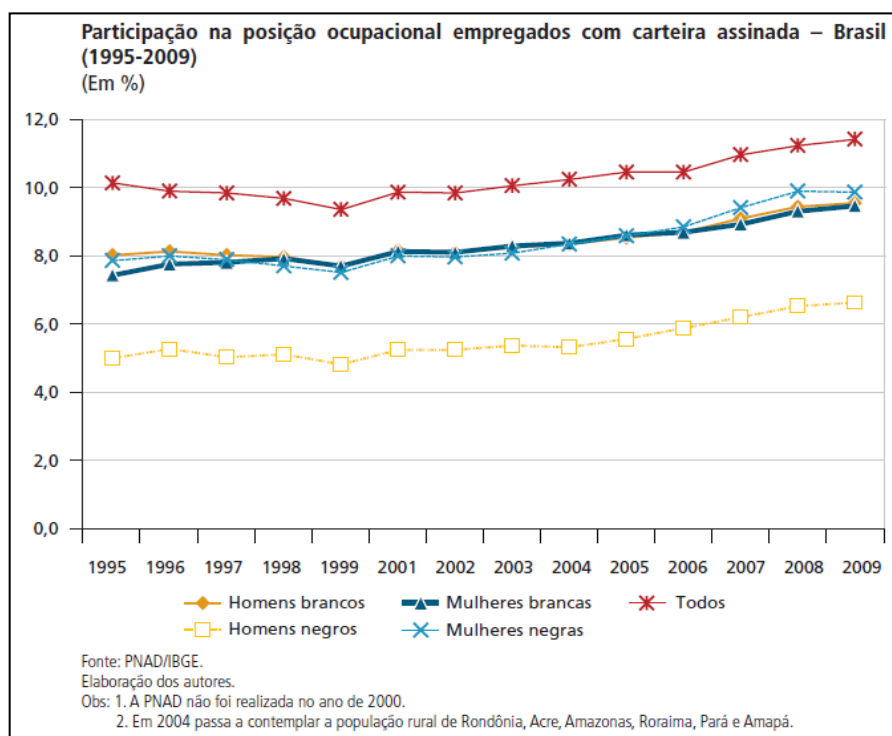
Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração dos autores.

Esses dados evidenciam que, apesar dos nítidos avanços educacionais da população feminina brasileira, elas, e principalmente as mulheres negras, encontram fortes barreiras para converter suas melhores qualificações em maiores vantagens no mercado de trabalho. Ao se compararem estes indicadores com a análise educacional precedente, nota-se que há uma inversão da hierarquia de gênero, ou seja, as mulheres permanecem mais tempo na escola, por um lado; e, por outro, participam menos no mercado de trabalho, indicando desproporcionalidades na trajetória feminina tanto para esfera educacional como para a laboral. As mulheres negras representam a síntese da condição de dupla discriminação: marcadas pelo estigma racial na busca pelo emprego e pelas dificuldades encontradas pelas mulheres (IPEA, 2013, p. 66).

Outro contexto do estudo diz respeito às diferenças de inserção ocupacional, com finalidade de destacar a posição dos indivíduos no mercado de trabalho. No entrecruzamento de raça e gênero, especialmente, com o emprego de carteira assinada – que, segundo a pesquisa,

apresenta os percentuais de participação mais elevados – teve aumento para os quatro grupos considerados. Com maioria de homens brancos, em detrimento das mulheres negras sendo 24,8% destas inseridas mercado de trabalho, considerando o ano de 2009. Nos segmentos intermediários, constam os homens negros com 36,9% e as mulheres brancas com 35,4%, como consta o gráfico VI (IPEA, 2013, p. 72):

GRAFICO VI

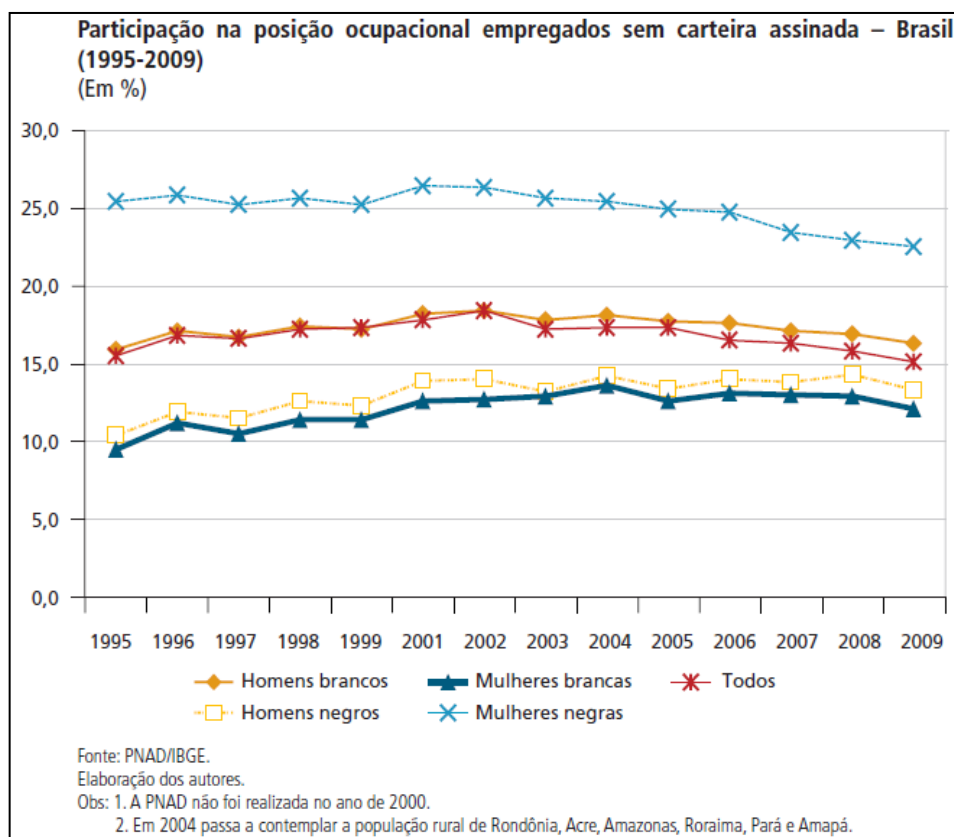


Mostra-se que o maior acesso ao emprego estável e de maior proteção social ao segmento masculino da população, quando comparado ao segmento feminino, mesmo tendo as mulheres mais credenciais educacionais que os homens. Sugere também que os diferenciais de raça e gênero têm peso expressivo quando combinados. As mulheres brancas, que, em geral, são mais escolarizadas, apresentam taxas de participação similares a dos os homens negros, que possuem piores taxas de escolarização. Ademais, as mulheres negras, que também são mais educadas em relação ao segmento masculino de seu grupo de cor, têm a menor participação nesta categoria (IPEA, 2013, p. 72).

No outro lado, a categoria dos empregados sem carteira assinada representa uma condição ocupacional bastante precária, uma vez que não há formalização de vínculos e garantia de direitos trabalhistas. As mulheres negras ocupam o terceiro lugar nessa categoria, saíram de 10,4% e chegaram ao patamar de 13,3%. O aumento da participação feminina negra nessas ocupações que não oferecem proteção social mostra, segundo o estudo, as desvantagens de

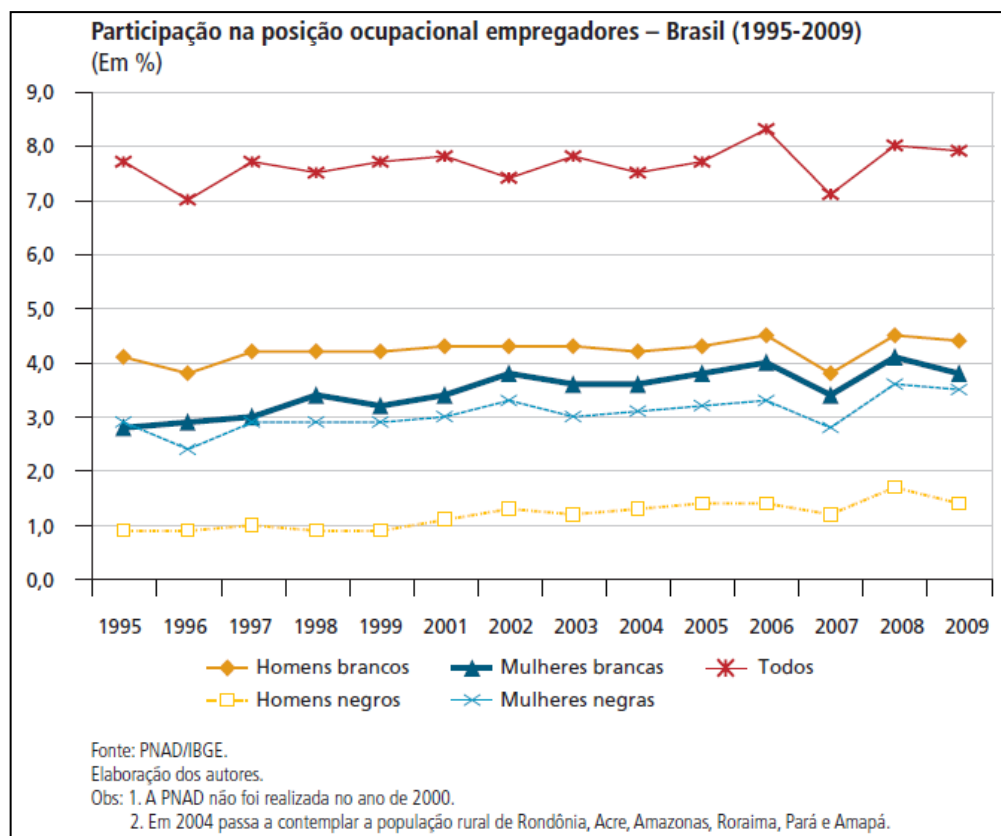
gênero no acesso e permanência no mercado de trabalho. As mulheres, portanto, são alocadas naquelas com maior precariedade social (IPEA, 2013, p. 73). Os dados percentuais constam no gráfico VII:

GRAFICO VII



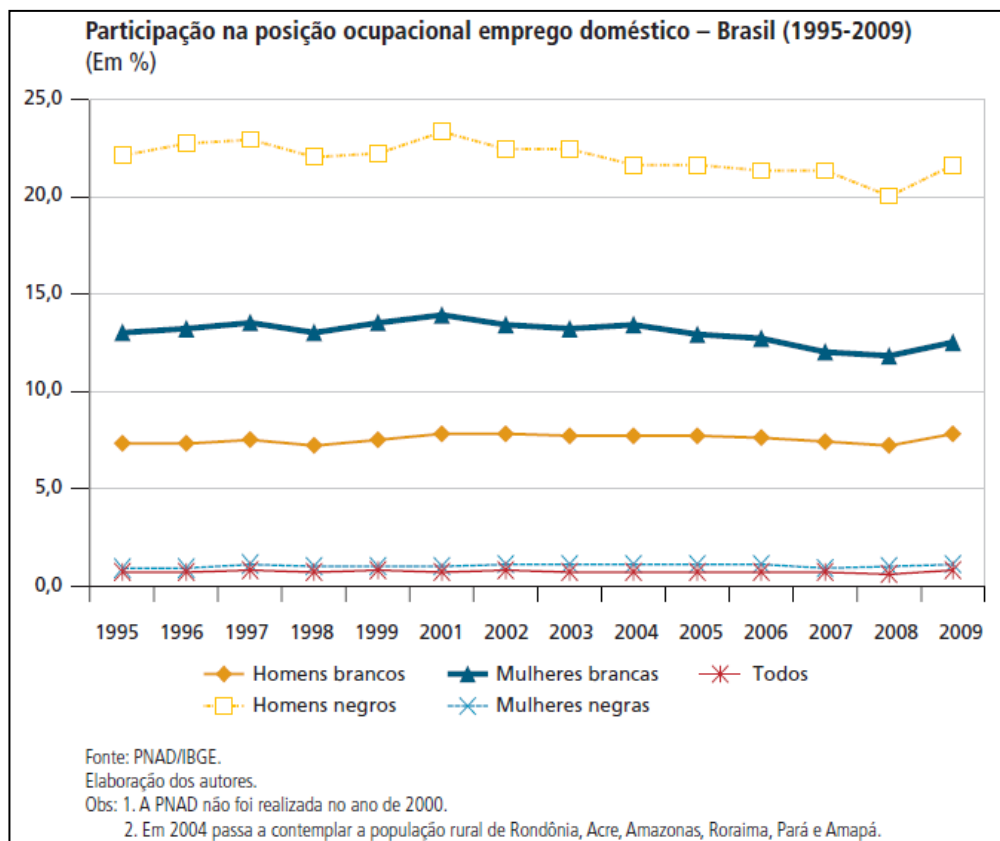
No topo da hierarquização do mercado de trabalho, consta a posição dos empregadores, onde as hierarquias raciais e de gênero tornam-se mais evidentes, uma vez que envolvem propriedade e posição de comando. Em linhas gerais, homens brancos concentram 7,9% deste grupo, seguidos das mulheres brancas, com 3,8%. No caso dos negros, são 3,5%, enquanto as mulheres negras correspondem apenas a 1,4% na categoria considerada. Nesse sentido, registra-se que as mudanças observadas no período quase não tiveram impactos sobre a hierarquia racial e de gênero verificada para essas mulheres nas posições de comando ou elevados, exemplificando, nitidamente, a construção da interseccionalidade e da estratificação social, pelo binômio, categorizando a mulher negra em seu último patamar (IPEA, 2013, p. 73-74). Consta no gráfico VIII:

GRAFICO VIII



Em contraponto, na categoria de empregados domésticos a proporção de mulheres negras é de 21,6% (como consta no gráfico IX), entende-se esse contraste de concentração de mulheres negras no emprego doméstico como sendo uma herança arcaica da escravidão, por se tratar de um trabalho manual, pouco remunerado, com forte presença de informalidade, precariedade, sem perspectivas de ascensão na carreira e, acima de tudo, por não possuir, até muito recentemente, os direitos trabalhistas equiparados aos demais trabalhadores protegidos. Trata-se, ademais, de uma ocupação bem difundida na cultura brasileira e fortemente marcada pela distância social (IPEA, 2013, p. 75).

GRÁFICO IX



Sendo assim, ao finalizar o estudo, as autoras mencionam que o apontamento do cenário das desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro, utilizam-se estatísticas descritivas e os aspectos da adscrição e estratificação social para ressaltar a hierarquização desse contexto. Ademais, considera-se a importância da variável educação para compreender que apesar das mulheres ocuparem mais esse espaço, o retorno não condiz proporcionalmente, deixando as mulheres negras em posições não favoráveis no mercado de trabalho, ou seja, observou-se um processo de redução das desigualdades raciais no campo educacional, mas estas ainda são bastante significativas nos níveis mais elevados (IPEA, 2013, p. 75).

Pelo exposto, cabe mencionar como a ancestralidade da mulher negra acarreta para ela trabalhos os quais ainda exigem mais mãos de obra e habilidades manuais. O trabalho doméstico é o exemplo ímpar para a realidade desse contexto, pois ele demonstra, exatamente, como a posição da mulher negra, ainda extremamente invisibilizada, pois em seu passado não teve a devida notoriedade do seu multitrabalho e, no seu presente, o mercado de trabalho a rebaixa, em contrapartida, a seu histórico acadêmico constantemente em elevação (IPEA, 2013, p. 75).

Por último, o terceiro texto, desenvolvido por Jackeline Romio, Doutoranda em demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de

Campinas, sobre vitimização e acesso à justiça. O estudo inicia-se com uma crítica quanto a dificuldade de mensurar os dados de análise da violência às mulheres, mesmo sendo um fato transnacional e multifacetado, por não se encontrar fontes e informações sistematizadas e nacionais, com passíveis de separação por gênero, raça ou que possam contextualizar, como tipo de agressor, local, meio, entre outros (IPEA, 2013, p. 135). Tendo como objetivo a produção de fatores que ajudem no entendimento atual da violência contra a mulher segundo raça/cor (IPEA, 2013, p. 135).

Ainda sobre a dificuldade de obter tais dados a autora, cita o texto “o monstro mora em casa”, de Glaucio Soares (2010), argumentando a dificuldade de denúncia da violência, ainda mais em ambiente doméstico, além de ainda existir toda a questão subjetiva de entendimento das vítimas sobre a própria violência que elas sofreram:

(...) mesmo que realizado por questionários aplicados nos locais de residência das vítimas, com todos os cuidados sobre confidencialidade e a independência de quem o faz, livre de pressões de outros moradores do mesmo local, depende da percepção que a vítima tem do que seja a agressão (SOARES, 2010 *apud* IPEA, 2013, p. 135).

No caso das mulheres negras, esta história torna-se mais complexa, pois as situações de violência as quais elas são expostas, multiplicam-se com os riscos de vitimização na experiência das violências originárias tanto da estrutura patriarcal, quanto do racismo brasileiro, resultando na mulher negra no meio da dicotômica situação de sofredoras e guerreiras nas suas representações.

Atualmente, essas representações sociais servem para mantê-las passivas e confusas em relação à violência, como a história perpetuava a atuação da mulher negra escravizada. Este estereótipo não influencia apenas as suas relações íntimas, mas também o dia a dia, como influenciou o seu passado (IPEA, 2013, p. 136-137).

A autora mencionou o entendimento segundo o qual as mulheres que sofrem violência tendem a colocar as suas necessidades em segundo plano e esta é uma das características fortes e presentes nas mulheres negras em virtude de sua condição histórica de invisibilidade social. Vale assinalar que a culpabilização da mulher pela violação a qual ela é submetida não é exclusividade das mulheres negras, mas também é amplificada pelos alicerces raciais que fundam sua condição de mulher na sociedade.

Nesse sentido, a autora baseou a pesquisa sobre a vitimização na Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílios (PNAD) de 2009 para a análise empírica da violência contra a mulher, apesar de tratar apenas de informações que dependem dos entendimentos das vítimas sobre as

próprias experiências de violências e sua disposição e interpretação ao declarar o fato, tem a possibilidade de desagregação dos dados por raça e gênero das vítimas, além de outras variáveis correlacionáveis ao fenômeno, como o tipo de relação com o agressor e o local da ocorrência (IPEA, 2013, p. 138).

Ademais, cabe ressaltar os parâmetros da interseccionalidade utilizados, com o binômio – gênero e raça – por meio da teoria feminista negra da Patrícia Hill Collins (2000), o que significa uma abordagem de gênero apropriada para analisar a condição das mulheres negras. Envolvem-se as inter-relações: raça, classe social e gênero, compondo um sistema de opressão entre as classificações biológicas, a construção social como categorias de análise, as condições materiais que acompanham as mudanças nas construções sociais e a consciência das mulheres negras sobre as diversas realidades vivenciadas (COLLINS, 2000 *apud* IPEA, 2013, p. 138).

Collins argumenta, ainda, que o tema central do pensamento feminista negro é o legado da luta da mulher negra, visto que todas elas compartilham a comum experiência de comporem uma sociedade que as desprivilegia. Abordando como formas inesgotáveis de violência os estereótipos vinculados à representação social, como a passividade, já mencionada. Obtendo, assim, como resultado a supressão da experiência das mulheres negras. A autora menciona, ainda, que a abordagem da desnecessidade de discussões sobre as mulheres negras é bem conhecida e recorrente no Brasil, principalmente na área de informações estatísticas sobre violência e saúde. Nelas, encontram-se dados sobre mulheres em geral, mas que não revelam a experiência de vida das mulheres negras, acarretando com isso a invisibilidade e negligência no caso das análises (IPEA, 2013, p. 141).

Nessa perspectiva, a autora aplica a multiplicidade dos riscos de exposição à vitimização, cruzando sempre que possível as variáveis raça, gênero e classe social para cada contexto, como esforço inicial para entender a experiência da violência na vida das mulheres negras brasileiras. A análise da violência contra as mulheres é um desafio por seu caráter multivariado devido as situações imediatas que precedem os atos de violência e as formas de sua manifestação, como: o contexto de menosprezo histórico, conflitos na família, intolerância religiosa, perigos urbanos, racismo, desigualdades socioeconômicas, violências sexuais, conflitos nas relações conjugais-afetivas-sexuais e falta de segurança na sociedade em geral (IPEA, 2013, pp. 141-42).

A incidência e a intensidade destas situações estão diretamente ligadas ao status da mulher em cada sociedade. Agressões, nesse caso, são bastante frequentes e em cada lugar seguem diferentes justificativas e contextos, como possuem suas legislações e percepções específicas. Toda essa diversidade torna mais complexa a busca pelas informações sobre os

casos, invisibilizando, assim, as ocorrências, a denúncia e o tratamento desses casos dentro do sistema da sociedade. No caso do Brasil, a autora menciona que os dados são mensurados por duas fontes: a declaração de óbito e os boletins policiais, (IPEA, 2013, p. 142) como consta:

Os dados disponíveis no Brasil resultam de iniciativas governamentais e da sociedade civil organizadas no campo das ações e políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher, mas não configuram uma sistematização de dados estatísticos sobre o assunto e desenho de diagnósticos das dimensões do problema, como tratado anteriormente. As pesquisas existentes se guiam por uma série de bases de informações elaboradas com diversas outras finalidades, cada uma com seus limites e potencialidades. É possível mencionar duas fontes clássicas do estudo da violência: a Declaração de Óbito (DO)⁴ e os boletins de ocorrência policial (BOs)⁵ (IPEA, 2013, p. 142).

Estes documentos não são específicos quanto às informações necessárias, pois são gerais, dificultando o entendimento da violência e o seu contexto. Esses meios de informação resultam somente de casos de extrema violência, resultado por mortes ou gerado pela entrada no sistema de saúde ou de segurança pública. No Brasil, Soares reitera o entendimento das adversidades das informações:

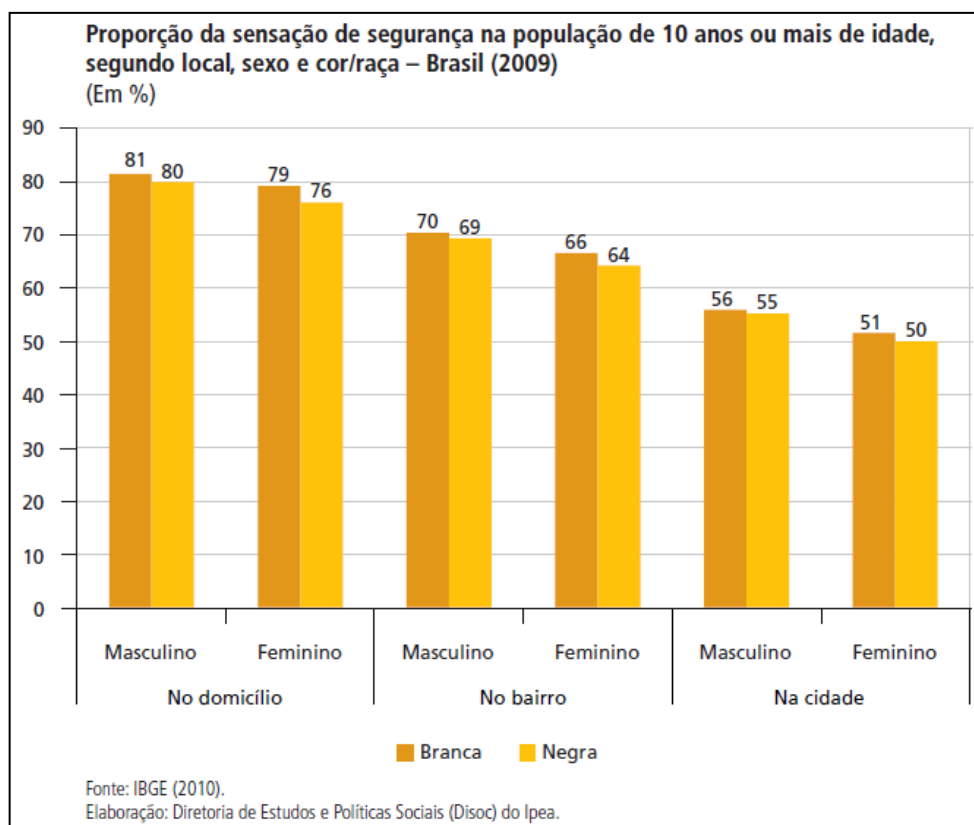
Não dispomos, portanto, até o presente momento, de uma pesquisa brasileira, que contenha informações consistentes sobre os padrões, a magnitude, as conexões e os impactos das violências a que estão submetidos, tanto homens quanto mulheres, em diferentes contextos (SOARES, 2010, p. 2 *apud* IPEA, 2013, p. 146).

Os dados da pesquisa iniciaram-se com a perspectiva sobre como cada gênero – homem e mulher –, independente de classificação racial, sentem-se em relação à sensação de segurança em seu domicílio, no seu bairro e na sua cidade respectivamente. No gráfico X, as mulheres se sentem menos seguras no lar que os homens: 77,2% das mulheres e 80,2% dos homens declararam se sentir protegidos no domicílio. Esta diferença pode ser interpretada pela ótica das mulheres, a tradução do domínio masculino no lar, transformando, assim, o ambiente doméstico menos seguro para as mulheres (IPEA, 2013, p. 146-147).

GRAFICO X

⁴ As Declarações de Óbitos (DOs) são documentos de saúde pública e recolhidas periodicamente por órgãos estaduais. Estes órgãos são responsáveis pela digitalização e análise das informações. A DO é preenchida pelo médico – ou perito-legista, no caso de morte por causas não naturais – e deve ser levada ao cartório de registro civil. As informações são, depois, transferidas para os órgãos de estatística estaduais e, em seguida, para o Ministério da Saúde (MS), que administra desde 1975 o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM/MS).

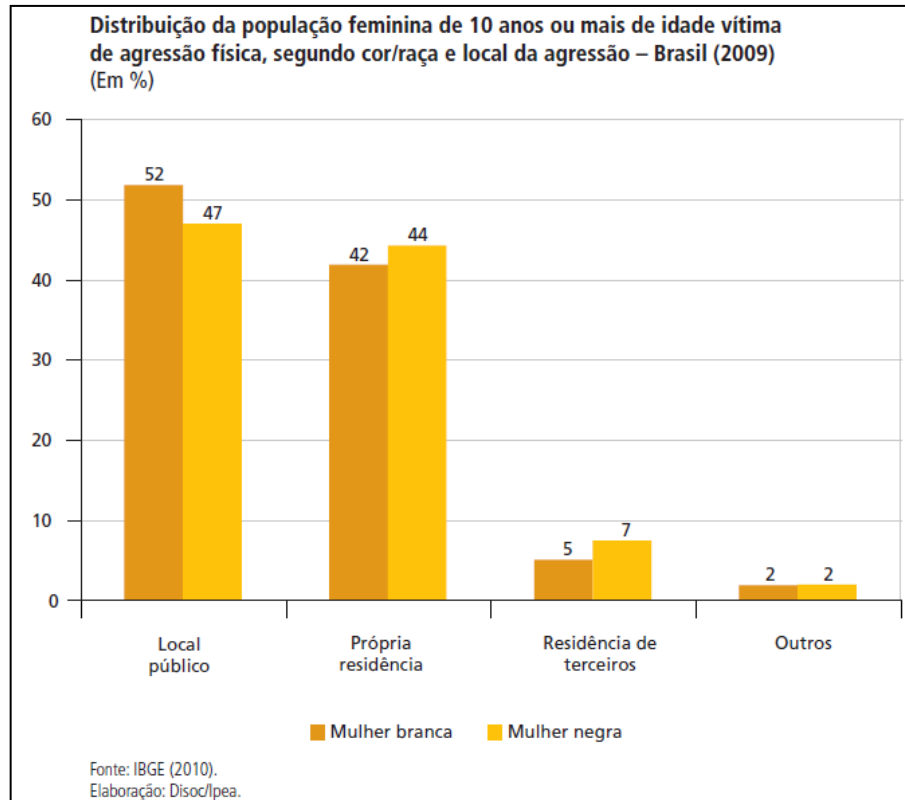
⁵ O Boletim de Ocorrência (BO) é um documento de segurança pública, utilizado pela Polícia Civil para o registro da notícia do crime, isto é, para transcrever a comunicação oral do notificante processual na unidade policial – Distrito Policial (DP) – e registrar as providências preliminares adotadas.



Vale observar que, embora exista esta diferença na sensação de segurança no domicílio para mulheres e homens, é neste ambiente, em relação ao bairro e à cidade, o local em que homens e mulheres se sentem mais seguros. Ou seja, quanto mais distante do domicílio, maior a sensação de insegurança experimentada pelos indivíduos. É especialmente importante notar o componente sexual desta violência urbana, demonstrando que inclusive no espaço urbano e sem especificação de gênero e raça, existe a vitimização feminina baseada em gênero, devido a constatações sociais como sexismo, classe social e racismo. (IPEA, 2013, p. 147).

Estas situações, sendo usadas somente em relação ao gênero feminino, verifica-se que as mulheres negras têm como cenário de mais incidência de agressão a própria residência ou a de terceiros; e as mulheres brancas, a via pública. Segundo o entendimento da autora, este contexto pode significar que as mulheres negras estão mais expostas a este tipo de violência que as vítimas brancas, inclusive quando a residência é de terceiros, (IPEA, 2013, p. 147). conforme gráfico XI:

GRAFICO XI



Quanto à classificação racial, independente de gênero, existe uma concentração das taxas de vitimização na população negra, tanto em relação às vítimas do sexo masculino, quanto às do sexo feminino: mulheres e homens negros são mais vitimizados, esta diferença acompanha outros índices de violência, como os índices de homicídio e incidência de feminicídios, que atingem mais a população negra e jovem brasileira (IPEA, 2013, p. 147), conforme a tabela I:

TABELA I

Proporção da população de 10 anos ou mais de idade vítima de agressão, segundo sexo e cor/raça – Brasil (2009) (Em %)				
Sexo	Masculino		Feminino	
	Branca	Negra	Branca	Negra
Raça	1,5	2,1	1,1	1,4
Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Disoc/Ipea.				

Com esses dois fatores, classificação racial e lugares delimitados para a violência realizada, a autora inclui um novo dado: o tipo de agressor.

Na tabela II, nota-se que quando a agressão ocorre na residência da vítima, o tipo de agressor tende a fazer parte da rede de relações da mulher: em 50% dos casos, quando a agressão se dá no ambiente doméstico, são cônjuges ou ex-cônjuges os agentes da violência. No entanto, quando ela se dá em ambientes públicos, as agressões são cometidas majoritariamente por desconhecidos (IPEA, 2013, p. 153).

Para as mulheres negras, nota-se um aumento de pessoas conhecidas que a agrediram na residência, 24,2%, enquanto o percentual foi de 18,1 para as mulheres brancas. Quando o ambiente onde ocorreu a agressão foi a casa de terceiros, o principal agressor de brancas e negras foi o conhecido (39,7% para negras e 36,1% para brancas), seguido pelo (ex)cônjuge, que representou 31% e 27,2% dos agressores, respectivamente.

Isto significa que raça/cor tem impacto no perfil do agressor e/ou do local da agressão no espaço público (IPEA, 2013, p. 153).

TABELA II

População feminina de 10 anos ou mais de idade vítima de agressão física, por raça/cor, local da agressão e identidade do agressor – Brasil (2009) (Em %)						
	Relação entre agressor(a) e vítima/local da agressão	Própria residência	Residência de terceiros	Local público	Outros	Total
Negra	Cônjuge/ex-cônjuge	47,6	31,1	7,6	8,2	26,9
	Parente	20,4	18,8	3,4	1,8	12
	Pessoa conhecida	24,2	39,7	42,9	62,1	34,8
	Pessoa desconhecida	7,3	8,2	44,9	17,2	25,1
	Policial/segurança privada	0,5	2,2	1,3	10,8	1,2
	Total	44,1	7,3	46,8	1,8	100
	números absolutos	266.050	43.937	282.674	11.070	603.731
Branca	Cônjuge/ex-cônjuge	50,8	27,2	3,7	2,5	24,5
	Parente	20,4	24,6	1,3	2,1	10,5
	Pessoa conhecida	18,1	36,1	35,5	65,2	28,8
	Pessoa desconhecida	9	9,4	57,2	30,2	34,3
	Policial/segurança privada	1,6	2,7	2,2	0	1,9
	Total	41,7	4,9	51,6	1,7	100
	números absolutos	195.453	23.070	241.693	7.966	468.182
Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Disoc/Ipea.						

Em suas considerações finais a autora ressalta a importância de uma compreensão do fenômeno da violência contra as mulheres que leva em consideração a interseccionalidade de gênero, classe social e raça e se comprometa com a promoção dos direitos humanos das mulheres negras, especificando os aspectos da violência racial invisibilizados, em contextos, os quais não diferenciam o binômio – gênero e raça – que abrange e se contenta unicamente em o ser mulher ou o ser negro (IPEA, 2013, p. 153).

Ao término dos estudos do *Dossiê* em análise, pode-se inferir que por meio da percepção da interseccionalidade, fator esse que perpassa por formas diferenciadas de se obter uma visão geral sobre a condição da mulher negra no contexto brasileiro, em aspectos de vulnerabilidade social, sendo estas: o campo acadêmico, o mercado de trabalho e a violência e vitimização (IPEA, 2013, p. 153).

No campo acadêmico pode-se perceber que os estudos ressaltam uma ascensão na entrada de mulheres negras no nível médio e no nível superior e essa ascensão advém de maiores oportunidades, como políticas públicas. Porém, tal ascensão não se considera proporcional, uma vez que, mesmo com mais mulheres negras dentro das escolas e

universidades, estas não veem na realidade da sociedade, as mudanças que deveriam vir com esse contexto.

O maior exemplo disso é o mercado de trabalho, no qual as mulheres negras são as que menos ocupam trabalhos com segurança e direitos trabalhistas, e muito menos, os cargos que necessitam uma hierarquia superior. A realidade contradiz a perspectiva: ou seja, as mulheres negras trazem consigo uma história de trabalho árduo, como Angela Davis relata, e essas multitarefas são legados da ancestralidade, pois aquelas necessitavam também ser vistas e ouvidas, sem serem reconhecidas até o presente momento (IPEA, 2013, p. 165).

Os dados sobre a vitimização corroboram com esse mesmo legado, pois, independente de local, de agressor, entre outros fatores, as mulheres negras são as que mais sofrem com violências, seja ela doméstica, seja por conhecidos ou desconhecidos, sendo esse fator relevante, pois ressalta o quão vulnerável e árduo o trajeto onde a mulher negra tem que traçar seus passos (IPEA, 2013, p. 165).

A força da mulher negra perpassa por cada situação de vulnerabilidade social: sexismo, hierarquização, estratificação social, mas com o acréscimo do racismo. O legado da mulher negra a permite vislumbrar o futuro com visões do que ainda podem alcançar em prol da sociedade. Os nossos passos vêm de longe.

CAPÍTULO III

A INSERÇÃO DA MULHER NEGRA NO ÂMBITO JURÍDICO-SOCIAL

1. A força da mulher negra: nossos passos vêm de longe

Seus filhos precisavam de exemplos masculinos fortes do mesmo jeito que suas filhas precisavam de exemplos femininos fortes (DAVIS, 2016, p. 34).

Angela Davis frisa constantemente a força e luta da mulher negra, sua resistência e persistência em desafiar o sistema escravagista e cruel de todas as formas possíveis, como base para todo o desenvolvimento do pensamento ancestral da mulher negra escravizada:

Se as mulheres negras sustentavam o terrível fardo da igualdade em meio à opressão, se gozavam de igualdade com seus companheiros no ambiente doméstico, por outro lado elas também afirmavam sua igualdade de modo combativo, desafiando a desumana instituição da escravidão. Resistiam ao assédio sexual dos homens brancos, defendiam sua família e participavam de paralisações e rebeliões. (...) elas envenenavam os senhores, realizavam ações de sabotagem e se juntavam às comunidades de escravos fugitivos (...). Dos numerosos registros sobre a repressão violenta que os feitores infligiam às mulheres, deve-se inferir que aquela que aceitava passivamente sua sina de escrava era a exceção, não a regra (DAVIS, 2016, p. 35).

Angela Davis cita casos de mulheres negras; por exemplo, uma mulher que foi terrivelmente espancada por resistir, sem sucesso, ao abuso sexual de um feitor; outra que era chamada de Tia Esther e que foi violentamente chicoteada por desacatar seu senhor, o qual insistia que ela rompesse seu relacionamento com o homem que ela amava (DAVIS, 2016, p. 35). Uma das mais vívidas descrições que faz das brutais punições reservadas às escravas envolve uma jovem chamada Nellie, açoitada pelo delito de “insolência”:

Havia momentos em que parecia que ela estava prestes a vencer aquele bruto, mas ele acabou por dominá-la e conseguiu amarrar seus braços na árvore para a qual a tinha arrastado. A vítima estava agora à mercê do impiedoso chicote. [...] os gritos da mulher, agora indefesa enquanto era submetida ao castigo truculento, se misturavam aos insultos roucos do feitor e ao choro descontrolado de suas crianças assustadas. Quando a pobre mulher foi desamarrada, suas costas estavam cobertas de sangue. Ela foi açoitada, terrivelmente açoitada, mas não se rendeu e continuou a delatar o feitor e a ofendê-lo com os nomes mais sujos que conseguia encontrar (DAVIS, 2016, p. 35).

As mulheres negras ainda se rebelaram nas tentativas de fuga. Angela Davis menciona a história de Harriet Tubman, mulher negra, nascida ainda em condição de escravizada, abolicionista e humanitária (DAVIS, 2016, p. 35). Ainda quando jovem Harriet vira seu

potencial como mulher, aprendeu com o pai a cortar árvores e a abrir trilhas e, enquanto trabalhavam lado a lado, ele lhe transmitiu conhecimentos que mais tarde se mostrariam indispensáveis nas dezenove viagens de ida e volta que ela realizaria ao Sul em busca de fuga (CARDOSO, 2017).

Foram inúmeras suas tentativas de fuga e após, por relato de historiadores, ela ter caminhado por prováveis 154 quilômetros de distância, encontrou sua então desejada liberdade. Já como fugitiva, ela organizou missões para salvar famílias escravizadas. Fazendo inúmeras viagens em condições adversas e durante a noite, ela nunca perdeu um passageiro sequer em seus comboios e, devido a isso, foi apelidada de Moisés entre os seus, pela alusão ao profeta bíblico que conduziu os hebreus à liberdade (CARDOSO, 2017).

Harriet se engajou na luta a favor do voto feminino, passando a frequentar reuniões organizadas por sufragistas, conhecidas como as primeiras ativistas feministas no século XIX⁶, e viajando para falar sobre sua participação na Guerra Civil e ilustrando com sua própria história o porquê que mulheres deveriam ter os mesmos direitos que os homens (CARDOSO, 2017).

Cabe ressaltar, a admiração de Angela por Harriet Tubman “*(ela) foi uma pessoa extraordinária*”(DAVIS, 2016). E assim, não desmerecendo seu trabalho, Angela Davis também prefere mencionar outro ponto de vista “*O que ela fez foi simplesmente expressar da própria maneira o espírito de força e perseverança conquistado por tantas mulheres de seu povo*”, ou seja, Davis vê o trabalho que foi destaque como o de Harriet como o reflexo do legado de tantas outras mulheres negras escravizadas (DAVIS, 2016, p. 37).

Angela Davis menciona as fugas que não obtiveram tanto sucesso, usando-se das palavras da abolicionista e defensora dos direitos das mulheres Sarah Grimké (GRIMKE, 2018, P.18), acerca de uma jovem costureira que obteve em decorrência de seus repetidos esforços para escapar da opressão do seu dito senhor, tantos açoitamentos que “*não havia um dedo de distância entre os cortes [...] costas laceradas e ensanguentadas, a boca mutilada e o peso do colar de ferro.*”(GRIMKE, 2018, p.18). Era assim que essa jovem negra passava os seus dias, como ela se agarrava a qualquer oportunidade de escapar da fazenda, acabou aprisionada com um pesado colar de ferro – e caso conseguisse quebrá-lo, um de seus dentes da frente seria arrancado para identificá-la.

Pode-se compreender melhor agora uma pessoa como Margaret Garner, escrava fugitiva que, quando capturada, matou a própria filha e tentou se matar. Ela se comprazia porque a menina estava morta – “*assim ela nunca saberá o que uma mulher sofre como escrava*” – e

⁶ O que foi o movimento sufragista. **Super interessante:** História, Mundo Estranho, 4 jul. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-foi-o-movimento-sufragista/> Acesso em: 7 out. 2019.

implorava para ser julgada por assassinato. “Irei cantando para a força em vez de voltar para a escravidão” (DAVIS, 2016, p. 37).

A resistência se dá de várias formas, em muitos casos envolvia ações mais sutis do que as revoltas, rebeliões e fugas. Pode-se começar tais ações como aprender a ler e a escrever de forma clandestina e lecionar aos demais na comunidade. Angela Davis cita Milla Grandson, uma negra ainda em condição de escravizada que comandava uma “escola noturna”, dando aulas a seu povo das onze horas da noite às duas da manhã, daí saindo a alcunha de “*Midnight Teacher*” (Professora da meia noite), e de tal maneira que conseguiu ensinar centenas de pessoas (DAVIS, 2016, p. 37).

Destarte, a resistência da mulher negra vem em todos os contextos fáticos. Enquanto escravizadas, em busca da sua liberdade e a da sua comunidade, como fugitivas; por meio da força bruta, em lutas e guerras, ou por meio das fugas, abrindo caminho para os seus. Dentro das suas famílias mantendo a equiparação dos trabalhos, dentro da sua comunidade ensinando seu povo a ser livre através do conhecimento (DAVIS, 2016, p. 37).

Ao coadunar a obra de Angela Davis, ressalta-se o trecho do livro o qual ela resume a personalidade da mulher negra e o que esta soube fazer em meios as dores para sobreviver e reviver:

Vale repetir: as mulheres negras eram iguais aos seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a eles no interior da comunidade escrava; e resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles. Essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não fazia distinção de sexo, criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência. Essa deve ter sido uma terrível descoberta para os proprietários de escravos, pois aparentemente eles tentavam quebrar essa cadeia de igualdade por meio da repressão (DAVIS, 2016, p. 37).

Correlacionando-se ao entendimento sobre a força das mulheres negras exposto por Angela Davis com a realidade brasileira, o artigo do Instituto da Mulher Negra – Geledés “*Mulheres Negras: Nossos passos vêm de longe e irão muito mais além*” (IRACI, 2019) inicia seu texto com o conceito de “nossos passos vêm de longe”:

Ao utilizarmos a insígnia “nossos passos vêm de longe”, falamos de uma longa caminhada de mulheres negras que fizeram de suas vidas exemplo de luta e de resistência e que pavimentaram os caminhos para que o movimento de mulheres negras contemporâneo fosse considerado o que mais cresceu na última década. E são muitas as que deixaram de alguma forma a marca de seus pés nessa estrada (...) **são essas mulheres negras que possibilitaram que outras mulheres negras pudessem se tornar advogadas, sociólogas, escritoras, professoras, universitárias,**

parlamentares, juízas e ocupassem, mesmo que de maneira ainda incipiente, o lugar que lhes tem sido negado pela sociedade racista e patriarcal. (IRACI, 2019) (grifo nosso).

Com o intuito de dar nome à historicidade das mulheres negras no Brasil, o livro “*Vozes insurgente de mulheres negras: do século XVIII à primeira década do século XXI*” da autora Bianca Santana traz a história de mulheres negras que conseguiram destaque em alguns aspectos do cotidiano social brasileiro por meio de um minucioso e sensível trabalho de pesquisa. Para ela “(...) *insurgente (é) toda aquela que se revolta contra um poder estabelecido. E, quando se trata de mulheres pretas, toda insurgência é um ato revolucionário*” (SANTANA, 2019, p. 13).

Para Bianca Santana, expressões simples como representatividade ou capacidade de expressão foram negadas às mulheres negras há anos, por um reflexo da escravidão e patriarcado que as tornaram figurantes da história. Logo, para ela ter a oportunidade de publicar um trabalho com as vozes dessas mulheres, em primeira pessoa, torna-se um marco, assim segue:

Ter voz. Visibilidade. Representatividade. Expressar-se para manifestar suas angústias, críticas, histórias, alegrias, conquistas. Ter a capacidade de ampliar sua fala, de colocar a palavra em movimento e fazer com que ela possa alcançar corações e mentes e, por que não, transformá-las. Isso (entre muitas outras coisas) foi, por muito tempo, negado de forma veemente às mulheres negras brasileiras, reflexo do passado escravocrata e colonial que, em pleno ano de 2019, insiste em vigorar no país. Diante de tal cenário, é uma honra imensa ter a possibilidade de reunir em uma publicação vozes de mulheres negras tão diversas que, desde o começo do século XVIII contam suas histórias em primeira pessoa (SANTANA, 2019, p. 17).

A autora ainda concede à ancestralidade um papel primordial para as conquistas de espaço das mulheres negras hoje na sociedade e do dever imprescindível ampliar e propagar a jornada dessas mulheres:

Hoje, as jovens afrodescendentes que conquistam seu espaço, com muita luta, nos livros, nas redes sociais, nas universidades, nas escolas, nas ruas, ampliando nossa representatividade, só o fazem porque nossas antigas trilharam este caminho há muitos anos. Seguimos nós nesta caminhada, amplificando essas vozes em alto e bom som e letra (SANTANA, 2019, p. 18).

Esperança Garcia, a primeira mulher negra descrita no livro de Bianca, foi uma mulher negra escravizada no século XVIII e, em 2017, recebeu o título de primeira advogada do Piauí, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PI). Em 1770 ela escreveu uma carta endereçada ao seu dito senhor que a comprou da fazenda de algodões onde vivia com seu marido, para

cozinhar em sua casa. Relata nessa carta as violências sofridas por ela e pelos seus e seu único desejo que era voltar à fazenda onde vivia com seu marido e batizar sua filha:

Desde que o Capitão lá foi administrar, que me tirou da Fazenda dos Algodões, onde vivia com meu marido, para ser cozinheira de sua casa, onde nela passo tão mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho nem, sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca; em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do sobrado abaixo, peada, por misericórdia de Deus escapei. (...)

Pelo que peço a V.Sa. pelo amor de Deus e do seu valimento, ponha os olhos em mim, ordenando ao Procurador que mande para a fazenda onde ele me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha. De V.Sa. sua escrava, Esperança Garcia (SANTANA, 2019, p. 21).

Laudelina de Campos Mello, nasceu em Poços de Caldas e foi a criadora da primeira associação brasileira de empregadas domésticas. Em 1990, concedeu uma entrevista a qual menciona que começou a trabalhar com sete anos de idade como empregada e babá e relata todos os preconceitos que passou nesse período:

A infância não foi [uma coisa boa]. Era sempre tratada como “negrinha”, “pererê”, “saci pererê”, “macaca”, sempre assim, né? Ninguém chamava pelo nome. Eu tinha uma revolta dentro de mim. Sempre fui maltratada, a gente não tinha direito de entrar num lugar onde branco estava, mesmo depois da falsa carta de liberdade que a gente recebeu, uma carta condicional, né?, não recebemos liberdade (SANTANA, 2019, p. 41).

Após casar-se, continuou a trabalhar como doméstica e ainda o fazia, com o nascimento de seu filho, deixando-o com a sogra. O que se mostra tão corriqueiro na vida da mulher negra, ao cuidar de outros lares, deixa o seu mesmo em segundo plano. Laudelina, em 1936, na cidade de Santos em São Paulo fundou a primeira associação de empregadas domésticas. Segundo ela, essa associação foi criada para fazer um movimento, político, social e cultural para que os negros tivessem oportunidades de expandir:

A primeira associação fundada por mim foi em Santos, em 1936, onde nós fazíamos... nós tínhamos um grupo político chamado Frente Negra, e dentro desse grupo político havia várias entidades que funcionavam (...). Nessa ocasião, fizemos vários movimentos dentro do programa político, programa social e cultural. A gente estava procurando nessa época fazer um movimento cultural dentro do país, para que a raça negra tivesse mais oportunidade de expandir (SANTANA, 2019, p. 42).

No ano de 1954, com a vinda dos trabalhadores imigrantes, o jornal local à época chamado “*Correio Popular*” utilizava-se dos anúncios para especificar quais empregadas domésticas eram as mais “populares”: “(...) *precisa-se de uma empregada, prefere-se*

portuguesa, precisa-se de uma cozinheira de forno e fogão, prefere-se branca". Laudelina procurou o responsável sobre essas publicações para que tornasse essa procura por emprego mais isonômica e o resultado foi imediato:

[A]í fui lá no Correio e perguntei: "quem é o diretor daquela parte?", e o porteiro lá me disse "é Bráulio Mendes Nogueira". Subi no elevador, já sai em frente dele, falei: "Você que é o Bráulio Mendes Nogueira?" — "Sou, em que lhe sirvo?" — "vai servir em muita coisa". Falei: "E que história é essa de precisa-se de uma empregada, prefere-se branca; precisa-se de uma empregada, prefere-se portuguesa?". Aí o Bráulio disse: "É, eles vem pedindo, traz o anúncio já escrito, a gente é obrigada a publicar. Mas quer saber de uma coisa? Vou acabar com esse negócio, a senhora topa a briga?". Falei: "Topo". Dia seguinte, seis horas, comprei o jornal, não tava... "precisa-se de uma empregada", mas não dizia a cor nem a nacionalidade (SANTANA, 2019, p. 44-45).

E por essa iniciativa, Bráulio e Laudelina iniciaram a fundação de mais uma associação de empregadas domésticas na cidade de Campinas, reunindo a categoria, discutindo sobre assuntos de pauta até a realização do seu Estatuto. Depois dessa associação, fundou-se a do Rio de Janeiro em 1962 e depois em São Paulo, capital, no ano de 1963 (SANTANA, 2019, p. 47). Toda essa expansão, segundo Laudelina, causava um imenso desconforto entre empregadas e patroas:

As patroas ficavam apavoradas, mandaram uma carta, ela ou ele, não sei, mas mandaram, né? E era briga de patroa com empregada que não queria que a empregada fosse pra Associação, que a Associação era de comunista. Você viu aquele que eu soltei contra as patroas? A empregada estava há dezesseis anos na casa, depois brigou com a patroa, saiu e a patroa não queria pagar, né? Aí eu fui conversar com a patroa. Tive várias brigas, sentava, conversava com a patroa... tinham muitas que eram boas, né? Resolvia logo o caso (SANTANA, 2019, p. 48-49).

Dentre esses casos, Laudelina destaca um caso de abuso sexual de uma menina que veio do interior para ser "criada" pela família branca. Laudelina, após discussões com a patroa, decidiu dar entrada na justiça e lutou até obter êxito nessa jornada:

A menina veio com 12 anos, e quando ela estava com 14 anos o patrão abusou dela, né? (...) Daí quando ela soube a menina já estava grávida, né. Aí ela pôs a menina pra rua, 11 horas da noite. (...) Aí ela me disse assim: "Ah! eu já resolvi, resolvi, está resolvido." Eu falei: "Eu também vou resolver." E fui lá no juiz e fiz a queixa né, o juiz chamou ela. Ela não queria ir porque era sogra do vereador, dona de butique, tudo. Aí o juizado incriminou ele, e o juiz: "O senhor precisa reparar o erro, chama o pai e a mãe dela, indeniza a menina, manda levar a menina pra casa porque ela não tem onde morar, não tem onde ficar." (...) Naquela época, o juiz fez ele dar doze mil réis, era um dinheirão, deu pra comprar uma casa. Então ela não podia me ver nem pintada, não podia ver meu nome no jornal que ela rasgava o jornal, né? (SANTANA, 2019, p. 50).

Outro caso foi de uma empregada que após trinta anos de trabalho, cinco filhos dos patrões criados, ela adoeceu e não tinha como custear seu tratamento, não havia a previdência à época, pois ainda estavam em luta para conquistar o INPS e, obviamente, a patroa não queria ajudar. Foi então que Laudelina foi até o juiz que consentiu com a internação, mas infelizmente já se encontrava muito debilitada e faleceu (SANTANA, 2019, p. 52).

Quando se iniciaram as discussões trabalhistas, como piso salarial, as patroas ficaram estarecidas, pois a tendência era continuar na metodologia escravocrata de trabalhar para descontar a comida, o quarto onde dorme, entre outras coisas. Laudelina em seu sindicato discutiu incessantemente para que os direitos das empregadas domésticas fossem concedidos, houve um avanço entre 1988 e 1989 (SANTANA, 2019, p. 56). Menciona-se que transferiu sua casa ao sindicato das empregadas, para que seu lar seja de uso e fruto até quando existir a última empregada doméstica no Brasil.

Eu já passei a [minha casa]. É [para o] Sindicato das Empregadas. Porque se eu deixar pra passar de morte, eu não tenho parentes pra deixar, mas vai aparecer alguém, pra ficar pro governo, eu não vou deixar. Então eu passei, já fui no cartório, já assinei. Pra continuar, pra usos e frutos: não pode vender, não pode dar, não pode alugar: pra usos e frutos, até quando existir a última empregada doméstica no Brasil. (SANTANA, 2019, p. 58).

Neusa Maria Pereira, jornalista formada pela faculdade Cásper Líbero, foi repórter e revisora em jornais da grande imprensa. Criadora da seção Afro-Latino-América do jornal *Versus* entre 1975 e 1979. Uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (SANTANA, 2019, p. 66). O texto publicado no jornal *Versus* em 1977, o qual deu início à seção Afro-Latino-América foi o escolhido por Bianca Santana para transcrição. Nele, menciona-se a mulher negra e seu pertencimento a uma das minorias raciais mais cruelmente vitimadas pelos castigos da divisão da sociedade em classes (SANTANA, 2019, p. 67). Neusa explica o motivo pelo qual essa divisão vitimiza com maior peso a mulher negra:

Essa divisão é a **maior responsável pela campanha de difamação sofrida pela mulher negra, considerada pelos representantes dessa sociedade de classes como objeto sexual e de consumo fácil**. Há muito que nós, afro brasileiros, estamos lutando para apagar esta mancha original e sair do lugar em que nos colocaram (grifo nosso) (SANTANA, 2019, p. 67).

As difamações à época da escravidão são usadas como feridas abertas para que o racismo e a inferiorização sejam ainda tão presentes. Para Neusa, lutar para mudar essa situação é exigência da história e cada negra nesse país grita as culpas, a violência e a imoralidade dessa sociedade:

Precisamos encontrar o remédio certo para cicatrizar as feridas que este tipo de gente enraizou em nossas almas. **Lutamos para mudar esta situação que, para o grupo social dominante, é importante preservar. Mas tudo muda, é uma exigência da História. E cada negra existente neste país está gritando, ainda que silenciosamente, as culpas, a violência, a imoralidade dessa sociedade.** Nosso perdão só virá com a redenção dos culpados (grifo nosso) (SANTANA, 2019, p. 68).

Quanto às oportunidades, as mulheres negras são obrigadas a encarar o racismo camuflado, pensando no pão de cada dia, mas de cabeça erguida e com o orgulho que foi o único bem que os antepassados legaram. Para enfrentar os sacrifícios, a mulher negra estuda, segundo Neusa:

Com sacrifícios a mulher negra brasileira tenta melhorar o nível de vida. E para isso estuda. Algumas chegam à Universidade, tentando alcançar uma colocação melhor e dinheiro. Nessa procura do que julgam ser direito, sofrem todas as penas do inferno na concorrência com a mulher branca (SANTANA, 2019, p. 68).

Para Neusa, a luta é companheira da mulher negra desde o seu nascimento. No período pós-abolição, foi ela quem alavancou a família negra que pairava sem eira, nem beira:

A luta é companheira da mulher negra, sempre, desde seu nascimento. Nos tempos pós-abolição, quando os negros foram soltos no mundo sem eira nem beira, com seus serviços substituídos pelo do imigrante, ela manteve a dignidade da família, trabalhando nos fogões das tradicionais famílias brancas. Ela ajudou seu homem a salvar seu caráter (SANTANA, 2019, p. 69).

Hoje em dia, a força da mulher negra ainda não pode ser mais branda, pois ainda é ela que segura o lado mais pesado do barco. Quando falta de um lado, o outro não pode falhar. Os filhos necessitam do leite e o seu grito de fome machuca muito mais do que a chibata do antepassado.

Pois, quando uma falta, o outro não pode falhar. Os filhos necessitam do leite e seu grito de fome machuca muito mais do que a chibata dos “senhores” machucava a pele dos nossos antepassados. Por isso, ela enfrenta o trabalho coletivo e obscuro nas fábricas, nos campos e nas repartições públicas, hospitais e escolas mesmo nas posições mais inferiores. Depois ainda vai para a sua maloca cuidar de tudo, dos filhos, fazer comida, lavar roupa (SANTANA, 2019, p. 69).

A mulher negra necessita defender seu destino e seu direito de ser mulher negra nesta sociedade em que a hipocrisia dita as normas de conduta. Apesar de tudo, a mulher negra sabe

o que quer: Respeito, dignidade e entendimento como um ser pensante e capaz de ser mulher. Seu útero, seu seio e seu ser importam (SANTANA, 2019, p. 69).

Beatriz Nascimento (Aracaju, SE, 1942 – Rio de Janeiro, RJ, 1995), intelectual, historiadora, roteirista e militante. Foi uma das principais estudiosas dos quilombos. Escreveu o roteiro do documentário *Ôrí*, de 1989, narrado por ela mesma, além de ser uma das criadoras do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), em 1975. Foi assassinada por defender uma amiga da violência de seu companheiro, em 1995 (SANTANA, 2019, p. 113).

Bianca Santana transcreveu o artigo “*A mulher negra e o amor*”, publicado no Jornal *Maioria Falante*, em fevereiro-março de 1990, que possui uma temática distinta sobre a ótica da mulher negra, a condição amorosa e não sexual para se referir à mulher negra. Para Beatriz, as relações perpassam por questões de político, sociológico, poder e status dominante:

Pode parecer estranho que tenhamos escolhido a condição amorosa e não sexual para nos referirmos ao estado de ser mulher e preta no meu país. A escolha do tema funda-se em histórias de vida e na observação de aspectos da afetividade de mulher frente à complexidade das ligações heterossexuais. (...)

A temática da sexualidade nas relações homem e mulher atualmente é cada vez mais encarada do ponto de vista político ou sociológico. Ou seja, perpassa na discussão a questão do poder: o status dominante do elemento masculino em detrimento do outro elemento, o feminino (SANTANA, 2019, pp. 113-115).

Beatriz explica que se recorre às explicações econômicas, sociais e políticas, enfatizando o papel do trabalho, como fator da resolução da desigualdade ou propulsor de um igualitarismo entre os dois sexos (SANTANA, 2019, p. 115). Com o entendimento da luta diária de trabalho, diversas vezes não qualificada, da mulher negra durante e após a escravidão no Brasil, reproduz um destino histórico à mulher negra, como um estigma da escravatura, uma vez que o trabalho passou a ter condição dignificante só nas últimas décadas desse século (SANTANA, 2019, p. 115).

A mulher negra é quem desempenha, em sua maioria, os serviços domésticos e os serviços em empresas públicas e privadas recompensadas por baixíssimas remunerações. São de fato empregos onde as relações de trabalho avocam as mesmas da escravocracia.

Essas profundas desvantagens existentes na vida da mulher negra repercutem em suas relações, marcadas mais por desejos e explorações por parte do homem, do que pelo desejo amoroso e afetivo. Beatriz relata que as famílias negras não obedecem às relações familiares tradicionais:

Via de regra, nas camadas mais baixas da população cabe à mulher negra o verdadeiro eixo econômico onde gira a família negra. Essa família, grosso modo, não obedece

aos padrões patriarcais, muito menos aos padrões modernos de constituição nuclear (SANTANA, 2019, p. 115).

A família, nesse contexto, são todos aqueles (filhos, maridos, parentes) que vivem as dificuldades de uma extrema pobreza. O homem negro tem seu vínculo empregatício muitas vezes cerceado pelas contingências históricas e raciais e vê na mulher negra economicamente ativa meios para a sua sobrevivência, uma vez que a mulher se impõe a dupla jornada (SANTANA, 2019, p. 116).

Quanto à excepcionalidade em que a mulher negra ascende a profissões que requerem educação formal ou a arte, ainda sobressai o papel de mantenedora e quando traçam esse trajeto, variadas gamas de discriminação racial dificultam os encontros da mulher preta, seja com homens pretos, seja de outras etnias, Beatriz exemplifica:

Por exemplo: uma mulher preta que atinge determinado padrão social, no mundo atual, requer cada vez mais relações de parceria, o que pode recrudesce as discriminações a essa mulher específica. Pois uma sociedade organicamente calçada no individualismo tende a massificar e serializar as pessoas, distanciando o discriminado das fontes de desejo e prazer. A parceria, elemento de complementação de todas as relações, inclusive os materiais, é obstruída e restringida na relação amorosa da mulher (SANTANA, 2019, p. 116).

Para Beatriz, quanto mais a mulher negra se especializa profissionalmente numa sociedade desse tipo, mais ela é levada a individualizar-se. Sua rede de relações também se especializa. Devido à sua construção psíquica, no embate entre a individualidade, a discriminação social e os padrões habituais, o homem teme a potência da mulher, que por sua vez, não aceita a proposta de dominação unilateral e por consequência ou permanece solitária, ou liga-se a alternativas, onde os laços de dominação possam ser afrouxados (SANTANA, 2019, p. 117).

Cabe à mulher a desmistificação do conceito de amor, segundo Beatriz Santana, transformando-o em dinamizador cultural e social (envolvimento na atividade política, por exemplo), buscando mais a paridade entre os sexos do que a igualdade abstrata. Rejeita-se a fantasia da submissão amorosa e, assim, surgiu uma mulher preta participante e que não reproduz o comportamento masculino autoritário, já que se encontra no oposto deste, podendo, assim, assumir uma postura crítica intermediando sua própria história (SANTANA, 2019, pp. 117-118).

Dentre essas histórias mencionadas, uma correlaciona-se a outra e tornam-se um encontro cíclico de experiências de mulheres negras com a possibilidade de adensar as raízes para que essas lutas sejam consistentes e permanentes (SANTANA, 2019, p. 301).

As pensadoras negras têm rompido o silenciamento histórico imposto pela condição de escravizadas, em um primeiro momento, e depois pelo colonialismo, o racismo, o sexismo e a desigualdade de classes, manejando-se, com a força interpessoal a transcendência para a vida das mulheres negras atualmente, sendo inspiração e motivação para dar voz e tornar cada história ainda mais visível (SANTANA, 2019, p. 302).

Angela Davis acrescenta a esse entendimento que as mulheres negras foram responsáveis pela transmissão às suas descendentes do sexo feminino, nominalmente livres, um legado de trabalho duro, perseverança e autossuficiência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual, em resumo, um legado que explicita os parâmetros para uma nova condição da mulher. (DAVIS, 2016, p. 41).

2. A inserção da mulher nos espaços jurídicos

Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela (DAVIS, 2016, p. 55).

O contínuo crescimento da presença feminina no mercado de trabalho e nas esferas de poder, omite-se o fato de as negras não estarem experimentando a mesma diversificação de funções sociais. De regra, considera-se satisfatório que, em um conjunto de aproximadamente metade da população feminina do país, apenas uma ou outra negra ocupe posição de importância. E, ademais, esses casos específicos são utilizados para desqualificar as denúncias de exclusão racial.

Para Sueli Carneiro, esse fato se traduz em o matriarcado da miséria que caracteriza as condições de vida das mulheres negras no Brasil. Constatase como:

(...) a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da auto estima; em uma expectativa de vida, menor em cinco anos, em relação a das mulheres brancas, em um menor índice de casamentos, e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração. (CARNEIRO, 2011, p. 34).

3. Metodologia empregada: entrevista com mulheres negras

O objeto primordial da contextualização da historicidade e dados das mulheres negras de forma cronológica foi correlacionar tais fatos aos contextos atuais dessas mulheres no âmbito jurídico. Utiliza-se do método de entrevista exploratória semiestruturada e, posteriormente,

questionários estruturados realizados com sete mulheres negras, das quais são estudantes de direito e advogadas.

Preliminarmente, o intuito do projeto de pesquisa constituía-se nas entrevistas explorativas semiestruturadas com mulheres negras em áreas diferentes do direito, como: juíza, delegada, desembargadora, promotora, advogada e estudante de direito. Entretanto, devido à escassez das profissionais pelos motivos explanados e justificados no decorrer do desenvolvimento desse projeto monográfico, mesmo ao entrar em contato, com a primeira Promotora de Justiça negra do Distrito Federal, por exemplo, não obtive sucesso. E ainda houve dificuldades e certas resistências quanto à realização das entrevistas em si, por meio de telefone ou presencialmente, por vezes em razão da falta de tempo hábil das entrevistadas, envolvidas em multitarefas, por vezes por não sentirem a confiança esperada e nem a segurança em descrever a própria história.

Logo mais, por motivos de força maior, o projeto foi abruptamente interrompido em consequência da pandemia da Covid-19⁷ e as suas medidas de isolamento social. No Distrito Federal, a pandemia teve início com o Decreto nº 40.509, de 11 de março de 2020 (DISTRITO FEDERAL, 2020), o qual dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, além de outros Decretos do Executivo seguintes que ainda se encontram em vigor.

Em decorrência de tais circunstâncias, as entrevistas tornaram-se questionários estruturados, encaminhados por e-mail e aplicativos de comunicação às mulheres predispostas a colaborar com o projeto de pesquisa, cabendo mencionar que diferentemente das respostas pretendidas com entrevistas pessoais, as respostas dadas por escrito permitem maior reflexão e captação em detrimento da liberdade e espontaneidade das respostas em entrevistas reais e semiestruturadas.

Nesse sentido, após as devidas explicações, passa-se às análises individuais da entrevista e dos questionários realizados.

❖ Vera Lúcia Santana Araújo

A entrevista com a Dra. Vera Lúcia foi a primeira e única a ser realizada no dia 04 de julho de 2019, ainda no início do desenvolvimento do projeto. A entrevista durou por volta de

⁷ A Organização Mundial da Saúde (OMS) apresenta, publicamente, o nome oficial da doença respiratória coronavírus chinês, que é Covid-2019. <https://canaltech.com.br/saude/covid-19-este-e-o-nome-oficial-do-coronavirus-chines-160282/>.

uma hora e ao transcrevê-la comportou oito páginas. A dinâmica da entrevista foi surpreendente e abarcou em um primeiro momento a visão que somava ao trabalho uma experiência ímpar de vivência da mulher negra no contexto jurídico.

Vera Lúcia Santana Araújo, cisgênero, 59 anos, declarada e reconhecida negra, solteira, atuante nas atividades liberais, nasceu em Livramento de Nossa Senhora, no interior da Bahia. Sua mãe, professora de português, e seu pai, garimpeiro e analfabeto. Estudou em escola pública e sempre foi muito estudiosa, ganhando prêmios escolares de leitura na sua infância.

Antes de ingressar no Curso de Direito da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, aos seus 18 anos de idade, Vera menciona que o Brasil estava à época em ditadura militar e assim foi descobrindo o outro lado de revolução. Vir para Brasília prestar o vestibular em 1978 foi um castigo, porque em Salvador ela só queria saber de “derrubar a ditadura”:

Mas, eu cheguei em Salvador, tinha acabado de fazer 16 anos e descobri que o mundo ia além dos livros, que o Brasil vivia em uma ditadura, que a gente precisava derrubar a ditadura, precisava fazer resolução, construir a igualdade e pra isso eu não precisava passar no vestibular (risos), foi como descobrir um universo. A vinda para a Brasília foi como um castigo, porque eu não fiz em salvador e frustrei as expectativas da minha mãe, por querer revolucionar o universo e como minha irmã morava aqui ela decidiu me mandar pra cá, e acabei ficando mesmo.

Em Brasília começou a construir uma vida política, envolvendo-se em movimentos estudantis e construindo o seu espaço sociopolítico. E ao questioná-la sobre como descobriu sua paixão por política e movimentos sociais, ela disse, em tom de brincadeira, que não considerava mais “paixão” e sim “instinto de sobrevivência” por se entender como mulher negra que vivia em uma ditadura e que não tinha liberdade, ainda mais, em um país com o histórico escravagista, extremamente elitista e excludente e, justamente por isso, ela não poderia deixar de fazer da sua própria existência um existir político.

Acrescenta que adoraria que o Brasil fosse um país com estabilidade política e econômica que tivesse avançado em uma democracia inclusa, mas a realidade não é essa e ela se encontra lutando por objetivos; hoje em dia, os quais ela achou que na sua idade não faria mais e mais uma vez menciona que luta por necessidade, por instinto de sobrevivência:

(...) e na medida em que você vai ganhando consciência dessas dimensões humanas, como mulher negra, e até por instinto de sobrevivência, eu não posso não fazer política, eu não posso não fazer da minha existência um fazer político, entendeu? Então, não é questão de paixão de vida, adoraria, por exemplo, que o Brasil estivesse em uma estabilidade política, econômica, que tivesse avançado em uma democracia inclusa, mas não! E isso me faz voltar a algumas atividades políticas que, na minha

idade, não achei que faria mais, **então, não é questão de paixão maior da minha existência, mas de necessidade, por instinto de sobrevivência** (grifo nosso).

Foi dentro desse contexto da entrevista, o qual foi correlacionado o “instinto” com a “força” da mulher negra de Angela Davis. Ter consciência de ser mulher negra dentro dos espaços sociais e jurídicos que não comportam a mulher, nem tão pouco a mulher negra desde um contexto histórico e hierárquico e a partir disso idealizar as conquistas pessoais, esforçando-se para maiores visibilidades. Vera, então, acrescentou que essa visão não pode desassociar-se da dimensão coletiva, por termos na realidade uma estrutura e um estado extremamente patriarcal a despeito desse “poder de fogo” que naturalmente a mulher tem e na prática não se executa.

Existe uma percepção de centralidade masculina muito forte, apesar de Vera acreditar que houve muitos avanços com a luta feministas mudados com a referência de raça e pelas conquistas das mulheres e também na educação desde 1973 – sua referência de patriarcado no contexto familiar.

Após voltarmos às perguntas que estavam estruturadas, ao questioná-la quanto seu histórico profissional e sua formação acadêmica, Vera explica, com absoluta consciência do seu privilégio, que não precisou trabalhar para custear seus estudos, porque quando veio à Brasília sua irmã já estava aqui com uma condição que podia ajudá-la. Ela fala que “podia se dar ao luxo” de fazer trabalhos voluntários na Defensoria Pública, algo que acarretou muita qualificação pessoal e profissional.

Contudo, ela nunca pode fazer algo além da sua graduação em Direito, pois a militância e ativismo político eram tão fortes em sua vida que ela acabou abandonando dois mestrados para ser advogada chefe no gabinete do GDF, mesmo sendo uma época em que ela se sentia desvalorizada.

Vera foi a primeira Coordenadora Jurídica da Comissão de Direitos Humanos na Câmara Legislativa. Ela fala sobre o preconceito de quem luta por tais direitos está em todas as áreas e poderes existentes, mas frisa no contexto dentro do Judiciário:

No próprio poder judiciário, o sistema de justiça visualiza operadores do direito com uma atuação mais marcante no campo dos direitos humanos, quase como uma atuação menor e isso não é um pensamento somente de direita, é um pensamento muito difundido. “fulana? É aquela advogada lá dos direitos humanos”, como algo menor, como algo desqualificante no ponto de vista profissional. (...) É um atraso conceitual, uma rotulação simplória, rasteira, barata, de que a atuação no campo de direitos humanos é uma atuação menor, na área do direito, entendeu?! Imagina, é tipo assim, **“ah, fulano é advogado tributarista, então ele trabalha com coisa séria.” “ah, você trabalha com crimes raciais, aquele povo dos direitos humanos”** (risos).

Foi Coordenadora Jurídica ainda no Departamento Nacional de Trânsito, na Fundação Cultural Palmares, além de atuar no direito penal, eleitoral e civil. Mas, na atualidade, ela menciona que busca centralizar a sua atuação na parte penal, nas questões de violência de gênero e nos crimes raciais.

Ao ser questionada sobre sua participação em movimentos negros e de mulheres, Vera responde que é da frente de mulheres negras do Distrito Federal e do entorno que foi constituída em 2015.

Hoje em dia, ela se diz apartidária, mas sempre com suas vinculações e pensamentos voltados para articulações progressistas e humanistas, segundo ela “você não pode diante de um país de tamanha desigualdade se omitir politicamente”

Quanto às dificuldades e preconceitos inerentes a raça e gênero, foram perguntados quais foram os preconceitos pela ótica da sua realidade de mulher negra e Vera foi bem enfática em dizer que não iria usar o passado para falar sobre, pois elas ainda são, ainda existem, é uma realidade que tem que ser visibilizada.

Como advogada ela relata que sofreu diversos tipos de preconceitos. Nos atendimentos, as pessoas que ela atendia já sabiam que iam ser atendidos por uma mulher, mas quando se deparavam com uma mulher negra, já questionavam “mas, a senhora é advogada mesmo?” e no decorrer do atendimento continuavam a perguntar, ela falou que:

No cotidiano mesmo, no exercício da profissão, chegavam para atendimento e já sabiam da condição de ser mulher, mas quando viam uma mulher negra, ficavam questionando “mas, a senhora é advogada mesmo?” Eu estou lá conversando e tal, tentando resolver o problema e perguntam “mas, a senhora é advogada mesmo?” chegar em sala de audiência e o serventuário te indicar para sentar no lugar da parte.

Foi quando ela atribui esses fatores aos “espaços de poderes que não nos pertencem” (Apêndice A, 2019), as mulheres negras continuam sendo “aves raras” nesses espaços. Ela ressalta que a falta de negras no Judiciário, por si só já diz muito. O mesmo acontece dentro da OAB, nela não há sequer um censo sobre as raças e gêneros, ela disse que só viu algo do tipo feito pelo Conselho Nacional de Justiça sobre a magistratura somente. Ela disse que a atuação da advocacia da mulher negra do Brasil no cotidiano é resumida em: “descaso, o desrespeito, o destrato”

Ela ainda fala que as mulheres negras carregam saberes, uma história, que elas têm a força da ancestralidade para o exercício profissional, foi então que se adentrou ao tema da ancestralidade negra e como ela se fazia presente na vida dela. Vera mencionou então que tinha

como vivência dessa experiência com a sua avó e sua mãe, sempre muito trabalhadoras e estudiosas, ela se refere como “um fio condutor ancestral extremamente intenso e denso”.

Correlacionando os temas ela disse que “ancestralmente, nós não estamos representadas em lugar nenhum dentro da história de poder, a história do poder não nos contempla, (...) hoje você pode ficar fuçando e captar um caso ou outro, mas como corpo coletivo a gente continua não existindo”, ela ainda acrescenta:

O que é força pra nós é o reforço da nossa exclusão nas relações de poder, porque ancestralmente nós não integramos o poder, percebe, digamos assim, o paradoxo, a contradição implícita do racismo, o que pra nós é força, densidade e peso no sentido da qualidade da história de vida que a gente mantém, é a negação histórica com a relação de poder. (...) **Nós nem sequer existimos!** (grifo nosso).

Para ela as mulheres negras sempre vão carregar essas histórias sofridas e, com isso, essa força intrínseca em sua história é qualificador, ao mesmo tempo em que é desqualificador na perspectiva do sistema. Nesse contexto, a entrevista tinha aberto outra visão sobre a força da mulher negra, a percepção da realidade do peso e contrapeso desse fato. Finalizando assim a entrevista, após agradecer pela valiosa contribuição.

❖ Ilka Teodoro

O questionário foi elaborado para manter o mesmo sentido que a entrevista proporcionou, iniciando com perguntas diretas e pessoais e posteriormente com perguntas discursivas sobre o contexto da vida e a pesquisa proposta pelo trabalho monográfico.

Ilka Teodoro, casada, cisgênero, 41 anos, Brasília, declarada e reconhecida preta pelo fator determinante da cor da sua pele, pai professor e mãe dona de casa. Não faz parte de nenhum movimento social com a temática sobre as mulheres ou racial. Atualmente, é a primeira mulher negra a ocupar o cargo de administradora Regional do Plano Piloto nos seus 60 anos de história.

Ao ser questionada quanto à sua infância e adolescência, ela escreve que é a mais velha de quatro filhos e que tinha uma família enorme, com muitos familiares. Foi uma criança muito estudiosa, nas escolas particulares em que seu pai trabalhava, e que precisou amadurecer muito rápido devido ter começado a trabalhar e a entrar na faculdade cedo demais.

Ilka teve uma infância, como ela mesma escreveu, muito brincalhona e uma adolescência com lembranças esportivas, devido a isso, ela escreveu que só se deu conta da perversidade do racismo depois de adulta, com o primeiro episódio de racismo sofrido pela sua

filha, o que a fez refletir, naquele momento, sobre o entendimento de diversos episódios que ela mesma sofreu no passado em razão da raça e do seu gênero.

Sobre sua formação, Ilka foi aprovada em Direito na universidade privada, tendo que trabalhar para custear esses estudos, tendo que abandonar o curso de Relações Internacionais que iniciara na Universidade de Brasília, devido a problemas de cunho psicológicos que dificultaram a sua realização. Em um episódio, foi ameaçada na faculdade por um ex-namorado.

Dentro das universidades não enxergava diversidades étnico-raciais significativas e no ambiente de trabalho não teve contato com mulheres negras que exercessem cargos compatíveis com seu grau de escolaridade; somente ocupavam cargos de auxiliares, como copeira, faxineira e secretária. Na área jurídica tão pouco difere sua visão acerca do campo geral dos ambientes de trabalho: há pouco reconhecimento do trabalho de mulheres negras e pouquíssimas mulheres negras exercem seu papel nesse contexto.

A respeito da ancestralidade, ela acredita que a história das mulheres negras é muito invisibilizada, por não se encontrarem tão facilmente referências, por exemplo. O referencial mais próximo que ela possui é sua tia Lourdes Teodoro, que ela viu muitas vezes lutando pelo seu lugar de direito e que ela só pôde perceber e se inspirar depois que adquiriu sua própria identidade.

Na sua experiência pessoal de interracialidade, Ilka escreveu que seu processo para construção de identidade ainda está em andamento pela dificuldade sobre se reconhecer uma mulher negra dentro da sociedade, acrescenta: “O processo de construção da minha identidade, que implica no resgate da ancestralidade, está em andamento. Nada é muito simples de reconhecer. É como montar um quebra cabeça de milhares de peças”

Ilka descreve as mulheres negras na sociedade atualmente e é bem enfática ao dizer que são invisíveis e objetificadas, não obstante as lutas que se traçaram pela história; o caminho a percorrer ainda é longo, necessita-se ampliar a representatividade e ocupar os espaços de poder, o povo preto precisa desse poder, como ela mesma escreveu “(...) *buscar uma nova conformação dos espaços de poder. Com poder para o povo preto*”.

Para Ilka os meios para a mulher negra ser mais vista na sociedade moderna são: representatividade e alto nível de escolaridade, tanto que numa visão auto avaliativa ela sente bastante reconhecida pelo cargo que ocupa atualmente.

❖ **Isabella Guedes Costa**

Isabella Guedes Costa, solteira, 19 anos, cisgênero, brasileira, declarada e reconhecida preta pelo fator determinante da cor da sua pele, atribuição social e autoidentificação, estudante de direito do UniCEUB, não participa oficialmente de um movimento, mas se considera ativista do movimento negro e do feminismo negro. Sua mãe é professora de educação física em Valparaíso/GO.

Isabella vem de uma infância e adolescência marcadas com vários traumas, depressão e outros transtornos psicológicos. Iniciou os seus tratamentos ainda muito nova, com seis anos de idade. Sentiu muito preconceito em suas relações familiares, amigos e colegas de escola nessa época.

Até o seu ingresso na faculdade, ela teve muitas dúvidas quanto à sua própria habilidade que advinha de dúvidas de outras pessoas que continuamente colocavam em prova a sua capacidade de ser alguém na vida, sobre seus sonhos serem altos demais e ela como incapaz de alcançá-los. Nesse sentido não se sente reconhecida nas áreas da sua vida, principalmente a educacional.

Dentro da faculdade ela não enxerga de uma forma satisfatória as diversidades raciais; menciona que pela proporção de pretos e pardos na população brasileira, o número deveria ser maior, ainda mais por estudar em faculdade particular, a visibilidade é ínfima. Tanto que ela ainda cita que não conhece nenhuma mulher preta que teve sucesso na área jurídica.

Quanto à ancestralidade, Isabella escreve que “as mulheres negras passaram por um processo de objetificação e sexualização brutal” e acredita que o legado da escravidão perpassa até os dias atuais colocando as mulheres à margem das questões sociais. Sendo as que mais sofrem com as violências como estupro, feminicídio, não reconhecimento acadêmico e profissional. Apesar de todo esse contexto, percebe um pequeno avanço na visibilidade da mulher negra, como papéis mais reconhecidos nas novelas e propagandas, fora de personagens estereotipadas.

No seu cotidiano ela enxerga a historicidade da mulher negra de forma negativa e positiva. De forma negativa ela percebe que precisa se impor muito mais para ser ouvida, na forma de se vestir para ir à faculdade e não duvidarem da sua capacidade, na necessidade de manter as suas notas sempre altas para que não seja colocado à prova o seu esforço. Mas, nenhuma dessas situações a faz recuar, pelo contrário, ela persiste e aguenta as humilhações para se levantar, erguer sua cabeça e ter com ela sempre a força de suas ancestrais.

Para ela conseguir ser reconhecida na sua própria história necessitou de muita imposição “Hoje (...) eu imponho que me reconheçam, imponho que me escutem e que me olhem”. Nesse

sentido é que ela acredita que as mulheres negras serão visibilizadas, ocupando espaços no legislativo, executivo e judiciário, para ela:

Precisamos hoje estamos nas elites sociais, precisamos ocupar o legislativo, executivo e judiciário, para termos força para que as próximas tenham mais facilidade para chegar à onde chegaremos, e também para começar a fazer justiça com a população negra, fazer leis ao nosso favor e fazer essas leis serem cumpridas.

❖ Shirley Ferreira

Shirley Ferreira, solteira, reconhecida preta, 45 anos, brasileira, dois filhos, não marcou sua opção de gênero no questionário, estudante de direito e bolsista do ProUni, funcionária pública no interior de São Paulo, mãe boleira e pai caseiro e não faz parte de nenhum movimento de mulheres ou racial.

A infância e juventude de Shirley foi muito boa: seus pais já tinham condições financeiras melhores e, nos anos 1980, já possuíam carro e casa própria. Sua mãe faleceu quando ela tinha onze anos e ela começou a receber pensão. Aos dezesseis anos foi emancipada para receber parte dos bens de sua mãe e assim comprou sua casa própria.

Ela menciona que sua trajetória até ingressar na universidade foi árdua, mas ela sempre esteve determinada. Foi mãe solteira, sem qualquer auxílio do seu ex-marido. Batalhou muito para conseguir uma bolsa de estudos e após algumas tentativas conseguiu ingressar e está no segundo ano do curso de Direito. Começou sua carreira trabalhando com serviços gerais e atualmente trabalha pela prefeitura como agente de saúde e estuda no período noturno em outra cidade.

Apesar de se sentir valorizada hoje por ser funcionária pública, Shirley acredita que as mulheres negras não são reconhecidas nos dias atuais, tanto que também não se sentia até sua ascensão profissional. Para ela:

A mulher negra, é despercebida. Não são tão aceitas, se tiverem um cargo melhor, porque muitos, querem dar o devido valor, se acaso a mulher negra, for empregada doméstica ou cozinheira. Muitas pessoas, quando vêem uma mulher negra em ascensão, colocam defeito, criticam, zombam.

Ela batalhou muito para ser considerada e reconhecida e por isso concorda que o caminho para a visibilidade da mulher negra é se impor no que realmente acredita, lutar pelos seus direitos e não desistir, determinação e acreditar em você mesma.

❖ Sara Siqueira de Jesus

Sara Siqueira de Jesus, solteira, 25 anos, brasileira, cisgênero, declarada e reconhecida preta pelo fator determinante da cor da sua pele, estudante de direito e beneficiária do Fies e não faz parte de movimento racial ou de mulheres.

A infância e adolescência da Sara foi muito feliz, apesar dos preconceitos que sofreu. Ela fala que a cor da pele dela sempre foi um problema, ouvia coisas horríveis sobre sua cor e seu cabelo, chegou ao ponto de ouvir que não gostavam dela por ser preta e isso, consequentemente, a auto estima era baixa: “eu me odiava!”.

Por ser de família muito religiosa, seus pais falavam que ela poderia pedir tudo que quisesse a Deus e ela pedia para que Deus mudasse a sua cor e desse um cabelo “bom”. As questões estéticas ditas como padrão de beleza foram o martírio de sua vida. Logo com sete anos já começou a modificar a estrutura do seu cabelo para deixá-lo liso, até ficava feliz, mas nada bastava para que essa situação mudasse ou para que ela se encaixasse, para ela:

Quando você deixa de ser quem você é para agradar alguém é a pior sensação do mundo. Nem sei como expressar tamanha dor que sentia ao tentar me encaixar em algo que nunca me caberia, que não (foi) feito para mim

Nascida no interior de Minas Gerais, Sara cresceu no meio de pessoas muito humildes que tiveram que escolher entre estudar ou trabalhar para ter o sustento de cada dia nos seus lares e mesmo diante dessa situação seus pais valorizam os estudos e a incentivaram a estudar e acreditavam que por esse caminho ela poderia ter uma situação financeira diferente. Como foi uma menina que sonhava muito alto, quando se formou no ensino médio, veio para Brasília ingressar na faculdade, mesmo com muita saudade das pessoas que a motivam a lutar todos os dias por uma vida melhor.

Quanto às diversidades raciais, Sara consegue enxergar algumas diversidades raciais na faculdade, ainda não é a ideal, mas que já se pode pressupor que as políticas de inclusão estão surtindo efeito e acredita que teremos uma grande diversidade étnica no futuro breve. Nas relações profissionais, apesar de não sofrer com preconceitos, ela reconhece que as mulheres negras ainda recebem menos mesmo realizando a mesma função. Em sua opinião:

Sei que mulheres negras ainda recebem menos que mulheres brancas mesmo realizando a mesma função. Triste essa realidade que se baseia na cor para avaliar competência, mas acredito que aos poucos estamos evoluindo e logo teremos o prazer de sermos reconhecida pelo nosso mérito.

Em uma visão geral, nos ambientes de trabalho, Sara menciona que quando para e analisa a situação só se encontram mulheres negras em funções que se equiparam à escravidão “servindo brancos”, dificilmente em altos cargos. Sara relata com tristeza que no âmbito jurídico não havia nenhuma negra exercendo função como atuante do Direito.

Não obstante à invisibilidade nos ambientes de trabalho, Sara relata que as lutas por igualdade de direito, visibilidade e reconhecimento são constantes. Pouco a pouco reconhece o potencial da mulher negra “a casa grande não é capaz de nos parar, somos revolucionárias e podemos tudo que quisermos”. E ao reconhecer esse potencial, entende-se que toda a marginalização do preto é só mais uma “mentira cruel e desumana chamada racismo”.

Quanto à ancestralidade da mulher negra, Sara ressalta que graças a essas percussoras do ativismo negro foi que a luta nunca parou. O legado dos ancestrais nos fortalece e nos revelam potenciais ocultos pelo racismo e que necessita ser desvendado e conquistar tudo o que nos foi postergado pela escravidão e racismo. Para Sara a invisibilidade da mulher negra é consequência desse extremo racismo, o qual faz com a mulher negra seja vista como qualquer coisa, menos mulher, para ela:

Somos vistas como objetos, que servem pra satisfazer prazeres sexuais, já que temos um biótipo bem atrativo para os homens. Somos máquinas programadas para satisfazer as necessidades da casa grande, mas aos poucos esse cenário vai se desfazendo e vamos conquistando novos espaços, antes ocupados só por brancos.

Para Sara, o simples fato de cursar nível superior não deveria ser símbolo de reconhecimento e visibilidade, mas infelizmente, ainda é um passo que poucos negros conseguem ter em sua trajetória de vida, gerando assim espanto e surpresa. Mas, com o ativismo, as políticas de igualdade e representividade são ferramentas necessárias para esse valor de mulher negra em qualquer área.

A maior motivação para as mulheres negras é ver outras negras alcançando os lugares de destaques, fazendo com que elas acreditem nelas mesmas e assim gerando força para lutar pelos ideais.

❖ **Olga Ferreira da Silva**

Olga Ferreira da Silva, solteira, 27 anos, brasileira, cisgênero, declarada e reconhecida preta pelo fator determinante da cor da sua pele, autoidentificação e traços hereditários.

Possui graduação em Direito e cursa Letras atualmente, com auxílio do FIES na primeira graduação e bolsa de estudos de 60% na graduação em curso, além de precisar trabalhar para custear os seus estudos. Seu primeiro emprego foi como trabalhadora informal/liberal (revendedora de calçados e roupas) e atualmente trabalha como educadora em saúde no SESC.

Em sua infância, Olga conseguiu ter uma infância até os dez anos de idade, a qual brincava na rua e se divertia, depois dessa fase, ela foi pressionada a deixar os brinquedos de lado para se dedicar aos afazeres domésticos, devido ao seu primeiro ciclo menstrual precoce e pelos adultos acharem que ela já era “grande demais” para brincar de boneca. Quando adolescente, ela menciona que foi tranquila, estudou em escola pública e não trabalhava.

Quanto aos preconceitos sofridos nessa fase, ela não se recorda de ter sofrido alguma discriminação em ambiente escolar, pois sempre teve muitos amigos presentes. Entretanto, em casa, o problema era com o seu cabelo: sua mãe a agrediu diversas vezes para pentear e desembaraçar. Começou a alisar com doze anos de idade, aproximadamente, e quando tentou deixar o cabelo novamente crespo, sofreu preconceitos, associada aos primatas, sendo chamada de Orangotango.

Sua trajetória acadêmica foi bem árdua. Antes de entrar na faculdade ela fez curso técnico de enfermagem de forma gratuita fornecido pelo CEP Saúde em Planaltina/DF em 2009 no período matutino e para fazê-lo começou a estudar no ensino médio regular no período noturno, enquanto ainda estudava no Centro Interescolar de Línguas em Sobradinho no período vespertino.

Não teve nenhuma expectativa sobre conseguir pelo vestibular ingressar na Universidade pública, contudo, dedicou-se aos estudos e conseguiu passar em Letras – Francês em 2010, sua primeira opção era o curso de Direito, mas preferiu Letras pela menor concorrência. Entretanto, por causa da grande demanda como técnica à noite, com 44 horas semanais, além do curso no período diurno (8h00min as 18h00min) ela teve que trancar o curso.

Em 2014, teve a oportunidade de cursar Direito pelo FIES na Faculdade Processus e o concluiu em 2019 e conseguiu muitos estágios nessa área que a sustentavam. E ainda, em 2016, ela começou a cursar Letras-Português na faculdade Estácio de Sá aproveitando suas matérias do curso anterior e com bolsa de 60%.

Ao questionamento sobre as diversidades étnicas no âmbito acadêmico, ela especifica diferentes contextos dentro das três universidades em que teve acesso. Quando cursou Direito havia uma disparidade entre os alunos, com sua maioria branca. Na Universidade de Brasília, ela ouvia dizer que era fácil entrar e difícil permanecer, com isso não acreditavam na constância dos alunos sem condições financeiras na universidade e na Estácio de Sá, a postura era a inversa,

pois acreditavam no potencial do aluno, ela mencionou um professor que disse: “Não importa como você entrou, sem saber quem é Machado de Assis, o mais importante é que você não vai sair daqui sem saber!”.

Ela se sente valorizada na área da saúde como técnica de enfermagem há 10 anos, tendo contato com outras mulheres nessa área em funções iguais a dela. Mas, no âmbito jurídico, no decorrer dos cinco anos que cursou Direito, nos quatro anos de estágios, dois anos no TJDF e dois anos no SEST/SENAT ela não teve contato com mulheres negras ou não a marcaram de forma específica para memorar.

Na historicidade da mulher negra, Olga acredita em uma ressignificação histórica, mas não nega a existência dos resquícios da escravidão ainda tão presentes no nosso país, apesar de todas as conquistas, a desvalorização ainda existe. Ela cita alguns exemplos pessoais:

Muitos lugares que frequento como a Comunidade Kalunga na Chapada dos Veadeiros as mulheres são postas numa situação de constrangimento, muitas mulheres negras falam com outras pessoas, até comigo, de cabeça baixa, não conseguem olhar no olho e perceber (o) valor que elas tem, crianças (meninas) de aproximadamente 10 anos trabalham nos restaurantes da comunidade, é horrível ver aquela situação, no contexto sócio cultural elas dependem do turismo da região para viver.

Como até ela mesma já ouviu, em forma de “brincadeira”: “Olha! a neguinha é advogada” quando se referiam a ela, pois a sociedade ainda desacredita a mulher negra. E ainda dentro desse contexto ressalta a honra e respeito das lutas dos nossos ancestrais:

Eu respeito e honro a luta de cada um deles, na verdade eles e elas criaram minha realidade hoje, meu presente, com lutas, e o presente se criou porque teve um passado e uma perspectiva de futuro. (grifo nosso)

Olga se sente muito pressionada a demonstrar conhecimento incessantemente e acredita que se não se especializar e aprofundar seus conhecimentos terá prejuízos para a sua inserção no meio jurídico, motivo pelo qual ela não se sente reconhecida. Um sentimento constante de que deve sempre buscar mais e mais.

Para ela a mulher negra sofre com a falta de oportunidade em detrimento da sua capacidade, pelo exemplo de sua própria trajetória que teve que ser de forma indireta para alcançar seu objetivo, usando-se de um “trampolim” para chegar em seu sonho de cursar Direito. Acreditando-se no “eu posso”, ela cita que “as pessoas negras, em um modo geral, precisam de oportunidade, porque capazes todos (nós) somos”.

Isadora Leão, solteira, 28 anos, brasileira, Pernambucana, cisgênero, declarada e reconhecida parda pelo fator determinante da atribuição social e autoidentificação, trabalha no Instituto Brasiliense de Direito Público e faz parte do movimento *Direito nas ruas*, cursando pós-graduação em formação pública.

Isadora inicia relatando a sua infância e adolescência com inúmeros casos de discriminações raciais. Sua infância na escola foi marcada por exclusão dos demais colegas, sendo até vítima de assédio pelas crianças mais velhas. Na adolescência os preconceitos continuavam, agora com o seu cabelo, violência física, assédio sexual, inclusive por parte dos colegas da escola. Um professor, certa vez, pediu para que a turma analisasse seu rosto, o qual, segundo ele era “exótico”, em suas próprias palavras, ela fala:

(...) a infância na escola teve momentos bem complicados, caracterizados por exclusão dos demais colegas. Tinha poucos amigos, fui vítima de assédio sexual de crianças mais velhas, não era convidada para as festas das outras crianças, etc. A adolescência também se caracterizou por momentos semelhantes. Toda a escola se sentia autorizada a uma espécie de “gestão coletiva” do meu cabelo, na qual todos comentavam e davam sugestões... Sofri inúmeras cenas, algumas que chegaram à violência física, de assédio sexual, inclusive por parte de outros colegas da escola. Certa vez, um professor no meio da aula, me puxou pelo queixo e fez a turma analisar o meu perfil, que segundo ele era “exótico” (não lembro a palavra exata, algo assim)

Em termos de dificuldades financeiras, a sua família enfrentou dificuldades na sua infância, mas a situação foi melhorando progressivamente, de que modo que não precisou trabalhar para ajudar em casa financeiramente.

Cursou o ensino fundamental e médio em escola pública federal, o que ela considera importante para a sua trajetória e um facilitador para entrar na universidade. Ao ingressar na Faculdade de Direito de Recife, teve muita dificuldade com o ambiente, segundo ela, elitizado e branco, o qual ela não se encaixava. Cumulou diversas atividades extracurriculares, como o Núcleo de Assessoria Jurídica universitária popular, por exemplo. Dentro desse contexto, ela se lembra de apenas mais um estudante negro.

Nos ambientes de trabalho, o racismo demarcou bastante as suas experiências. Ela percebeu sendo constantemente preterida aos seus colegas de trabalho e em relação ao que recebiam, segundo ela:

O trabalho se provou um ambiente de experiências de racismo bastante demarcadas. Vi pessoas brancas receberem mais para fazerem tanto quanto (em geral menos) do que eu fazia, serem rapidamente promovidas, enquanto eu não recebia aumento algum, mas minhas responsabilidades se multiplicavam.

Apesar de considerar um ambiente imparcial, Isadora menciona que uma das gerentes de onde ela trabalha é negra e que há uma quantidade razoável, considerando a realidade brasileira, de mulheres negras no local. No âmbito jurídico, ela percebe que o cenário é de exclusão. O corpo da mulher negra, na sua opinião, é um impeditivo para ocupar espaços e sua capacidade intelectual colocado constantemente a prova, sobrecarregado e operativo. Segundo ela:

Minha percepção é a de um cenário de exclusão. Seu corpo é um impeditivo para que você ocupe espaços, roupas, conduta, tudo é sempre questionado, ainda que sua postura seja muito mais “caxias” que a de qualquer outro funcionário. Se você executa o trabalho intelectual, as pessoas ao seu redor se aproveitam disso, a sobrecarregando, mas agem como se seu trabalho fosse meramente operativo, sem qualquer processo intelectual ou estratégico.

Isadora, em sua dissertação na história do direito, contou com uma pesquisa documental em parte sobre a relação entre mulheres negras, espaços públicos e policiamento. E menciona que temas assim estão começando a ser mais trabalhados. Para ela não tem como entender a constituição das cidades sem pensar no papel das mulheres negras, estando em todos os lugares de forma bastante forte, fazia seu espaço, mesmo que a parte inferior. Além de se compreender em torno da mulher negra as movimentações de uma economia negra e seus laços de solidariedade e cuidado, com suas palavras:

No que diz respeito às cidades, particularmente, espaços que estudei, não há como entender sua constituição sem pensar o papel das mulheres negras. O espaço urbano, em certo sentido, era feminino e negro (...) as mulheres negras estavam em todos os espaços imagináveis, das feiras, às praças públicas, passando por portos, cadeias, igrejas. (...) É também em torno das mulheres que se deve compreender a movimentação de uma economia negra, além dos laços de solidariedade e cuidado.

Em seu cotidiano, Isadora percebe de uma forma ímpar a ancestralidade da mulher negra, que cabe transcrever:

Está na centralidade das figuras femininas na minha família, de sangue e de santo. Está nas figuras que academicamente são relevantes para mim. Está em quem cuida dos meus passos, me ensina sobre valores, como conduzir a vida, me portar, a refletir academicamente, etc.

Quanto à visibilidade, menciona que se sente posicionada em um lugar ambíguo, pois ao mesmo tempo em que possui um relativo conhecimento acadêmico em sua área, ela sente os impeditivos e os freios do racismo. Acredita ter uma boa perspectiva de crescimento

profissional, mas a despeito dessas expectativas, ainda enxerga que necessita trabalhar mais para ser reconhecida do que uma pessoa branca; ainda vê que essas pessoas são muito mais reconhecidas e valorizadas e ainda sente que tudo o que conquista fica sob ameaça do que aquilo que pessoas brancas constroem em suas vidas.

Quando questionada sobre os meios os quais a mulher negra torna-se mais visibilizada na sociedade atual, ela menciona que as possibilidades existem e a criatividade do povo negro mostra isso. Da organização política a inserção nos meios de comunicação, mas, todas elas necessitam do movimento complexo de resistir, driblar e brigar contra o racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes das considerações finais, cabe citar o discurso da atriz negra norte americana, Viola Davis, ao ganhar o Emmy como melhor atriz dramática no ano de 2015:

Na minha cabeça, eu vejo uma linha. E sobre essa linha, vejo campos verdes e flores adoráveis e mulheres brancas lindas, com seus braços estendidos para mim, sobre essa linha. Mas parece que eu não consigo chegar até lá, não importa como. Não consigo superar essa linha. Essa foi [a ativista pelos direitos civis] Harriet Tubman nos anos 1800. **E, deixem-me dizer uma coisa: a única coisa que separa mulheres negras de quaisquer outras é a oportunidade** (O TEMPO, 2015) (Grifo nosso)

As lutas dos negros para sobrevivência e reconhecimento da sua própria identidade vêm desde a escravidão. Historiadores e estudiosos percorrem por séculos para identificar e admitir o negro como um ser humano, pensante, com identidade própria, cultura, religiosidade, amor e família.

Para a mulher negra essa invisibilidade torna-se ainda mais sentida, uma vez que suas histórias sequer foram mencionadas ou serviram como objeto de estudos por esses historiadores. Subjugada às relações de abuso e sexualidade, a mulher negra não pôde ser reconhecida como o ser humano multifuncional e com multipersonalidades que o livro de Angela Davis relata com veemência. Trabalhadoras de lavoura, trabalhadoras domésticas, guerreiras, estrategistas de fuga, professoras, mães, esposas e mulher, mulher negra! Sem nenhum benefício da feminilidade, ser mulher negra é muito além do que as ideologias tão possam refletir.

Os reflexos na atualidade consistem ainda em mulheres que são inferiorizadas e alocadas aos lugares de marginalização da sociedade, as mulheres negras são as que têm o melhor desempenho escolar em contrapartida dos poucos acessos as universidades, ao mercado de trabalho e lugares de poder. A conta não fecha! Faltam-se oportunidades, porque capacidade não lhes falta.

Ter esse lugar de fala, onde se encontram poucas mulheres negras, tanto na academia quanto no âmbito jurídico como um todo, é um privilégio sem igual. A pessoa que tem a sensibilidade de ler e reconhecer a história da mulher negra estará despertando para outro nível de entendimento. Como diz Angela Davis “quando acabarem-se os maus entendidos sobre a história da mulher negra, será de um ganho inestimável”.

Às mulheres que aqui contribuíram para endossar o entendimento da força da mulher negra, a vida de vocês será eternizada nesse trabalho e quanto mais mulheres negras tiverem acesso a oportunidades, mais elas vão se reconhecer e saber que não estão sozinhas! A ancestralidade nos proporcionou um legado, abriu-nos portas e nos fez guerreiras da selva de pedra urbana!

Vidas negras importam!

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites século XIX*. São Paulo. AnnaBlume. 2ª edição. 2004.
- BALL, Charles. *Slavery in the United States: A Narrative of the Life and Adventures of Charles Ball, a Black Man* [Escravidão nos Estados Unidos: A narrative da vida e aventuras de Charles Ball, um homem negro]. Lewistown. J. W. Shugert, 1836, p. 150-1.
- BECKLES, Hilary. *OS DOMÍNIOS DO PRAZER: A mulher escrava como mercadoria sexual*. OUTROS TEMPOS. 2011. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/62/49. Acesso em: 20 julho 2019
- CARDOSO, Gleice. *Quem foi Harriet Tubman?*. Revista Capitolina. 2017. Disponível em: <http://www.revistacapitolina.com.br/harriettubman/>. Acesso em: 20 julho 2019
- CARNEIRO, Sueli. *A Construção do cutro como não-ser como Fundamento do ser*. NEGRASOUL BLOG. 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 10 fevereiro 2020
- _____. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- COLLINS, Patricia Hills. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. New York. 1990.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. et al (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Editora UNESP : São Paulo, 2009, p. 173–178.
- DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 40.509, de 11 de março de 2020*. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, e dá outras providências. SINJ-DF, 2020. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/ad0fae78af5f4e50b46c7357b7ee8597/Decreto_40509_1_03_2020.html. Acesso em: 11 maio 2020.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- FRASER, Nancy *Redistribuição ou reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea*. Revista intersecções, Rio de Janeiro, ano 4, n. 1, p. 7-32, 2001.

GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e escrava: Uma Introdução ao Estudo da Mulher Negra no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes. 1988.

GRIMKE, Sarah. *History Of American Women: Abolitionists, Feminists, Poets And Writers, Suffragists*, [S. L.], 4 Jul. 2018. Disponível Em: <http://www.womenhistoryblog.com/2013/03/sarah-grimke.html>. Acesso em: 7 Out. 2019

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). *Dossiê Mulheres Negras: Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/dossie-mulheres-negras-retrato-das-condicoes-de-vida-das-mulheres-negras-no-brasil>. Acesso em: 13 fevereiro 2020

IRACI, Nilza. *Mulheres Negras: nossos passos vêm de longe e irão muito mais além*. GELEDÉS. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-nossos-passos-vem-de-longe-e-irao-muito-mais-alem/>. Acesso em: 10 fevereiro 2020

LORDE, Audre. *Vivendo com o câncer*. In: Werneck Jurema; Mendonça Maisa; White C. Evelyn. *O livro da saúde as mulheres negras*. Rio de Janeiro, Pallas, Criola, 2000.

Mel Watkins e Jay David (orgs.), *To Be a Black Woman: Portraits in Fact and Fiction* (Nova York, William Morrow & Co., 1970), p. 16. Citação retirada da obra de Benjamin A. Botkin (org.), *Lay My Burden Down: A Folk History of Slavery* (Chicago, University of Chicago Press, 1945).

MILLS, Charles W. *the racial contract*. Nova York: Cornell Univesity Press, 1999, p. 13-14

MOURA, Clovis. *História do negro brasileiro*. São Paulo. Editora Ótica. 2ª edição. 1992.

_____. *Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições e Guerrilhas*. São Paulo. Editora Ciências Humanas LTDA. 3ª edição. 2014.

MOSES, Grandy, *Narrative of the Life of Moses Grandy: Late a Slave in the United States of America* (Boston, [O. Johnson,] 1844), p. 18, citado em E. Franklin Frazier, *The Negro Family in the United States* (1939) (Chicago, University of Chicago Press, 1969).

OLIVEIRA, Fátima. *Bioética: uma face da cidadania*. São Paulo, Moderna, 8ª impressão, 2004.

O TEMPO, “Não se ganha um Emmy por papéis que não existem”, diz Viola Davis. O TEMPO. 21 setembro 2015. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/diversao/nao-se-ganha-um-emmy-por-papeis-que-nao-existem-diz-viola-davis-1.1117992>. Acesso em: 10 fevereiro 2020

PAIVA, Vitor. *A vida e a luta de Angela Davis, desde os anos 1960 até o discurso na Marcha das Mulheres nos EUA*. HYPENESS. 2018. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2017/01/a-vida-e-a-luta-de-angela-davis/>. Acesso em: 20 julho.2019.

PENHA, Maria da. *Mulheres negras: sua participação histórica na sociedade escravista*. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.1, n.1, 2010.

RAINWATER, Lee. *Crucible of Identity: The Negro Lower-Class Family*, foi publicado originalmente em *Daedalus*, v. 95, 1966, p. 172-216.

SANTANA, Bianca. *Vozes insurgente de mulheres negras: do século XVIII à primeira década do século XXI*. Belo Horizonte. Maza edições. 2019.

SOARES, Glaucio *O monstro mora lá em casa*. O globo, 21 maio 2010. Disponível em: <http://suicidiopesquisaeprevencao.blogspot.com.br/2010/05/o-monstro-morala-em-casa.html>.

Acesso 2.jun.2020. VIDAL, Ademir. *Costumes e práticas do negro*. In: II Congresso Afro Brasileiro. Salvados, 1937. *O negro no Brasil*. São Paulo. Civilização Brasileira. 1940. P.37.

WATSON, Arnold. *Slavery: A Problem in American Institutional and Intellectual Life [Escravidão: O problema institucional e intelectual na vida americana]*. Chicago: The University of Chicago Press. 1959. Disponível em: <http://personal.tcu.edu/swoodworth/Elkins.htm>. Acesso em: 26 abril 2019.

WERTHEIMER, Barbara. *We Were There: The Story of Working Women in America [Nós estávamos lá: A história de trabalho da mulher na América]*. Nova York: Pantheon, 1977. p. 109.

Hebert George Gutman Papers. The New York Public Library: Archives & Manuscripts. 1988. Disponível em: <http://archives.nypl.org/mss/1268>. Acesso em: 20 julho 2019

O capital: crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital, trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2013, p. 467

Robert S. Starobin, *Industrial Slavery in the Old South* (Londres/Nova York, Oxford University Press, 1970), p.